

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**O “SOCIAL” COMO OBJETO DA LUTA POLÍTICA: UMA
ANÁLISE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA GAÚCHA**

**MESTRANDO: PATRÍCIA TRINDADE DE ANGELIS
ORIENTADOR: ODACI L. CORADINI**

NOVEMBRO DE 2001

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o apoio, o incentivo, a compreensão e a crítica de professores, colegas, familiares e amigos. Em especial, do meu orientador, Professor Coradini que, com a firmeza que lhe é característica, esteve sempre pronto a discutir, esclarecer, acrescentar e apontar as lacunas de um processo permeado de dúvidas e incertezas, mas no qual ele sempre acreditou. Outros professores do curso de Ciências Sociais da UFRGS e do programa de Pós-Graduação em Ciência Política participaram, em diferentes momentos, na realização deste trabalho. Quero agradecer, particularmente, ao professor André Marengo, responsável por eu ter aceito o desafio da seleção para o Mestrado e na fase de conclusão da dissertação. Da mesma forma, com relação à professora Mercedes Cânepa que me desafiou a levar até o fim e a encarar a avaliação da banca, à professora Isabel Noll e ao professor Arturi por me incentivarem a concluir a graduação e prosseguir com o curso de mestrado.

Para realização da pesquisa de campo, foi de grande importância o apoio dos funcionários e assessores da Assembléia que me auxiliaram com dicas, material de consulta e “agilização” da agenda de entrevistas. Ao mesmo tempo, quero agradecer aos senhores deputados pelas entrevistas que, com mais ou menos disposição, me concederam.

Entre os colegas do curso de mestrado, pude sempre contar com os amigos Ernesto Seidl, que aceitou ensinar francês para uma iniciante em apenas quatro aulas, e Igor Grill que, por mais de uma vez, leu e comentou as versões iniciais, deu sugestões e ainda contribuiu me emprestando o seu próprio trabalho para consulta e fonte bibliográfica. Além destes, os encontros ocasionais, com o

Gabriel Eduardo Vitulo e sua companheira, foram também importantes como incentivo e entusiasmo para continuar. Já nas versões finais, foi fundamental o apoio da Janine, colega de graduação e amiga antiga, que leu, comentou e apontou aqueles erros mais chatos: os de estrutura de texto e ortografia. Poderia citar ainda a Mara, a Claudinha, o Edson, a Gabriele, a Martinha e tantos outros, mas talvez não conseguisse me referir a cada um com o espaço que o encorajamento recebido merece.

Aos colegas do Chico Mendes (escola da Prefeitura de Porto Alegre onde trabalho atualmente) quero também agradecer o incentivo, a paciência, as trocas de turno e os “turnos em a ver” que me permitiram usufruir daquelas “horinhas a mais” que sempre fazem falta na fase mais angustiante que é a de finalização. Com risco de esquecimento provocado pelo longo tempo em que este trabalho esteve em gestação, quero destacar ainda alguns nomes como o da professora Lucília que, além de me propiciar o aprendizado do inglês para leitura da bibliografia, foi também minha incentivadora e tradutora nas horas vagas. Um agradecimento especial quero dirigir, ainda, para meus familiares; pai, mãe, irmãos, tios, primos e avó (in memorium) e da família do meu companheiro, que souberam compreender minha ausência, mau humor e desesperança, com confiança e encorajamento. Aos meus cunhados, Evandro e Patrícia, agradeço pelo apoio moral, mas também por me propiciarem as condições materiais para digitação e impressão deste trabalho. Da mesma forma, aos amigos e compadres Heloísa e Marco e à doce afilhada Amanda. Para todos, inclusive aqueles que não foram mencionados explicitamente aqui, mas sabem o quanto foram importantes, o meu muito obrigado.

Ao meu companheiro, Estevão Malfussi, não tenho muito a dizer, um cotidiano que, apesar das angústias e “brigas” sem motivo, foi sempre de amor e cumplicidade expressa tudo que vivemos e os nossos sonhos para o futuro.

RESUMO

Este trabalho focaliza o processo de formulação e enunciação de “problemas” políticos “sociais”, tendo como contexto de análise e coleta de material empírico a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. O objetivo é elucidar os interesses, relações e práticas sociais mobilizadas pelos deputados com vistas a intervir sobre “problemas” deste tipo. Para tanto, são abordadas as origens sociais, as formas de inserção política, a mobilização e gestão de vínculos com o que designam como “bases eleitorais” e as condições sociais e institucionais da atividade parlamentar. O exame destes aspectos busca demonstrar que a atuação dos deputados com relação ao “social” não é algo que possa ser compreendido apenas com base nas divisões políticas mais institucionalizadas, como os partidos e as respectivas coalizões, envolvendo diferentes lógicas e recursos sociais que interagem, também de diferentes maneiras, com o que se define como “política”.

ABSTRACT

This work focalizes the formulation process and enunciation of "social" political "problems", considering the Legislative Assembly of Rio Grande do Sul as the analysis context and place for collecting empiric material. The objective is to elucidate the interests, relationships and social practices mobilized by the deputies in order to intervene on "problems" of this type. For so much, the social origins are approached, the forms of political insert, the mobilization and administration of entails with what they designate as "electoral" bases and the social and institutional conditions of the parliamentary activity. The examination of these aspects search to demonstrate that the deputies' performance with relationship to the "social" is not something that can be understood just considering the more institutionalized political divisions, like the parties and their respective coalitions, involving different logics and social resources that interact, also in different ways, with what is defined as "politics".

SUMÁRIO

RESUMO	4
INTRODUÇÃO:	8
A coleta de material e o trabalho de campo: expectativas, dificuldades e outros detalhes	19
CAPÍTULO 1: RECURSOS SOCIAIS E FORMAÇÃO DAS “BASES”	22
1.1 Origem, recursos sociais e vinculações políticas	24
1.2 As bases sociais da liderança	39
1.3 A construção das “bases eleitorais”	44
CAPÍTULO 2: DIVISÃO DO TRABALHO E DINÂMICA PARLAMENTAR	53
2.1 Lideranças, bancadas e partidos	54
2.2 Os blocos partidários e a negociação de alianças	65
2.3 As comissões temáticas e a representação política	72
2.4 Os membros da Mesa e a definição da agenda	85
CAPÍTULO 3: O “SOCIAL” NA AGENDA PARLAMENTAR	91

3.1 O “social” em discussão.....	94
3.1.1 - As emendas “sociais” na Lei de Diretrizes Orçamentárias	95
3.1.2 - As tomadas de posição frente às galerias: o “social” em sessão plenária	106
3.1.3 - O “social” na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos	120
3.2 O “social” na relação entre os deputados e suas “bases”	124
3.2.1 - O “social” como forma de assistência aos eleitores.....	124
3.2.2 O “social” como recurso de “conscientização política”	139
3.2.3 O “social” na disputa entre blocos.....	155
3.3 Uma tentativa de sistematização dos recursos, estratégias e modalidades de representação do “social”	164
CONCLUSÃO.....	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

INTRODUÇÃO:

A contar das suas declarações em jornais, comícios e palanques eleitorais, pode-se dizer que o “social” é, sem dúvida, um dos temas mais recorrentes entre os deputados gaúchos. Sob este aspecto, eles não apresentam maiores diferenças do que se observa para outros “colegas” seus, sejam estes candidatos ou ocupantes de cargos nos diferentes níveis da representação parlamentar e política. Como detentores de mandatos eletivos são, a todo momento, levados a demonstrar para suas clientelas e, eventualmente, para jornalistas e analistas políticos, o quanto estão conscientes da situação “real” e dos “problemas” que afligem os cidadãos. Representantes do governo (ou da oposição) empenham-se em ressaltar os “avanços”, ou os “fracassos” que a coalizão adversária obteve no “campo social”. Imbuídos de prerrogativas legislativas e de fiscalização do Poder Público, discutem, e votam, recursos e ações que visam atender este ou aquele setor, “combater” esta ou aquela dificuldade, “beneficiar” esta ou aquela população.

A dramaticidade das situações evocadas e o consenso que se estabelece em torno de determinados “problemas” e ações contrasta, no entanto, com os indicadores que alertam para “falta”, “ineficácia” e, mais recentemente, para “falência” das políticas “sociais” no Estado. Resultado do “avanço” do “neo-liberalismo”, efeito da “globalização”, “desinteresse” da coalizão político-partidária dominante ou conseqüência da carência generalizada de recursos financeiros? Os motivos levantados são os mais variados e tendem a reproduzir um debate que se pretende “mundial”: economia ou Estado, investimentos em programas “sociais”

ou na expansão do “mercado”? Estas controvérsias estão, de certa maneira, na base das oposições políticas, refletindo-se nas “campanhas eleitorais” e nos discursos que os deputados fazem na tribuna da Assembléia. O que, como se sabe, não impede reaproximações, ou até que se “invertam as posições”, a depender dos contextos em que estão inseridos.

Sem querer entrar nesta discussão, argumentamos que mais do que o reflexo das relações entre as forças políticas em uma conjuntura específica, o que parece determinar situações como a descrita são condições estruturais e relativas ao modo como está instituída a própria atividade de representação parlamentar¹. Nesse sentido, justifica-se o motivo pelo qual buscamos relacionar as concepções, práticas e relações sociais acionadas em função dos ditos “problemas sociais” com as lógicas que prevalecem na concorrência política.

O interesse dos deputados sobre o “social” remete à uma multiplicidade de práticas e modalidades de atuação onde se combinam atribuições institucionais e político-partidárias com outras que se justificam, principalmente, em função das suas relações com o que designam como *bases eleitorais*. Compreender as condições em que vínculos estabelecidos com diferentes segmentos populacionais e em circunstâncias sociais também distintas são transformados em “compromissos políticos” associados ao exercício do mandato e aos recursos que este permite mobilizar aparece, então, como um dos aspectos a ser desenvolvido nessa dissertação.

As observações nos conduzem para espaços institucionais diferenciados (sessões plenárias, reuniões de comissões, gabinetes parlamentares, escritórios “regionais”, audiências com secretários e governador do Estado) onde a atuação dos deputados está marcada pelo que reconhecem como “social”. Iniciativas, as mais variadas, concorrem nesse sentido: proposição de projetos e emendas legislativas, intervenções nas reuniões de elaboração do orçamento, “pressão” sob o governo para obtenção de recursos e concessões específicas, ações de

assistência aos eleitores, participação em “lutas” e eventos nas localidades com as quais mantêm vínculos políticos e eleitorais. O que chama atenção para as condições em que as ações deste tipo se inserem no contexto mais geral da atividade parlamentar e o “peso” que se lhes atribuem em cada situação específica.

As relações que envolvem o tratamento destes “problemas” e preocupações, destacam-se, ainda, por ser objeto de concorrência e, portanto, de conflitos, explícitos ou não, entre os deputados e entre os seus diferentes espaços, ou “níveis”, de atuação. Estas relações podem, em certa medida, ser explicadas a partir das clivagens partidárias e das estratégias de configuração de “alianças” e respectivas divisões. Constata-se, no entanto, que as disputas podem perpassar, e até mesmo se sobrepor, a estas modalidades mais formais de alinhamento político. Assim, é possível delinear um quadro que se caracteriza pela multiplicidade de princípios a partir dos quais os deputados buscam legitimar os seus próprios interesses e os daqueles que eles se propõem a “representar”. Configurando-se um contexto onde as disputas (partidárias, corporativas, setoriais, religiosas, regionais, etc.) apresentam uma série de conexões que são perpassadas também por relações de parentesco, amizade e diferentes formas de reciprocidade entre os próprios deputados, seus eleitores e “apoiadores” políticos². Neste, não são apenas “políticas”, programas ou ações “sociais” que tornam-se objeto de controvérsias e conflitos. É, antes, a própria noção de “social” que se constitui em uma “arma de luta”, assumindo tantos significados quantos podem ser os interesses em jogo, os deputados que os “representam” e os seus objetivos nas disputas que estão em andamento.

A percepção do “social” como uma “categoria de luta”, esvazia de sentido qualquer tentativa de estabelecer definições passíveis de serem catalogadas e explicitadas a priori, ressaltando a idéia de que seus significados estão sempre em

¹ Para uma reflexão mais abrangente, acerca das condições sociais e políticas para formulação e implementação de políticas públicas “sociais” em países como o Brasil, ver Coradini (1994).

jogo, tal como ocorre com os interesses que os respaldam. Este enfoque precisa, no entanto, ser melhor esclarecido para que se entenda o processo de construção do nosso problema de pesquisa e as circunstâncias em que se analisa as representações que os deputados fazem a respeito do que são, ou deveriam ser, as políticas “sociais” no Estado.

Primeiro no que diz respeito às implicações de se tomar o “social” como objeto de estudo, quando as representações acerca destes “problemas” (e suas respectivas “soluções”) constituem-se, elas mesmas, como resultado de um processo de objetivação de princípios de classificação, e hierarquização, do mundo social. Trata-se de investigar as lógicas que determinam a apropriação política dos “problemas sociais”, o que é muito diferente do papel que costuma ser atribuído ao sociólogo de conferir legitimidade, no caso “científica”, a uma determinada definição de “social”, ou do “problema” ao qual se remete. Assim, segundo Lenoir (1996:61):

(...) não de tomar posição nas lutas simbólicas [que instituem os princípios de classificação do mundo e os seus objetos, tal como as representações legítimas de “social”] mas de analisar os agentes que as conduzem, as armas que utilizam, as estratégias que colocam em ação, dar conta das relações de força (...) e das representações dominantes associadas às definições (...).

No “recorte” desta pesquisa, os agentes estudados são os deputados estaduais gaúchos, particularmente, os eleitos para legislatura 1994-98. É sobre estes que buscamos examinar as condições de inserção social e os recursos com que puderam contar nas suas estratégias de “entrada”, e ascensão, na “carreira política”. Assim, como se pretendeu entender as lógicas em torno das quais eles orientam suas condutas, manipulam suas “armas” e se defrontam com aqueles que, sendo seus pares, são também concorrentes, adversários ou “aliados”, a depender das relações entre as forças e dos objetivos almejados. A primeira preocupação foi, então, a de delimitar o foco da análise para atividade parlamentar e as condições em que esta se institui enquanto um espaço de concorrência

² A reciprocidade enquanto relação baseada na díade e na dependência entre líderes e seguidores (Landé, 1997, Boissevain, 1966, entre outros) pode ser observada de forma especial nas transações entre os deputados e suas *bases eleitorais*.

política. O que, para o que está em pauta, significa investigar as implicações de se submeter problemáticas percebidas e apresentadas como “sociais” aos condicionantes e interesses próprios da luta política. E isso, a menos que se aceite a visão normativa da *representação política* como decorrente da falta de competência, ou interesse, do cidadão comum pela “política”, exige uma compreensão anterior das condições pelas quais se institui esta forma específica de dominação.

A base dessas transformações está, conforme Bourdieu (1989), na *desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada*. É nestas condições que, segundo Lacroix (1985), se desencadeiam dois processos sociais simultâneos: a institucionalização da atividade política como espaço social relativamente autônomo onde os agentes, selecionados em função de competências específicas, concorrem entre si pelo monopólio dos instrumentos de percepção, e expressão, do mundo social. E a conformação de um amplo espaço de senso comum a respeito da “política” e dos usos sociais diferenciados que esta atividade pressupõe. Estabelecendo-se, então, duas possibilidades genéricas de relacionamento com a atividade política: o domínio prático das condições simbólicas da luta política, que caracteriza a posição dos “profissionais”, e a familiaridade elementar obtida pelo uso ordinário do voto ou de qualquer outra manifestação de adesão às regras do mercado político, que é própria dos “profanos” (Lacroix, 1985:529-38).

Visto desta ótica, a *representação política* institui-se como uma atividade duplamente determinada. Trata-se, conforme Gaxie (1993), de uma competição que é, ao mesmo tempo, autônoma e heterônoma e esta é a base de ambigüidade e contradição sobre a qual a atividade política está fundada. De tal maneira que os empreendedores políticos estariam sujeitos tanto às regras internas e dependentes da relação de forças em cada estágio da concorrência quanto do reconhecimento dos “profanos”, que é como eles obtêm o poder da *representação*. Ocorre, porém, que em função da distância entre *representantes* e *representados*, e das condições de autonomização do campo político (Bourdieu, 1989), quaisquer

que sejam as estratégias de representação acionadas estarão sempre condicionadas pelos interesses e constrangimentos próprios da concorrência onde os empreendedores políticos estão inseridos. Assim, para o que tange aos problemas e preocupações concernentes aos “profanos”, este esforço que tende a ser visto por analistas, jornalistas e “profissionais da política” como uma mera adequação ou, no duplo sentido do termo, uma *força de expressão*, tem todo o efeito de transfiguração³.

Este aspecto da luta política é ressaltado por Lacroix (1985:529-38). Segundo o autor, é a racionalização dos meios para a conquista das posições mais favoráveis para dominação política que leva os empreendedores a estabelecer redes de constrangimentos práticas e simbólicas em função das quais delimita-se o campo pela seleção dos ingressados e o autonomizam em relação ao conjunto das lutas sociais que, a partir daí, só podem ser consideradas “políticas” ao custo de uma transmutação de significado. Mas é quando os “problemas” em jogo recebem o *status* de “social” que os efeitos da separação entre agentes políticos e “simples eleitores” tornam-se mais explícitos. Conforme Gaxie (1990) a análise das representações políticas das preocupações “sociais” é uma oportunidade privilegiada para investigação do modo como são construídos os “problemas”, ou o que está em jogo, na luta política. Em pesquisa realizada no parlamento francês, o autor e sua equipe destacam, sobretudo, os efeitos da transfiguração e as condições em que, nas suas diferentes modalidades de apropriação e enunciação, os “problemas sociais” incorporados ao debate político, passam a refletir as contradições próprias da atividade de representação.

Particularmente, Collovald & Gaïti (1990) observam que, consideradas as propriedades heterônomas dos *enjeux sociaux*, as formas do discurso social estão

³ A noção de transfiguração das representações sociais como condição para estabelecer os limites do “politicamente pensável” é introduzida por Bourdieu (1992) para dar conta dos efeitos sociais do processo de autonomização do mercado dos bens simbólicos. Neste, os “profissionais da cultura” (a comparação com os “profissionais da política” parece razoável desde que se considere que o acesso diferenciado aos recursos culturais está diretamente associado ao abismo que separa eleitores e “corpo político”) oferecem seus produtos em regime de monopólio para consumidores desprovidos dos meios para produzirem, eles mesmos, bens deste tipo.

sujeitas, mais que no caso de outros objetos da luta política, aos compromissos e negociações que antecedem as tomadas de posição. De tal maneira, que os interessados neste tipo de abordagem ficam condicionados não apenas à concorrência dos “pares”, mas também dos “agentes externos”. Isto porque, quando se trata de dar forma ao discurso “social” estão em jogo os interesses do empreendedor político em reafirmar suas “bases” de sustentação social, ou seja, os vínculos que os ligam aos seus mandantes e dos quais dependem a sua *representatividade*.

Acentuamos, no entanto, que a institucionalização da representação política não se dá da mesma forma em qualquer situação histórica e social. Esta observação parece ser ainda mais importante quando temos como foco de análise e coleta de material empírico um contexto onde tanto a atividade política, enquanto conjunto de princípios, relações e procedimentos práticos, quanto os referências que orientam a formulação de “problemas”, e políticas “sociais”, são resultado de *importação*⁴. Assim, se conforme Lacroix (1992), qualquer análise que se pautar sobre instituições deve ter em conta que *o respeito a regra não é mais do que uma das modalidades entre outras no conjunto dos seus usos eventuais*, as indicações apresentadas exigem que se destaque alguns aspectos específicos e constitutivos do nosso universo de pesquisa.

Primeiro, quanto a composição dos recursos acionados pelos deputados como forma de legitimar as posições políticas ocupadas, ou almejadas, ressalta-se aqueles que podem ser descritos em termos de capital social⁵. Como se observa para outras situações, e “níveis”, da representação política no Brasil (Bezerra, 1990; Coradini, 1998; Grill, 1999; entre outros) prevalecem, em uma boa parte dos casos, os investimentos voltados para capitalização de redes de reciprocidade. É em torno dos vínculos que estabelecem com as respectivas *bases eleitorais*, que

⁴ Sobre as implicações da importação de “bens políticos” e suas dinâmicas específicas como parte das estratégias empreendidas pelos Estados Periféricos, ver Badie e Hermet (1993:1888)

⁵ Bourdieu (1980:2) define como *capital social* os recursos ligados a posse de “uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-reconhecimento, ou de pertencimento a um grupo” que o agente pode acumular e manipular pessoalmente, e que lhe permitem obter ganhos

um número significativo dentre os deputados gaúchos justificam suas ações e o próprio mandato. Esta constatação coloca como elemento fundamental da análise “a conformação de uma concepção específica a respeito da representação parlamentar” (Bezerra, 1990), na qual se evidencia um formato de atuação mais próximo da de mediador do que da noção clássica de *representante*⁶.

Esta maneira de atuar e pensar o trabalho parlamentar está diretamente associada e, muitas vezes, chega mesmo a se confundir com o que um número significativo dentre os deputados entende como sendo suas atribuições em matéria social. Por um lado, estas formas de *trabalho*, ou intervenção *social* às quais os deputados se dedicam em função dos seus vínculos eleitorais merecem uma imagem negativa por parte de analistas, jornalistas e dos próprios políticos. A utilização dos rótulos de “clientelismo” e “fisiologismo” reforçam o caráter pejorativo, e o tom de acusação ou denúncia, com que estas práticas costumam ser abordadas. As mesmas ações podem, no entanto, ser reconhecidas como legítimas, e até desejáveis, quando referidas aos ditos “problemas sociais”.

Ao constatarmos a ambivalência que categorias como clientelismo e patronagem adquirem na disputa política, observamos também a necessidade de esclarecer o sentido conferido a estas noções ao longo desse trabalho. Objetivamos encontrar nestes conceitos um parâmetro analítico para compreensão dos fenômenos sociais aos quais se referem, o que, como se sabe, exclui qualquer juízo de valor a respeito destas condutas. Uma perspectiva que sustenta-se, de modo especial, no que propõe Medárd (1976) quando identifica no clientelismo um conceito que contribui para compreensão de relações que vão

muito superiores aos que seriam presumíveis pelos critérios de equivalência junto aos seus concorrentes.

⁶ A noção de mediação se distingue da formulação que Bourdieu (1989) faz a respeito da representação política como uma estrutura de posições referida, ao mesmo tempo, nas lutas *internas*, e, por força da homologia de posições que ligam mandantes e mandatários, à estrutura do campo social e a cada estado da luta entre as *classes sociais*. Assim, como observam Parreira e Heredia, “os conflitos (políticos) precisam ser “gerenciados”(…)mas ao invés de “representantes” por mediadores (...) capazes de ir dando respostas adequadas às questões que se vão se pondo com a explicitação dos conflitos e criando fórmulas tão adequadas ao tempo da política (no lugar de um atividade cujos principais personagens são os partidos políticos entendidos como “empresas

desde as chamadas *diádes* até aquelas que envolvem grupos e mesmo países. Estes mesmos conceitos conformam-se, ainda, a um esquema analítico de importância decisiva para se entender as bases sobre as quais se estruturam as transações efetuadas entre deputados e eleitores e, de modo geral, o conjunto das relações que constituem o contexto investigado.

Em segundo lugar, no que diz respeito à posição das ações referidas aos “problemas” e preocupações “sociais” no contexto das atividades parlamentares, ressalta-se o valor atribuído às iniciativas que, para distinguir-se das formas discursivas, costumam ser caracterizadas como mais “concretas” ou “práticas”. A importância, de fato, que merecem ações como as de atendimento direto aos eleitores ou através de lideranças políticas, exige que se alargue o campo de investigação para outras estratégias, ou fórmulas, de reconhecimento político, além das manifestas nas discussões e pronunciamentos oficiais⁷.

A relação entre as modalidades de tratamento do “social” e as estratégias de representação mobilizadas pelos empreendedores políticos é a base dos argumentos desenvolvidos por Collovald & Gaïti (1990). As autoras observam que nas suas tomadas de posição acerca das mais diferentes questões, e sobretudo daquelas que reconhecem como de interesse “social”, os parlamentares revelam as condições mesmas em que são produzidos os objetos da luta política e as circunstâncias, sempre variáveis e incertas, em que se inserem neste jogo e disputam suas posições. Para elas, a singularidade da transfiguração política dos “problemas sociais” reside no fato de que qualquer esforço neste sentido é sempre um processo indissociável daquele no qual o agente se envolve em função da construção da sua própria autoridade. Assim, conforme Collovald & Gaïti (1990:48), todo o trabalho de formalização política do “social” é, antes, um:

Trabalho de legitimação de si, trabalho de mobilização das suas sustentações exteriores, trabalho de colocação em forma de si inseparável da colocação em

permanentes”) quanto aquelas que famílias, vizinhanças, parentelas criam para enfrentar os problemas do dia-a-dia”.

⁷ Esta observação contrasta com o que Gaxie (1990:6) verifica para contextos como o do parlamento nacional francês, onde seriam *nos discursos e políticas simbólicas que os meios políticos reconheceriam as formas mais legítimas de ação*.

forma política das “demandas” sociais: é este todo o processo de construção de uma autoridade que se pode apreender no conjunto das tomadas de posição sobre o “social”.

Ocorre que, no nosso contexto de estudo, as condições que determinam a hierarquização do trabalho político, e as práticas nas quais ela se manifesta, configuram-se mais como uma *interseção entre hierarquizações de diferentes ordens e níveis, com base em recursos sociais de natureza diversa* (Coradini, 1998:22). Nesse sentido, podemos dizer que a relação entre as posições ocupadas e as estratégias de mobilização política, efetivamente, acionadas pelos agentes são perpassadas por diferentes lógicas e padrões de hierarquização, dentre os quais os “discursos” não são mais do que uma modalidade, estando sujeitos também a diferentes usos⁸.

Seja como for, observamos que as transações em torno do “social”, como de resto para o conjunto dos temas incorporados à luta política, não se reduzem às posições assumidas na tribuna da Assembléia, nem suas lógicas podem ser reveladas apenas, ou mesmo principalmente, a partir do que estes pronunciamentos explicitam. Ao contrário disso, nas condições apresentadas, parece ainda mais importante considerar as diferentes modalidades de *troca* que constituem a base da representação política, e que, se não podem ser vistas, unicamente, como *troca comercial*, não deixam de exigir a compreensão as diferentes linguagens e “discursos” envolvidos⁹.

Ao tomarmos como foco de análise o processo de construção de “problemas”, preocupações, políticas e programas “sociais” percebemos, então, que qualquer esforço nesse sentido só ganha sentido se referido às relações que estruturam a atividade de representação política. De modo que, ao longo desse trabalho, buscamos elucidar os recursos e interesses presentes nas transações que ligam os deputados aos seus eleitores e aos diferentes níveis e posições da

⁸ Coradini (1998:19) chama atenção, por exemplo, para o papel do mediador político que apropria-se de “leituras” e reinterpretações das lutas político-ideológicas gerais, com base em diferentes formas de inserção nas lutas político-eleitorais.

⁹ Esta discussão a respeito das diferentes linguagens e modalidades de troca envolvidas na representação política podem ser aprofundadas em Kuschnir (1996)

hierarquia política e a maneira como eles se manifestam em práticas e representações acerca do mundo social e da sua própria atuação. Para tanto, estruturamos o trabalho de forma que o leitor pudesse acompanhar o processo de acumulação de recursos políticos e as modalidades pelas quais estes puderam ser revertidos em posições, e tomadas de posições, na atividade parlamentar, sobretudo, quando estão em jogo questões às quais se creditam interesse “social”.

O primeiro capítulo é dedicado aos investimentos e recursos sociais que estiveram na base das candidaturas dos atuais deputados e funcionaram como condições de possibilidade para ascensão na “carreira” política. É colocado em pauta o processo de construção, e ampliação, do que se convencionou designar como “bases eleitorais” e as “qualidades” às quais os deputados atribuem o acesso à atividade política, o que é mais comumente associado a condição de “liderança”. No segundo capítulo, a atuação dos deputados é examinada nos seus aspectos formais e institucionais, mas também nas suas lógicas mais “internas” e subjacentes, a fim de que se compreenda, em termos de interesses, recursos e estratégias em jogo, as atribuições que eles acreditam lhes dizer respeito e a sua ordenação do ponto de vista da “agenda” política.

Já o terceiro capítulo tem o propósito de elucidar as condições em que recursos adscritos a diferentes contextos e esferas da luta social e política podem ser revertidos em práticas e concepções a respeito do “social”. Procuramos demonstrar que, nas suas diferentes manifestações e modalidades de apropriação, o tratamento político dos “problemas sociais” revela a complexidade das redes de conexão, e interseção, em torno das quais os deputados se movem e percebem as lógicas da concorrência onde estão inseridos. Ele está dividido de modo a contemplar, no primeiro item, as discussões oportunizadas nas instâncias mais oficiais da Assembléia (reuniões de comissões e sessões plenárias) e, no segundo, as iniciativas que se caracterizam pelo atendimento de demandas provenientes do que designam como “bases eleitorais”. Focalizamos, com maior detalhe, aquelas práticas e relações sociais que costumam escapar aos estudos direcionados para as prerrogativas mais formais do trabalho legislativo, mas que

sobressaem do ponto de vista do que os deputados entendem como sendo suas atribuições na Assembléia. A sistematização dos recursos e estratégias mobilizadas e a relação com a estrutura de clivagens e oposições políticas é o objetivo de um terceiro item. Enquanto que, na conclusão, destacamos alguns parâmetros para análise das condições em que se formulam, e se anunciam, representações politicamente referenciadas a respeito do mundo social e seus “problemas”.

Antes, porém, de darmos seqüência ao exposto no plano acima, optamos por fazer algumas considerações a respeito dos procedimentos adotados para coleta do material de pesquisa e, de modo geral, do itinerário seguido para reunião e análise das informações utilizadas neste trabalho.

A coleta de material e o trabalho de campo: expectativas, dificuldades e outros detalhamentos

No que diz respeito aos procedimentos adotados para coleta de material e dados de pesquisa é importante considerar que as informações foram obtidas, principalmente, por meio de entrevistas realizadas junto a deputados e assessores da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Este trabalho teve a duração de um ano, mais precisamente, de janeiro a dezembro de 1998, salvo aquelas situações que, em função de dificuldades técnicas e necessidade de esclarecimentos complementares, exigiram novas entrevistas, estas realizadas entre os anos de 1999 e 2000¹⁰. Neste intervalo de tempo, colhemos depoimentos de 47 deputados e outros 20 junto a assessores, coordenadores de bancada e funcionários das comissões e gabinetes parlamentares. Um número que só não foi maior, abrangendo a totalidade dos deputados eleitos (55), pelo que nos foi alegado em termos de “falta de tempo”, “excesso de compromissos” e outras

¹⁰ No caso, foram procurados apenas os deputados que já faziam parte da nossa lista de entrevistados e que foram reeleitos para legislatura 2000/2004.

“incompatibilidades de agenda”. De qualquer forma, procuramos incluir um conjunto bastante diversificado no que diz respeito à caracterização social, posição política-ideológica, cargos institucionais e especialidades temáticas dos entrevistados¹¹.

A maior parte destas entrevistas foi gravada, a não ser nos casos (poucos) em que os entrevistados solicitavam que desligássemos o gravador, alegando que as informações e comentários seriam sigilosos e que não queriam ter seus nomes associados ao conteúdo dos depoimentos. No caso dos deputados, utilizamos um roteiro mais ou menos uniforme de questões, mas que foi sendo adaptado para as diferentes situações e condições de entrevista. De modo geral, buscou-se investigar: a) as condições de formação das “bases eleitorais” e outros fatores relacionados à inserção política e à expansão dos vínculos sociais transformados em recursos eleitorais; b) os meios propiciados pelo acesso ao mandato e as estratégias empregadas nas disputas por posições políticas e na hierarquia parlamentar; c) o que concebiam como sendo suas atribuições com relação ao “social” e os princípios que orientavam suas tomadas de posição a esse respeito; d) o reconhecimento que acreditavam advir destes investimentos tanto do ponto de vista dos eleitores quanto dos demais deputados e integrantes dos diferentes níveis da “política” pelos quais transitavam; e) o significado das suas práticas e concepções a respeito do “social” para as posições assumidas em termos de “alianças”, e divisões, políticas. Enquanto que entre os assessores, coordenadores e funcionários, objetivamos obter informações de caráter mais pontual, principalmente, acerca dos procedimentos legislativos, das temáticas em pauta nas discussões e das atividades desempenhadas pelos deputados.

As entrevistas, previamente agendadas e sujeitas a um roteiro de questões mais ou menos “fechado”, não se mostraram, no entanto, suficientes para explicar, entre outros aspectos, as condições de inserção política, as transações estabelecidas entre os deputados e em função do que está em jogo nas diferentes disputas em que tomam parte e as concepções de “social” advindas destas

relações. Para tanto, se fez necessário recorrer à uma investigação mais “interna” e voltada para uma dimensão da atividade política que costuma escapar aos olhares dos observadores externos. Nesse sentido, mais do que situações formalmente estabelecidas, o caráter informal que se atribui à muitas das práticas e relações sociais implicadas no tratamento político do “social”, exigiu que se aproveitasse todos os momentos e, particularmente, aqueles para os quais se reconhecia maior informalidade.

Assim, além das entrevistas, lançamos mão das informações que puderam ser obtidas mediante observações diretas e conversas informais com os deputados, seus assessores e os eleitores que costumavam freqüentar os gabinetes, comissões, sessões plenárias e outros ambientes da Assembléia. No que tange aos cenários mais institucionalizados, foram observadas 4 (quatro) sessões plenárias, 2 (duas) reuniões de comissões parlamentares e 2 (dois) debates orçamentários, com outras que tivemos acesso a partir dos jornais oficiais, publicações específicas das comissões e transcrições de fitas gravadas pela assessoria técnica. Procuramos, no entanto, estender estas observações para o trabalho realizado nos gabinetes parlamentares e o acompanhamento de conversas envolvendo deputados, assessores e “pessoal de apoio” que costumavam ocorrer no intervalo das reuniões e sessões ordinárias, sendo que em algumas delas houve também a intervenção do pesquisador.

CAPÍTULO 1: RECURSOS SOCIAIS E FORMAÇÃO DAS “BASES”

Conforme exposto, este primeiro capítulo examina os recursos e relações mobilizadas pelos deputados como condição para o acesso, manutenção e perspectivas de ascensão na “carreira” política. Nesse sentido, dirigimos a análise para as trajetórias seguidas por cada deputado, focalizando as respectivas candidaturas, as estratégias de arregimentação eleitoral e as transações estabelecidas nas diferentes “fases” e contextos da concorrência política. O objetivo é entender como são construídos, e administrados, os vínculos sociais e políticos sobre os quais assentam seus mandatos e, em função dos quais, orientam sua atuação parlamentar. Para tanto, abordamos as condições em que determinados recursos, ou “qualidades”, associadas à liderança política são transformados no que designam como “bases eleitorais”.

As informações obtidas em entrevistas, *home pages* e outros materiais de apresentação dos deputados, privilegiam as características relativas à origem social e familiar, suas trajetórias profissionais e políticas, e as redes de relações sociais que viabilizaram as respectivas candidaturas e mandatos eletivos. No que tange aos primeiros aspectos, utilizamos como indicadores as atividades profissionais do deputado, a escolaridade e a profissão do pai e da mãe e do cônjuge e a existência de parentesco com outros políticos. Com relação a

trajetória política, destacamos a modalidade de “entrada” na atividade política, a relação com outros ocupantes de cargos políticos e candidatos, as eleições de que participou e a ocorrência de cargos públicos e políticos anteriores, ou intercalados, ao mandato parlamentar. Além de um mapeamento da participação em entidades sindicais, corporativas ou patronais, associações de moradores, clubes e outros de atuação “comunitária”, pertencimento a grupos religiosos ou de qualquer outro tipo que costumam também ter alguma relação com tradições familiares. O colégio em que estudou e faculdade que frequentou são outras das informações consideradas, conjuntamente com a atuação em movimentos estudantis.

Quanto as posições políticas, a análise se circunscreve às circunstâncias em que as vinculações partidárias, ou outras modalidades de divisão de forças, assim como a conformação de “alianças”, e os respectivos “rompimentos” e transferências de “apoio”, produzem efeitos sobre as trajetórias individuais. Com relação a este aspecto, se faz necessário, inclusive, esclarecer que escapa dos objetivos desta pesquisa a análise dos processos eleitorais. Ao invés disso, tivemos a preocupação de averiguar as condições em que estes alinhamentos, passados e presentes, puderam ser revertidos em recursos e condicionantes nas suas estratégias de inserção na política partidária e, mais especificamente, na condução dos mandatos parlamentares.

Com o intuito de dar um formato mais inteligível aos aspectos abordados dividimos o capítulo em três itens que tratam, sinteticamente, dos seguintes pontos: um primeiro dedicado ao exame dos recursos, herdados ou adquiridos, que compõem as perspectivas e disposições sociais dos deputados ao longo das suas trajetórias. E outros dois dirigidos, respectivamente, para análise dos recursos e relações sociais que fundamentam os esforços de construção de “lideranças” e as expectativas quanto a proposição de candidaturas e o acesso aos mandatos eletivos. Para finalizar, apresentamos alguns casos onde as modalidades de composição, e acúmulo, de “bases eleitorais” constituem

situações passíveis de uma descrição mais detalhada e elucidativa para o conjunto das relações estudadas.

1.1 Origem, recursos sociais e vinculações políticas

Com o objetivo de explicitar os recursos e relações sociais que constituem a base dos esforços de engajamento político eleitoral dos deputados passamos, então, a apresentar o resultado da análise feita a partir das informações indicadas anteriormente.

Como se pode observar, a ordem de apresentação dos dados e interpretações correspondentes obedece a distribuição dos deputados em bancadas partidárias. Assim, dos 47 deputados que compõem a população da amostra, três são do PSB (Partido Socialista Brasileiro), seis do PT (Partido dos Trabalhadores), oito do PDT (Partido Democrático Trabalhista), um do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), dois do PFL (Partido da Frente Liberal), um do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), sete do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), oito do PMDB (Partido do Movimento democrático Brasileiro) e dez do PPB (Partido Progressista Brasileiro). Este não é, no entanto, mais do que um recurso de apresentação, sem a preocupação de oferecer uma observação mais sistemática das relações entre a extração social dos deputados e as suas posições políticas¹². Com estes esclarecimentos, iniciamos a exposição com os dados relativos à profissão dos pais e dos próprios deputados.

Sinteticamente, dos três deputados do PSB, um é filho de mecânico, o outro tem pai dentista (profissional liberal) e a mãe professora e, a terceira tem pais funcionários públicos (pai e mãe trabalhavam no Banco do Brasil), sendo eles

¹² Para uma discussão acerca da relação entre extração social e modalidades de inserção política em sociedades como a brasileira onde, ao contrário do que Gaxie (1980) observa para o contexto francês, as lógicas de recrutamento político não podem ser descritas, simplesmente, a partir de “uma correlação estreita entre a representação político de um grupo e a sua posição social dos membros políticos”(Gaxie, 1980:1). Ver Grill, 1999 e, para uma análise quantitativa, Coradini, 1998.

mesmos, respectivamente, advogados (um deles foi também Promotor de Justiça e Procurador da Assembléia) e, a última, professora de nível médio. Dos seis deputados do PT, um é filho de “pequenos agricultores”, um o pai é técnico em telefonia e sobre a mãe não temos informações, um o pai era Fiscal da Receita e a mãe contabilista que largou a profissão para ser “dona de casa”. Com um caso em que o pai é auto-didata em cultura geral (principalmente “de esquerda”) e crítico de cinema, sem informações a respeito da profissão da mãe, um é filho de engenheiro (profissional liberal) e a mãe professora universitária e, a última tem pai advogado que ocupou (e ocupa) cargos políticos, também sem informação sobre a mãe. Nestes casos, apenas o filho de telefônico não têm formação universitária, sendo cabo da brigada. Entre os demais há, respectivamente, um caso de formação em sociologia com pós-graduação na França, um de jornalista com pós-graduação em filosofia que está cursando direito e três são professores, um com pós-graduação e outro com formação em “línguas” nos Estados Unidos.

Dos oito deputados do PDT, cinco são filhos de “pequenos”, ou “médios”, agricultores, um tem pai e mãe funcionários públicos com passagem por cargos políticos, um tem pai empresário (proprietário de uma “importante” rede de hotéis) e mãe dedicada ao trabalho filantrópico e um é filho de um “médio para grande” agricultor e pecuarista. Destes, dois são advogados, com um que é também jornalista, um tem formação em técnico agrícola e cooperativismo, exercendo ainda a profissão de radialista, palestrante e autor de livros, um é professor de letras, radialista e proprietário da emissora de rádio e o outro é formado em administração de empresas com pós-graduação nos Estados Unidos e o último, único que não tem formação superior concluída, é técnico em química.

Os dois casos do PFL são filhos de profissionais liberais, um dentista e outro médico veterinário que é também proprietário de hospital, sendo, respectivamente, médico como especialização em saúde pública e médico veterinário com pós-graduação em ortopedia. Para o deputado do PSDB não temos informações para profissão dos pais, mas ele mesmo é bacharel em direito e promotor público. E a deputada do PCdoB é filha de um ferroviário, sem

informação sobre a profissão da mãe. Dos sete deputados petebistas, três são filhos de “pequenos agricultores”, um de guarda noturno e outro de operário da construção civil, com mães “donas de casa”, um pertence a uma família que tem empresa de comércio e transporte “rural” e um é neto de grandes proprietários rurais com pais vivendo já o “período de declínio”. Dentre estes, há dois casos de advogados e um de médico com pós-graduação, um de músico, um de radialista, um de técnico agrícola e outro de estudante licenciado de letras, os quatro últimos sem formação superior.

Dos oito deputados do PMDB, quatro são filhos “pequenos agricultores”, um de “pequeno comerciante”, um de industriário na empresa de propriedade do sogro, um de profissional liberal (dentista) com vários cargos políticos, um que é filho de delegado da polícia e neto de grandes proprietários rurais, com um caso de filho de empresário (proprietário de um supermercado). Destes são, respectivamente, três advogados e um professor de filosofia, um economista com pós-graduação no México, um dentista, mais um que é advogado, um que tem apenas o ensino médio e, o último, com formação em engenharia química e administração de empresas.

Dos dez deputados do PPB, um é neto de “grandes proprietários rurais” com pais já na “fase de declínio”, um é filho de “médio” proprietário rural, um têm pai “dono de bolicho” (comércio em área “rural”) e mãe proprietária de terras, um é filho de delegado de polícia, outro de proprietário de uma empresa de engenharia e outra de caminhoneiro e “dona de casa”. Com quatro que são filhos de “pequenos” agricultores, sendo que em dois casos os pais tiveram de se mudar para cidade, em um destes, o pai foi segurança de uma empresa de calçados e, no outro o pai foi taxista. As profissões dos deputados são, respectivamente, ex-padre e professor universitário de teologia, direito e letras, um é advogado, radialista e proprietário de empresa de rádio e jornal, engenheiro agrônomo, advogado e professor universitário, engenheiro, jornalista e apresentadora de TV, professor de nível médio e bacharel em direito, professor universitário e assessor de sindicato rural. Nos dois últimos, únicos casos sem formação superior, os

deputados foram (ou são), respectivamente, operário e cargos de chefia na mesma empresa em que o pai foi segurança, e radialista e proprietário de uma empresa de rádio.

No conjunto são dezesseis casos de filhos de “pequenos” agricultores e seis de trabalhadores “urbanos” socialmente pouco valorizados (operário, mecânico, caminhoneiro, etc.), compondo um número bastante significativo, vinte e quatro, dos que são classificáveis, e que na sua maioria utilizam politicamente, a categoria “origem humilde”. Um número bem menor, oito casos, é registado para aqueles que se reconhecem como tendo origem em condições sociais “de média à alta”, dentre estes, os que têm pais (ou avós) classificáveis como “grande” comerciantes, “empresários”, pecuaristas ou produtores rurais. Com mais quinze casos, de filhos de funcionários públicos e profissionais liberais que, na falta de indicadores mais precisos (renda, propriedade, etc.), podem ser classificados nas posições intermediárias com relação à origem social. Já as indicações referentes aos recursos sociais e às condições profissionais dos deputados mostram um quadro bastante diferenciado. Nesse sentido, mais do que o patrimônio econômico, o que parece pesar são os investimentos realizados em termos de titulação escolar.

Apenas para tomarmos os números mais gerais, os que completaram o ensino médio, com diferentes modalidades de formação técnica, correspondem a totalidade dos deputados entrevistados, sendo que destes, trinta e seis, concluíram um ou mais cursos de nível superior, alguns com pós-graduação, e outros três estavam, no período desta pesquisa, cursando ou “licenciados” em cursos universitários. Uma situação que tende a se repetir, embora com descenso, com relação às profissões e à formação escolar do cônjuge. Porém, é, praticamente, inversa se comparada às condições dos pais e mães (ou responsáveis pela “criação”) dos deputados. No que pese as informações não serem exaustivas sobre este aspecto, é possível constatar a prevalência das condições menos escolarizadas, principalmente curso primário e primário incompleto mesmo nos casos em que em termos de capital econômico as

condições são consideradas “médias” ou “altas”. Com os funcionários públicos e profissionais liberais constituindo-se em casos quase que isolados no que diz respeito aos níveis escolares médios ou superiores.

Assim, mesmo que o título escolar, como de resto os demais recursos, devam ser considerados, principalmente, no que diz respeito aos seus usos sociais nas relações com as lutas políticas (Coradini, 1998:6), a escolarização parece ser um elemento importante da trajetória social dos deputados e, como tal, merecer um detalhamento maior. Algumas observações podem ser feitas, por exemplo, com relação à distribuição dos diplomados correlativamente às suas condições sociais de origem. No que aproveitamos para destacar alguns elementos distintivos com respeito às circunstâncias em que são “escolhidas”, e desenvolvidas, as atividades profissionais. Então, vejamos:

Os com curso superior alcançam a totalidade dos casos entre os filhos de funcionários públicos, profissionais liberais, empresários e grandes comerciantes cujas atividades estão associadas às áreas urbanas. A tendência, nestes casos, é acompanhar a “opção” profissional dos pais. Assim, dos oito casos cujos pais são profissionais liberais, todos estão formados em profissões idênticas ou semelhantes as dos pais, com exceção de dois casos, um dos quais o pai é engenheiro e a mãe professora, enquanto o deputado é jornalista e acadêmico de filosofia e direito. Mais ou menos da mesma forma que os filhos de funcionários públicos, com a diferença de que estes têm, em geral, maior titulação escolar que os pais. Os deputados Jair Foscarini, do PMDB, e Kalil Sehebe, do PDT, são exemplos de filhos de empresários e grandes comerciantes, cuja escolaridade dos pais não é declarada, enquanto eles mesmos têm um ou mais cursos de nível superior, com pós-graduação.

Uma situação um tanto diferenciada pode ser observada entre aqueles em que os pais (ou as famílias) têm atividades “ligadas à terra”, sem informações acerca da escolaridade. Nestes, a condição socialmente privilegiada dos pais, não implicou, em ao menos dois casos, na aquisição do diploma de nível superior, mas em formação técnica de nível médio e na área específica da atividade dos pais.

Com um caso em que o deputado continua exercendo, concomitantemente ao exercício do mandato, a atividade de pecuarista e industrialista da produção “rural”, e outro em que o deputado se dedica, exclusivamente, à atividade política. Já nos outros três, que completam os casos de filhos (ou netos) de proprietários rurais de nível médio ou alto, há dois casos de advogado, em que um é também jornalista e proprietário de uma emissora de rádio, e um de ex-padre com formação em direito, teologia, letras e vários cursos de pós-graduação.

O número dos que não têm curso universitário é, relativamente, maior entre os de “origem humilde”. Assim, dos vinte e nove casos em que os deputados declaram ser filhos de “pequenos agricultores”, caminhoneiro, ferroviário, taxista e outras ocupações do gênero, além de dois casos em que a morte prematura do pai implicou em rebaixamento das condições de vida da família, sete não ingressaram, ou não concluíram, o curso superior. Nestes, o aparente desinteresse pela aquisição do diploma, é justificado pela dedicação exclusiva, ou quase isso, ao “trabalho político”, ou outras atividades correlatas que, de qualquer maneira, lhes colocam em melhores condições sociais que as dos seus pais. Um caso típico é o do deputado Wilson Mânica, do PPB, cujo pai foi agricultor e, com a mudança para cidade, taxista. Enquanto ele completou o ensino médio e ingressou na “política” como vereador, atuando, concomitantemente, como radialista e proprietário de uma empresa de rádio.

Entre os de “origem humilde”, os diplomas foram também adquiridos em áreas ligadas às ocupações dos pais ou às atividades predominantes nas suas regiões de origem, configurando-se uma forma de investimento, muitas vezes verbalizada, como uma maneira de manter o vínculo com a “terra”, no sentido daquele espaço territorial e com aquela “comunidade”. Assim, temos, ao menos um caso, em que a formação é em Cooperativismo, seguido de atuação em sindicatos rurais, dois de professores, um com diploma em Letras e proprietário de uma emissora de rádio na região de nascimento, e outro que além de professor de contabilidade e fiscal do Banco do Brasil é também formado em Direito. Com mais

dois casos de advogados e um de médico, também dedicados ao “trabalho na comunidade”.

Com relação a profissão do cônjuge é, primeiro, importante registrar que esta informação só foi obtida para um pequeno número de casos, o que pode indicar o predomínio das categorias de menor status social ou de trabalho não remunerado como “dona de casa”, por exemplo. Considerando-se que a grande maioria dos deputados são do sexo masculino, esta é uma situação que, também, pode ser previsível pela própria estrutura social e a divisão de trabalho entre os sexos. Por outra parte, pode-se observar que, ao menos nos casos em que foram mencionadas, a profissão das esposas (as cinco deputadas mulheres não forneceram este dado) é, principalmente, professora, com dois casos de médica e advogada, prevalecendo também os casos de atividades representativas nas respectivas categorias profissionais e, ao menos dois casos, de exercício de cargos burocráticos e políticos, principalmente como assessoras do próprio deputado. Outro dado que chama atenção, diz respeito ao patrimônio econômico dos sogros (em ao menos dois casos ficou explicitado que proprietários rurais), o que, como deverá aparecer na seqüência desta exposição, aparece associado também às relações da “família” da esposa com ocupantes de cargos políticos.

Mas, voltando à profissão dos deputados e à composição social dos recursos é preciso ainda salientar que a titulação escolar se dá, com algumas exceções, de modo concomitante com a inserção política. Além de poder ser interrompida, ou acelerada, em diferentes fases da “carreira”. Na prática, isto se reflete, primeiro, num grande número de casos em que o diploma só foi obtido quando o deputado já exercia mandato político, sem que ele nunca tivesse, efetivamente, exercido a profissão formalizada no título. E, em segundo lugar, numa grande diversidade de atividades “profissionais” que aparecem, com muita freqüência, de forma combinada no curso das trajetórias políticas.

Assim, com relação à análise das informações referentes à classificação profissional, precisamos considerar o fato de estarmos tratando com “profissionais da representação”. Como observa Coradini (1998), para os que se dedicam à

atividade política, a classificação profissional declarada “têm sentido de origem de carreira, já que posteriormente dedicam-se às atividades de representação ou de comando”. Além dos casos em que o sentido mesmo da profissão é de representação”, ou permanece locada em “cargos de confiança” na administração pública. Nesse sentido, o exercício profissional acaba se refletindo num “amálgama de atividades” dentro do qual as atividades prescritas pelo título escolar perdem espaço para outras de maior popularidade (Coradini, 1998).

Para um exame mais detalhado, selecionamos os casos de “advogados” (13) e “médicos” (4) que representam, respectivamente, o primeiro e o segundo contingente do total da população da amostra. Dos advogados, três são também procuradores de justiça, sendo que um atuou apenas como procurador e depois exerceu cargo político, um exerceu cargos burocráticos e políticos, além da atividade de radialista, e o terceiro atuou como “profissional liberal” e em cargos burocráticos e políticos, além de procurador da Assembléia. Com mais dois que combinaram atividades como “profissionais liberais”, professores universitários e cargos burocráticos e políticos, dois que foram “profissionais liberais” (ou, como dizem, “advogados populares”) mas antes exerceram outras atividades, como funcionário do Banco do Brasil em um dos casos.

Além de dois casos em que a principal atividade profissional foi como jornalista, com um dos casos em que o deputado é também empresário, e outro em que é, exclusivamente, jornalista e “político”. Finalmente, mais quatro casos em que nunca atuaram como advogados, ao menos não profissionalmente, um foi professor na escola técnica de contabilidade e funcionário do Banco do Brasil, outro atuou como voluntário em movimentos comunitários, outro que, além de “líder comunitário”, foi cabo da Brigada Militar e criador de suínos, e um que é pastor evangélico e havia sido funcionário de uma companhia de gás.

Dos quatro casos de médicos, um é empresário e diretor técnico do hospital de propriedade do seu pai, além de atuar no sindicato dos médicos veterinários. Outros dois atuam em hospitais públicos e mantêm uma clientela privada, com um que atua na Associação dos Médicos e o último chegou a atuar em um hospital da

rede pública, mas dedicou-se principalmente ao exercício de cargos políticos e burocráticos. As demais atividades profissionais combinam-se, mais ou menos, da mesma forma, ora privilegiando os cargos burocráticos e políticos, ora atividades de representação, principalmente nos cinco casos de professores de nível médio, ou ainda a atuação como jornalista, radialista, etc., eventualmente, combinada com a de “empresário” e “proprietário rural”.

Um elemento que se destaca do exame das trajetórias profissionais é o peso que adquire um tipo específico de “profissão”, a atividade política. O fato de serem candidatos eleitos, ou seja, já investidos de uma posição oficial na hierarquia política, e numa espécie de “grau médio” da divisão institucional de trabalho, aparece já como um indicativo da existência de candidaturas e mandatos anteriores, seja como vereadores, prefeitos municipais ou para própria Assembléia. Além do que, mesmo no caso de “estreantes”, a própria seleção dos seus nomes para compor as listas de candidaturas dos respectivos partidos já é visto como resultado de todo um “trabalho político” prévio.

A princípio, existe uma diferenciação quanto ao caráter mais “partidário” ou, pelo contrário, mais “eleitoral”, das trajetórias seguidas desde o ingresso na atividade política. Ou seja, entre os que antes de postular qualquer tipo de candidatura se dedicam a trabalhar pelo partido, ou por um ou outro candidato em particular, e aqueles para os quais a inscrição partidária é vista já como uma forma de legitimar as suas próprias chances na disputa eleitoral. Uma outra possibilidade, nesse sentido, é o candidato ter sido “convidado” por um ou mais dos dirigentes partidários para integrar a nominata, uma espécie de averiguação prévia das chances eleitorais do pretendente à vaga, o que o distinguiria daqueles que “procuram” o partido com esta intenção. O uso das categorias, e os sentidos que adquirem são, no entanto, muito variáveis, já que na própria seleção dos candidatos concorrem uma série de relações, dentre as quais o exercício de cargos políticos é apenas um dos componentes e com pesos diferentes para cada situação.

De qualquer maneira, é possível observar, para grande maioria dos deputados entrevistados, a ocorrência de um ou mais mandatos anteriores, com número ainda maior daqueles que tiveram participação em disputas políticas, seja como candidato seja oferecendo seu “apoio” a um ou mais candidatos, ou ainda como titulares de cargos políticos e burocráticos. Para que se possa ter uma idéia destas trajetórias, segue-se um quadro sintético de cada grupo partidário: Dos deputados do PSB (3) um foi vereador por Pelotas, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Prefeito da cidade e Secretário de Ação Social e de Educação, tudo pelo MDB/PMDB, antes de se candidatar a deputado pelo atual partido; um foi apenas vereador e candidato a prefeito de Passo Fundo e membro das direções estadual e nacional desde a fundação do partido; com uma última que “estréia” em 1994 como deputada pelo atual partido, tendo integrado, anteriormente, a direção estadual do PDT.

Dos deputados do PT (6) quatro foram vereadores com dois que concorreram a prefeitura nos respectivos municípios, sendo que um foi candidato também a deputado federal e um ao senado, sempre pelo mesmo partido. Em termos de cargos burocráticos e partidários um destes deputados foi também líder do governo na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Coordenador da bancada na Assembléia e Secretário Municipal, está no seu segundo mandato como deputado estadual e é líder da bancada além de membro da direção nacional e estadual do partido; outro que está também no seu segundo mandato na Assembléia é Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e foi, por várias legislaturas, membro da direção estadual e nacional do partido. Dos outros dois deputados do PT, um foi candidato a Prefeito em Santo Cristo e entrou, como suplente, para deputado estadual em 1996; a outra tem dois mandatos na Assembléia e é membro da direção municipal e estadual do partido. Dos deputados do PDT (8) seis foram vereadores pelos respectivos municípios, com um caso em que a candidatura a vereador foi pelo PFL e outro que concorreu pelo PMDB, três que chegaram a Presidente da Câmara de Vereadores, três que foram também Prefeitos e dois que concorreram, diretamente, para Prefeitura, um primeiro como vice e depois Prefeito, com outros dois que foram apenas

candidatos a Prefeito sem eleger-se. Destes, ao menos em três casos, os deputados tiveram cargos de primeiro, segundo ou, ao menos, “terceiro escalão” no governo do Estado e em direções municipais e/ou estaduais do partido.

Dos deputados do PFL (2) um foi candidato a deputado estadual e vice-prefeito pelo PL na coligação com o antigo PDS e outro foi Secretário de Estado da Saúde pelo PDS e na coligação PMDB/PPB/PFL/PTB, ambos estão no segundo mandato como deputado estadual e ocupam, em esquema de “rodízio”, presidência e a vice do PFL no Estado. O representante do PSDB foi Prefeito de Rio Grande pelo PT e está no seu primeiro mandato na Assembléia. A deputada do PCdoB foi vereadora em Porto Alegre por dois mandatos consecutivos e está no seu segundo mandato na Assembléia, integrando a direção estadual e nacional do partido desde a sua “reestruturação”. Dos deputados do PTB (7) quatro foram primeiro vereadores, um eleito pelo próprio PTB; outro primeiro pelo MDB e, depois, PDT, chegando a Presidente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e ocupando também a Secretaria de Obras do Município e, o terceiro, eleito vereador pelo PDT, ocupou a Presidência da Câmara em Uruguaiana, expulso do PDT, concorreu a Prefeito pelo PTB e está no seu segundo mandato na Assembléia pelo mesmo partido; o último foi vereador e Prefeito pelo PMDB e ingressou no PTB porque o PMDB bancou um outro candidato a deputado estadual pela “sua” região, foi também Secretário de Estado do governo Britto (1994/98). Dos outros três, um está no seu quarto mandato na Assembléia, o primeiro pelo PMDB, partido pelo qual também concorreu a Prefeito, é presidente e foi responsável pela “reorganização” do PTB no Estado, sendo também líder da bancada na Assembléia; um foi candidato a deputado estadual uma vez sem eleger-se e está no seu primeiro mandato como suplente, o terceiro elegeu-se para o seu primeiro mandato na Assembléia, legislatura 1994/98.

Dos deputados do PMDB (8) quatro foram, primeiro, vereadores nos seus municípios, sendo que um foi membro da secretaria e Secretário Municipal de Administração e da Fazenda em Novo Hamburgo; um foi vice Prefeito da gestão do seu pai pelo PTB e está no seu quarto mandato na Assembléia; um foi

vereador por dois mandatos e Prefeito de Campo Bom, além de presidente estadual da Juventude do partido e do diretório Regional, é líder da bancada; com outro que foi também candidato a Prefeito de Caxias, Secretário do Trabalho e Ação Social do Estado e está no seu quarto mandato como deputado estadual, sendo Presidente da Assembléia no período da pesquisa. Entre os outros quatro peemedebistas, um foi direto candidato a deputado estadual depois de ter sua candidatura a prefeito impugnada, ficou primeiro como suplente e está no seu terceiro mandato como titular, outro estreou como candidato a deputado estadual, mas já havia sido diretor do Meridional quando este era um banco estadual e atuado como coordenador da campanha do atual governador, Antônio Britto, nas prévias do partido é, líder do governo na Assembléia; um foi candidato a vereador e a deputado estadual sem eleger-se, depois foi indicado para Secretário de Estado da Fazenda e está no seu segundo mandato na Assembléia, sempre teve “ligação muito forte” com a Executiva Estadual do PMDB; outros dois foram eleitos diretamente para Prefeitura dos seus municípios, sendo que um deles se destacou por ocupar vários cargos nas direções municipais e estaduais do partido e ambos tiveram cargos no governo do Estado e na própria Assembléia.

Dos dez deputados do PPB, cinco foram Prefeitos dos seus municípios, com três que foram, primeiro, vereador, um que foi também vice Prefeito; um que concorreu e ficou como suplente de Senador, tendo atuado também como Secretário adjunto de Educação do Estado, além de coordenador da bancada do seu partido na Assembléia; um que concorreu, diretamente, a Prefeito e garantiu a eleição do sucessor; e outro que exerceu o cargo de Prefeito por três vezes, além de vários cargos públicos ligados ao governo do Estado e ao governo federal. Nos outros cinco casos, os cargos anteriores foram vereador (4) e partidários; com dois que exerceram a liderança da bancada; um que chegou à Presidência da Câmara e um que, além de deputado por duas legislaturas e líder partidário, foi Presidente da Assembléia e é, atualmente, Secretário de Estado dos Transportes; com um que concorreu, diretamente, a deputado e é líder da bancada. Para o conjunto dos representantes do PPB, não há registro de mudança de partido, ao menos, não após a primeira candidatura.

Visto isto, podemos constatar que os deputados, na sua maior parte, já contam com toda uma “experiência política” anterior e que, a depender da prevalência de cargos de um ou outro tipo, pode ser também descrita como mais “executiva” ou mais “legislativa”, iniciada “por baixo” (como vereador, por exemplo) ou protagonizando “vãos mais altos” (como quando a estréia é já como Prefeito ou deputado). Além disso, apesar de não termos feito um levantamento mais detalhado a este respeito, é de se ressaltar que com ou sem mandatos eletivos e inscrição de candidaturas, o envolvimento nas disputas políticas, seja como dirigente partidário, coordenador de campanha, “apoio”, “aliado” ou cabo eleitoral, caracteriza, praticamente, todos os casos examinados. E isto também não parece ser algo que decorra apenas da experiência “pessoal” do deputado. Um outro elemento que destacamos, nesse sentido, é que a inserção política é, para um significativo número de deputados, percebida como uma “tradição de família”. Vejamos alguns casos em que se registram laços de parentesco com ocupantes, ou pretendentes, a cargos políticos, partidários e burocráticos, no presente ou no passado.

No PSB, dos três deputados eleitos, um tem pai e mãe que foram dirigentes do MDB e vereadores pelo mesmo partido e outro tem um tio que já teve mais de uma gestão como Ministro sobre o qual ele não faz referência por ser de um partido adversário ao seu. No PT, dos seis deputados, uma é filha de um dirigente nacional do partido e ex Prefeito de Porto Alegre; um é irmão de um dirigente do partido e candidato a Prefeito no seu município (Santo Cristo); um é neto de ex-Prefeito de Santa Maria e sobrinho de um deputado federal “cassado”; um é filho de militante comunista e uma diz que conseguiu, “apenas”, que seus pais e irmãos fossem eleitores do partido. Dos dois deputados do PFL, um é filho de dirigente do antigo PSB e o outro de um proprietário de hospital veterinário e membro do Conselho Regional de Medicina. No PDT, dos oito deputados, um é filho de vereador e deputado estadual pelo antigo PDC e pelo PT, sobrinho de vereador, deputado, Prefeito e Secretário de Estado da Educação, além de genro de deputado estadual e Prefeito de Osório; um é de “família” onde “todos são militantes do trabalhismo”; um têm mãe vereadora por três mandatos e pai por um

mandato; um é irmão de vereador e outro é filho de “líder local” e cabo eleitoral dos “candidatos trabalhistas da região”; com um quinto que é filho de um “líder cooperativista”. A única representante do PCdoB é filha e neta de dirigentes comunistas. Entre os deputados do PTB é menor o número dos que mencionam algum tipo de “herança política”, com um que é filho de militante do antigo MDB; um sobrinho de vereador, neto e genro de ex-Prefeitos do seu município; e um terceiro que cujo pai foi vereador e o irmão é o atual Prefeito do seu município; com um caso em a “herança” foi repassada por um vizinho, vereador e líder comunitário e, posteriormente, líder partidário e deputado estadual.

No PMDB, há um caso em que o tio foi Secretário e Prefeito municipal que continua concorrendo a cargos políticos pelo mesmo partido e no mesmo município; um que o pai foi Prefeito por mais de uma gestão; e outro cujos antepassados receberam um grande lote de terra como recompensa por terem lutado na Revolução Farroupilha o que lhes deu “tradição” na região; um cujo o pai, “apesar de não se meter em política era liderança na comunidade e chegou a fundar uma cooperativa que vendia mais barato para funcionários públicos” e a esposa é vereadora em Porto Alegre; e outros dois cujos laços de pertencimento são também à “família tradicional”, uma que, entre outras atividades, fundou o clube recreativo da cidade e outra cujo o pai é “líder empresarial”, a mãe faz atividades filantrópicas e os irmãos tem vários cargos “de expressão” inclusive chefe de departamento em uma Universidade da região, além de serem “patrícios” do atual Senador e líder peemedebista Pedro Simon. Finalmente, no PPB (antiga Arena, PDS, outros) são sete os deputados que mencionam algum tipo de vínculo de “família” com a ação política, com um que é filho de militante e cabo eleitoral do partido; um que é filho de dirigente partidário e vereador por dois mandatos; um que é filho de vereador, deputado estadual e Presidente da Assembléia que concorreu a deputado federal, mas não elegeu-se; um que é filho e irmão de vereador e Prefeito; um que é filho de cabo eleitoral e genro de vereador e dirigente partidário, este último, de um partido adversário ao seu; uma que é neta de um intendente (Prefeito indicado) e um que credita o seu vínculo partidário à “comunidade” onde nasceu que “era toda da Arena”.

As situações são, como podemos perceber, bastante diferenciadas, mas que revelam um forte componente de “hereditariedade” nas trajetórias políticas dos deputados. Os vínculos de “família” aparecem, com destaque, nos registros bibliográficos e nos “perfis políticos”, sendo, amplamente, utilizados como recurso nas disputas político eleitorais, porém, como observa Coradini (1997:5) “concorrem com outras relações e, portanto, não há uma homologia estrita entre aquelas e as posições partidárias”. Assim, as relações de parentesco podem tanto justificar adesões, e eventuais “trocas” de partido, quanto ser vistas como um “peso” (no sentido negativo do termo) que precisa ser “renegado” a todo momento, produzindo efeitos diferenciados a depender também do grau de parentesco e do tipo de vínculo político apresentado.

Em síntese, as indicações apontam para um quadro onde, dos 47 deputados investigados, ao menos trinta e três já ocuparam, ou concorreram, para cargos em nível “municipal” e outros quatorze que tiveram sua “estréia”, diretamente, como deputados, o que também não significa dizer que não tenham participado de outras disputas com ou sem candidatura oficial. Com mais vinte e um casos onde estes vínculos são também “herdados”, através dos laços de parentesco com candidatos e ocupantes de cargos políticos e outros dez em que as relações com a “política”, apesar de informais, não parecem ter menor impacto sobre a trajetória do deputado. No que se destaca um outro elemento fundamental para o que temos em pauta; trata-se de não se considerar as trajetórias políticas apenas nos seus aspectos mais formais e públicos. Como se procurou ressaltar, por exemplo, com relação à “herança política” esta não pressupõem apenas os cargos partidários, burocráticos e eletivos, mas também as participações em sindicatos, cooperativas e “movimentos” sociais, nos eventos de integração comunitária e no “trabalho político” informal, como é caso dos “cabos eleitorais”. Para o que se poderia ainda acrescentar um terceiro elemento; o de que a noção de “família” também não pode ser percebida apenas em termos dos laços de consangüinidade, destacando-se, em muitos casos, outras modalidades de

“filiação” como os parentescos distantes, as relações de amizade, de vizinhança e de “colegas de trabalho”¹³.

Vistas desta ótica, as lutas e relações políticas exigem uma análise que privilegie as interações entre aquilo que é oficialmente definido como “política” e as diferentes esferas sociais às quais os deputados estão vinculados. Como sublinha Coradini na sua análise a respeito das inserções político eleitorais “(...) mais que as relações com as esferas mais oficiais, como cargos e candidaturas, deve ser considerado o conjunto mais complexo de relações e recursos sociais que podem possibilitar ou impedir as chances, dentre as quais a ocupação de cargos se constitui em apenas um dos componentes(...)” (Coradini,1997:8). Em linhas gerais, o que entra em pauta são as “qualidades” ou a capacidade de “liderança” e que, na linguagem do meio, aparecem como justificativa para as candidaturas e os “sucessos” eleitorais obtidos.

1.2 As bases sociais da liderança

Como candidatos eleitos e, na maior parte das vezes, com forte componente em termos de relações anteriores nas diferentes esferas da “política”, é comum que os deputados minimizem os efeitos de recursos e relações sociais que não integram, da mesma forma, esta definição oficial. De fato, quando interrogados explicitamente sobre as condições que determinaram sua inserção política, muitos deputados restringem-se a fazer uma lista dos cargos políticos ocupados anteriormente, assim como algumas candidaturas que, mesmo fracassadas eleitoralmente, significam já um indicativo do seu prestígio entre as esferas oficiais da atividade política. Por outro lado, um exame mais aprofundado das modalidades de ingresso, e daqueles cujo componente “profissional” é menos significativo, revela o que estas diferentes estratégias e esforços de inserção

¹³ Para um alargamento do conceito de “hereditariedade” associado à atividade política ver Claude Patriat, Jean-Luc Parodi (1993).

política devem às interações com lógicas e recursos sociais, originalmente, não admitidos como políticos.

No interesse de averiguar as condições que possibilitam as candidaturas e os mandatos correspondentes passamos, então, a focalizar relações estabelecidas ao longo das trajetórias dos deputados e que podem se refletir em termos de “liderança” sobre algum segmento populacional ou setor social específico. O modo como estes vínculos podem passar a compor as chamadas bases eleitorais e os esforços de gestão e ampliação mobilizados nas sucessivas disputas em que se engajam será matéria de análise no item subsequente. Por ora, vale atentar para complexidade dos laços acessados pelos deputados e a variabilidade das lógicas e esferas sociais às quais suas atuações estão associadas. O que nos coloca uma preocupação com respeito à obtenção de informações e ao tratamento do material de pesquisa. Neste caso, se fez necessário um procedimento diferenciado para que se tenha acesso àqueles vínculos e relações sociais que são oficial e formalmente utilizadas como recurso político, como costuma ocorrer com as práticas sindicais, corporativas, religiosas, regionais ou comunitárias; e os que fazem parte das redes “pessoais” dos deputados. Em uma e outra situação apelamos para os depoimentos obtidos junto aos próprios deputados, mas se as primeiras puderam ser complementadas através da consulta a materiais impressos e pesquisa bibliográfica, as segundas dependeram de entrevistas prolongadas e conversas de caráter informal com assessores e ativistas. As observações podem ser resumidas da seguinte forma:

Dos deputados do PSB, dois iniciaram sua atuação política no “movimento” estudantil e através da participação em grupos ligados à Igreja Católica e assumiram, por meio da atuação profissional (como advogados), de cargos políticos e ligações com outros políticos e militantes, relações com associações sindicais e, principalmente, comunitárias, nas suas respectivas regiões (Pelotas e Passo Fundo). Com um caso em que a participação foi, diretamente, no “movimento” de professores como presidente do CPERGS (Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul) e em outras instâncias sindicais. O deputado do

PSDB participou, enquanto representante do Ministério Público, de “movimentos” ecológicos e de defesa ambiental, o que lhe possibilitou ser “convidado” para concorrer a Prefeitura de Rio Grande pelo PT. Já a representante do PCdoB iniciou atuando nos “movimentos” de mulheres, comunitário e pela “redemocratização”, tendo ainda uma participação sindical na associação dos farmacêuticos e como funcionária da Universidade Federal. Entre os deputados do PT destaca-se também a atuação sindical e corporativa, com uma que iniciou pela participação no sindicato dos funcionários públicos municipais de Pelotas, um que apresenta-se como representante dos cabos e soldados da Brigada Militar e um terceiro que começou pela participação na Juventude Católica e passou para o sindicato dos trabalhadores rurais e, a partir deste, para direção regional e nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Com três casos em que a atuação foi, principalmente, no “movimento” estudantil universitário aliado à militância partidária que, nestes casos, está também associada à uma “herança de família”.

No PDT apenas um iniciou a partir do “movimento” estudantil concorrendo a vereador quando ainda era estudante de direito na UFRGS, com três casos onde a atuação foi primeiro como radialista, sendo que um também como advogado e jornalista, um como empresário de rádio, professor e participação na Associação de Indústria e Comércio, e outro como assessor de uma cooperativa Rural e sindicatos. Com um caso de médico e representante da Associação de Medicina e outro de “executivo” nas empresas do pai, diretor do clube recreativo da cidade e representante do esporte amador. Os dois deputados do PFL iniciaram no “movimento” estudantil, sendo que um destacou-se como presidente da Associação de Medicina Veterinária e outro na atuação como assessor da Secretaria de Saúde, onde formou um “grupo de confiança” do, então Secretário, Jair Soares.

No PMDB, seis iniciaram no “movimento” estudantil nas suas cidades, ingressando nas juventudes partidárias. Com um que atuava também no clube recreativo fundado pela sua família e do qual era diretor de esportes e jogador de

futebol; outro que vinculou-se ao grupo que estava na direção da UMESPA e da UGES e coordenou grupos nos cursos internos da Brigada, além de liderar associações comunitárias e de criadores de suínos; um que participou no grêmio estudantil e, junto com o irmão, de vários Congressos Estudantis, organizando a juventude e o diretório do PMDB na sua cidade. Com outros três que participaram do “movimento” estudantil universitário: Um que atuou no “Movimento Unido Gente” da Igreja Católica e no diretório de Economia da UFRGS, vinculando-se ao IEP (Instituto de Pesquisas Econômicas) que prestava assessoria ao MDB e a partir do qual se ligou ao grupo que fundou o PMDB no Estado. Um que participou do mesmo Instituto, ligando-se ao então diretor do Banco Meridional e tornando-se seu assessor jurídico, depois elegeu-se Presidente do Grêmio (Clube de Futebol de Porto Alegre) e, nas prévias do PMDB, passou a colaborar com um dos candidatos da legenda ao governo do Estado. E, um terceiro, que iniciou no movimento estudantil da Igreja e chegou a presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade de Caxias, a partir do qual passou a participar do “movimento” comunitário e sindical, primeiro “ligado” aos grupos de esquerda e, depois, rompendo e ficando no PMDB. A atuação foi, diretamente, como professor de Contabilidade no ensino médio e fiscal do Banco do Brasil; e assessor da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Novo Hamburgo (indicado pelo tio), nos outros dois casos.

No PTB, dos sete deputados, apenas dois iniciaram pelo “movimento” estudantil e, neste caso, secundarista. Um atuando no município de Erechim como Presidente do Grêmio da Escola Técnica e diretor da UGES; outro no grêmio estudantil, UMESPA e UGES, tudo em Porto Alegre e no mesmo grupo de um vizinho seu que era vereador e líder comunitário e fez com que ele seguiu-se o mesmo caminho: líder estudantil, comunitário, vereador e deputado estadual. Um terceiro, que era, na época, líder da bancada na Assembléia, apesar de ter atuado em grêmio estudantil e em uma associação de moradores, destacou-se como radialista e apresentador de programa de rádio na capital do Estado. Já, o então líder partidário, também chegou a participar do grêmio, mas destacou-se graças ao tio que, eleito vereador com a sua ajuda, lhe emprestou o gabinete de

advocacia onde ele atuou como “advogado popular”. Com dois que atuaram (e atuam), respectivamente, como “médico do povo” e da comunidade evangélica além de “evangelista”; como pastor evangélico; e outro que é músico e compositor, “líder” do grupo em que atua e membro da Associação dos Músicos.

Finalmente, dos dez deputados do PPB, dois iniciaram pelo “movimento” estudantil, sendo que um já vinculado à juventude partidária e outro, sem vínculo partidário, na “luta” pelo ensino noturno. O primeiro constituiu sua relação com a “política” a partir da “tradição de família” e daqueles que participavam do “grupo de relações” do seu pai, o segundo graças ao “apoio” dos ex-colegas de ginásio, mas também como “patrão do CTG”, apresentador de programa de rádio e proprietário da emissora. Com outros dois casos em que as relações com a política partidária se devia já aos vínculos de família e foram acrescidas, em um caso, pela atuação como engenheiro agrônomo, que trabalhava para os proprietários rurais da região, e técnico da CEE que garantiu o fornecimento de energia elétrica. Com um que já na primeira eleição para vereador e, depois, para deputado, vinculou-se a um grupo que atuava em todos os níveis da hierarquia política – municipal, estadual, federal – para defender os interesses do setor coureiro calçadista – merecendo a “confiança da direção da empresa onde trabalhava” e acoplado vínculos comunitários com “pequenos agricultores do Vale do Rio dos Sinos”, com participação em um “Grupo de Tiro” de tradição alemã e em um grupo de “jovens líderes” ligado a um Clube de Serviços. Um que teve atuação como padre, professor e “trabalho comunitário” na rádio da Universidade e vinculado à Reitoria da PUC na região que tinha também ligações com a Prefeitura local e com um grupo interno da antiga Arena/PDS. E outra que iniciou como jornalista e apresentadora de TV que, em um debate político, foi “convidada” a concorrer pela chapa do então candidato a Prefeito de Porto Alegre, Chiarelli.

Embora não sejam exaustivos, os dados apresentados acima permitem perceber a complexidade das relações movidas pelos deputados enquanto recursos políticos e como parte dos seus esforços de construção de “liderança”. Porém, como também observa Coradini (1997: 15), “não existe uma equivalência

necessária entre a condição de “líder” e a ocorrência de candidatura, porque isto implica em todo um esforço no sentido de reverter estas “qualidades” sociais em recursos propriamente eleitorais, ou seja, nas chamadas “bases eleitorais”. No caso em estudo, isto significa considerar os sentidos contidos nas relações de liderança comunitária, sindical, parentesco, cargos políticos anteriores, etc. que se combinam, com maior ou menor “peso”, nas diferentes fases da “carreira” política e nas sucessivas disputas eleitorais.

O fato de serem candidatos eleitos e, como já salientado, com todo um histórico de cargos políticos que, na maior parte da vezes, é visto já como uma condição de candidatura e como justificativa do sucesso eleitoral, pode nos dar uma idéia da magnitude e da distribuição social e geográfica desses recursos. Investimentos, esforços e estratégias utilizados no sentido de reverter seus vínculos sociais, e os decorrentes de uma atuação política prévia, em “bases eleitorais” objetivadas em termos de candidaturas e mandatos, necessitam, no entanto, de um exame pormenorizado.

1.3A construção das “bases eleitorais”

Com o objetivo de elucidar os recursos apresentados anteriormente e que se constituem, conforme o exposto, em condições de “liderança” transformadas em trunfos eleitorais e bases de compromissos cultivados ao logo dos mandatos parlamentares, passamos a examinar algumas situações representativas do processo de construção das “bases eleitorais”. Seleccionamos, então, sete casos onde os esforços de composição e acumulação dos vínculos que passaram a constituir as bases eleitorais dos deputados puderam ser detalhados com maiores chances de inteligibilidade das relações em estudo. Mais especificamente, objetivamos contemplar dois aspectos presentes nos movimentos de mobilização, e gestão, dos vínculos eleitorais. De um lado, a composição social dos recursos e

sua reconversão eleitoral, de outro, o caráter mais abrangente, ou mais particular, destas “bases” e, conseqüentemente, das lógicas de mobilização política em jogo.

Iniciamos, apresentando o exemplo do deputado José Gomes do PT cuja base eleitoral é composta, principalmente, de membros, cabos e soldados, da Brigada Militar, e tem dirigido seus esforços para abranger outros setores da polícia e do funcionalismo público em Porto Alegre e no interior. Na seqüência, é focalizada a trajetória do deputado José Alvarez, do PPB, cujas bases eleitorais estão fincadas em um determinado município, São Borja, da qual foi Prefeito por três gestões consecutivas e na qual a sua própria família e a da sua esposa têm “tradição política”, e arredores. Além dos exemplos dos deputados Jair Foscarini, do PMDB, cuja a base é, fundamentalmente, os empresários e empregados do setor coureiro-calçadista da região de Novo Hamburgo; Valdir Fraga, do PTB, que tem suas bases nas associações de moradores e “movimentos de luta pela moradia” em algumas “vilas” de Porto Alegre e Região Metropolitana; e César Busato, também do PMDB, que divide suas bases entre a “comunidade” de Veranópolis e os setores “mais intelectualizados da Capital”. Para finalizar, apresentamos os casos dos deputados José Otávio Germano, do PPB, e Vieira da Cunha, do PDT, que aparecem como exemplo de situações em que as bases eleitorais são menos social e geograficamente delimitadas, englobando diferentes segmentos populacionais “espalhados”, efetiva ou presumidamente, por todo o Estado.

O deputado José Gomes iniciou sua atividade política como militante do MR8 (Movimento Revolucionário oito de outubro), na época um grupo interno do MDB. Foi em função deste seu engajamento que veio para Porto Alegre (ele é natural de Recife/PE) participar das eleições de um sindicato vinculado à organização. O ingresso na Brigada Militar alterou, no entanto, o curso desta trajetória, possibilitando uma atuação mais direcionada para “luta” corporativa e que, quanto as divisões político-partidárias, sinalizou a sua aproximação com o PT. Aparentemente, sem nenhum outro vínculo na cidade ou no Estado que pudesse ser apresentado como recurso ou possibilidade de “liderança” política, o

deputado formou sua “base eleitoral” a partir de uma atuação explicitamente corporativa, na “luta” pela inscrição, na Constituição Federal, de uma cláusula que garantisse o “direito de associação” para os policiais militares. Com isto, conseguiu firmar-se como fundador e Presidente da Associação dos cabos e soldados da Brigada Militar e ainda ser “convidado” pela direção do PT em Porto Alegre para concorrer a vaga de vereador nas eleições subseqüentes à Constituinte de 1986. No exercício do cargo de vereador, a preocupação foi reforçar estes vínculos preparando as condições para candidatura à Assembléia Legislativa já que a categoria precisava de uma “voz estadual”. O mandato de deputado estadual tem, no entanto, um componente novo, trata-se de expandir a “base eleitoral” incorporando outros segmentos profissionais, ligados de alguma forma à corporação militar ou classificáveis como funcionários públicos.

Com forte vinculação de família à política e ao mesmo partido (a variação é, principalmente, de sigla) e fincado dentro de uma mesma localidade – o município de São Borja e arredores -, o deputado José Alvarez, do PPB, atuou, inicialmente, apenas como “técnico”, engenheiro agrônomo, dedicado à topografia e a demarcação de campo junto aos proprietários rurais daquela região. Encaminhado pelo pai, então Presidente do PL, começou a freqüentar as reuniões do partido e passou a disputar eleições, inicialmente sem sucesso, para vereador. Eleito, chegou a compor a Mesa da Câmara de Vereadores com o sogro que, apesar de ser de um partido adversário ao seu participou como “aliado” em várias outras oportunidades, o que é visto pelo deputado como um importante trunfo eleitoral e um reforço para “tradição política” da sua família. Com base nisto, conseguiu ser reeleito vereador e foi também prefeito do seu município por três mandatos consecutivos (um como “interventor”, outro como prefeito “nomeado” e, por último, mediante processo eleitoral). Suas bases eleitorais puderam ser ainda ampliadas para outras localidades “do interior” em função de ter sido indicado para diretor da CEE (Companhia Estadual de Energia) e responsável pela “eletrificação rural”, pela sua atuação como prefeito e no próprio mandato de deputado, com o que conseguiu realizar “várias obras sociais na região”.

Uma situação um pouco diferenciada, se bem que ainda “localista”, no sentido de que o vínculo político é com um segmento social específico – o setor coureiro calçadista – e territorialmente situado dentro de uma “região” do estado onde este “setor” é economicamente dominante, é a do deputado Jair Foscarini. É interessante observar que trata-se de um segmento social bastante disputado, somente entre os deputados eleitos para a legislatura 94/98, são ao menos três os que concorrem para “representar os interesses do setor” na Assembléia. Além do deputado Foscarini, cuja trajetória vamos detalhar à seguir, há um deputado do PPB cujos esforços de mobilização política e eleitoral estão associados à sua atuação anterior como operário em uma das principais indústrias do setor naquela região, ao mesmo tempo, que mantinha seus laços com a sua “comunidade” de origem através da atuação em movimentos da igreja e em “clubes de tiro”. E um segundo, também do PMDB, que iniciou profissional e politicamente mais ou menos da mesma forma que o deputado pebebista, mas teve uma atuação partidária mais forte, elegendo-se vereador e prefeito da sua cidade (Campo Bom) e chegando à vice presidente e presidente do partido no Estado.

No caso do deputado Foscarini, o vínculo com a política, além de ser já uma “tradição de família” (o seu primeiro cargo foi resultado de indicação do seu tio que havia sido secretário e Prefeito Municipal), está associado com a sua atuação “profissional” como assessor da Secretaria de Planejamento e Secretário de Indústria e Comércio. “Os Foscarini”, como são designados por adversários e correligionários políticos, costumam suceder-se nos cargos, apresentando um formato de campanha e uma maneira de se conduzir nas gestões que caracteriza uma espécie de “feudo” ou hegemonia da “família” na política local (Novo Hamburgo e arredores). Além disso, a “competência” no exercício dos cargos, aliada a uma forte titulação escolar, lhe permitiu estabelecer relações com prefeitos e secretários de municípios próximos, além dos empresários daquelas localidades. Estas ligações puderam ser ainda reforçadas pela participação nos “clubes de serviços”, como Rotary e Lions. Sua candidatura a deputado estadual foi fruto já do seu pertencimento a um grupo de empresários vinculados a estes clubes que “indicaram o seu nome” e investiram na obtenção de adesões e

“apoios” para sua eleição. Eleito, ele tem a preocupação de ampliar estas redes através da produção de projetos e da atuação em Comissões específicas, voltadas para o “crescimento econômico do Estado” e do setor coureiro calçadista, em particular.

O deputado Valdir Fraga, do PTB, já deve sua inserção política à uma atuação anterior como “líder comunitário” em algumas “vilas” de Porto Alegre. Profissionalmente, atuou apenas como funcionário dos Correios, cargo do qual se licenciou para ser assessor na Assembléia e preparar sua candidatura a vereador. Filho de carpinteiro e mestre de obras, não teve, na família, histórico de participação política. Contou, no entanto, com a “ajuda” de um vizinho, então vereador em Porto Alegre, reconhecido pela atuação política na sua “comunidade” e também no “movimento” estudantil. Foi ele que o “apoiou” para o grêmio estudantil e entidade municipal (UMESPA), para presidência de uma associação de moradores (“a maior da Zona Norte”) e na sua eleição para vereador, Presidente da Câmara e a deputado estadual. Em troca, ele “ajudou” na eleição deste vizinho para deputado estadual, acompanhando-o ainda nas sucessivas trocas de partido, que o levou a concorrer, primeiro, pelo PMDB, depois pelo PDT e, finalmente, pelo PTB. Sua atitude foi retribuída com o cargo de assessor na Assembléia e o “apoio” do então deputado nas disputas das quais participou. Na condição de Presidente da Câmara, por duas gestões consecutivas, conseguiu ser indicado para uma secretaria municipal e um cargo no governo do estado que não chegou a ocupar. Concorreu à prefeitura de Porto Alegre e está no seu segundo mandato como deputado. Mais recentemente tem procurado expandir suas “bases” para outros municípios do Estado, mas até então seus eleitores são principalmente o “pessoal” das associações e loteamentos urbanos de Porto Alegre.

O deputado César Busato, PMDB, tem uma base eleitoral que, em termos geográfico e sociais, apresenta uma composição diferenciada. Trata-se, como ele diz, do resultado da utilização de “dois ingredientes”: O primeiro, de caráter reconhecidamente particularista, é o vínculo que mantêm com sua “terra natal”,

um pequeno município do interior do Estado e localidades próximas. Nesta, além da condição de filho de um comerciante que já era “liderança” na cidade, teve atuação no movimento estudantil e atividade “comunitária” vinculada à “juventude católica”, tendo concorrido a vereador e a deputado anteriormente sem eleger-se. O segundo “ingrediente” tem maior abrangência social e geográfica, é responsável pelo que chama de “voto da cidade grande”, e que classifica como mais “ideológico” ou, ao menos, mais referido nas atividades que pode realizar como “economista do partido” e Secretário da Fazenda do Estado. Estes elementos podem ser observados a partir do depoimento do próprio deputado.

(...) Para a formação da minha base eleitoral combinei dois ingredientes: o primeiro, absolutamente essencial, é o vínculo regional pois, sem o apoio da minha terra natal e, através dela, da minha micro região, não teria sido candidato. O segundo é a minha vertente intelectual e militante partidário, isto me dá os votos da cidade grande (...) (César Busatto, PMDB, entrevista).

A variabilidade do peso do “ingrediente regional” na composição dos recursos de formação e ampliação das bases eleitorais pode ser melhor observado na trajetória do deputado José Otávio Germano, do PPB. Com fortes recursos em termos de “herança política”, o deputado é filho de ex-vereador de Porto Alegre, deputado estadual por dois mandatos e Presidente da Assembléia, todos no mesmo partido (acompanhando apenas as mudanças de sigla). Diante da derrota eleitoral sofrida pelo pai, que disputara uma vaga à Câmara Federal, resolveu fazer o que chama de “começar de baixo”, concorrendo, inicialmente, a vereador por Cachoeira do Sul, município do qual era originário e onde mantinha vínculos familiares. Nesta, além de resgatar relações familiares e com políticos da região, atuou como advogado e professor universitário, reforçando, ao mesmo tempo, os vínculos partidários e a “tradição política” do pai. Assim, se enquanto residiu em Porto Alegre, pôde expandir suas relações graças a atuação no “movimento” estudantil secundarista e universitário, respectivamente, Colégio Rosário e PUC e como Presidente da Juventude do partido, como vereador e líder da bancada na Câmara de Cachoeira investiu na campanha de candidatos partidários de municípios próximos e formou uma “base regional”. No seu primeiro mandato como deputado estadual, dedicou-se a ampliar estas bases para um

número maior de municípios do interior do Estado, participando de campanhas eleitorais, na qualidade de líder partidário e da coligação oposicionista na Assembléia, utilizando-se de espaços na mídia e patrocinando “obras” nos municípios com os quais mantinha ligações políticas. Um segundo mandato e a vitória da coligação na qual o seu partido participava em excelentes condições de força, lhe possibilitou chegar à presidência da Assembléia e, posteriormente, ocupar a Secretaria de Transportes do Estado, viabilizou expandir ainda mais esta base que, ao menos pretensamente, está “espalhada” pelo Estado todo.

Guardadas as proporções, o deputado Vieira da Cunha, PDT, representa uma situação semelhante em termos de expansão das bases que estavam, no que diz respeito às origens de família, concentradas em Cachoeira do Sul, onde o pai era jornalista, professor e vereador pelo PDC e a mãe membro de “família tradicional”. A transferência da família para Porto Alegre em consequência da indicação do seu pai para chefe de gabinete da Secretária de Educação do Estado e, mais tarde, para Chefia da Casa Civil, é percebido já como um passo nesse sentido, mas o componente de “herança política” seria ainda incrementado pelo casamento com filha de ex-Prefeito de Osório e deputado estadual por três mandatos consecutivos.

Seu “início na política” é marcado pela participação no “movimento” estudantil, como presidente do grêmio estudantil de escola tradicional católica, o Colégio Anchieta em Porto Alegre, e membro do Conselho da UMESPA, combinado com uma atuação partidária na Juventude do PDT que presidiu por duas gestões consecutivas. Na Universidade, UFRGS, presidiu o Centro Acadêmico André da Rocha, da Faculdade de Direito e, ainda estudante, concorre e fica na suplência do cargo de vereador em Porto Alegre, assumindo a cadeira logo em seguida e ficando como vice-líder da bancada pedetista. É, então, indicado para Diretor do DMLU (Departamento de Limpeza Urbana de Porto Alegre) e, depois, para assessor jurídico da Prefeitura. Eleito vereador em 1988, assume como líder da bancada e recebe vários prêmios, atuando ainda como fundador e presidente do Movimento Verde do partido. Em 1992, concorre a vice-

prefeito de Porto Alegre e, sem eleger-se, é indicado por Colares, então governador do Estado, para Presidência da CEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) deixando o cargo no final de uma gestão de um ano (92-93) para assumir como Promotor Público. Elegeu-se deputado estadual em 1994, recebendo também vários prêmios como o Fiergs-Ari. Concorreu à Prefeitura de Porto Alegre em 1996, atuando concomitantemente como radialista e participando de um programa na TV Guaíba. Sua base eleitoral tem, então, além deste “apelo regional”, como cachoerense, e de “origem política”, elementos bastante explorados nos materiais publicados pelo gabinete do deputado, um forte componente de cargos políticos e burocráticos revertidos em uma votação expressiva entre os funcionários públicos e membros do judiciário, além dos moradores de “vilas populares” onde concentrou sua atuação parlamentar e os movimentos de campanha. A atividade como membro dos diretórios Estadual e Federal do PDT contribui ainda para expansão destas bases para diferentes localidades do Estado em função da participação nas campanhas de outros candidatos do partido e da sua ingerência nas decisões relativas à “negociação” de alianças para as eleições estaduais e nacionais.

Comparados, estes dois últimos casos constituem-se em casos onde o componente de “hereditariedade” é bastante forte, mas bem mais expressivo para o deputado José Otávio. Neste primeiro caso, o pai havia constituído um grupo político cujos integrantes apresentam notabilidade pelo exercício de “cargos políticos importantes” e que o deputado soube ampliar através de “articulações” efetivadas no mesmo espectro partidário. No outro, as relações decorriam de partidos diferentes e mesmo adversários, no caso do sogro do deputado, por exemplo, ele concorreu a Prefeito “com o apoio do Brizola”, tradicional “caudilho do trabalhismo”, mas candidatou-se a deputado estadual pelo MDB. Apesar de ter conseguido “trazer” o cunhado para o PDT, o deputado teve de constituir seu próprio grupo no partido, sustentando seus laços, basicamente, através da gestão em cargos burocráticos.

A “herança política” é igualmente forte nos casos dos deputados Jair Foscarini e José Alvarez, mas que estão fincadas em determinados municípios, ou regiões, do interior do Estado, observando-se, além disso, uma maior setorização das bases junto aos empresários da indústria coureiro-calçadista, no primeiro, e dos proprietários rurais, no segundo. Nas demais situações, destaca-se as ligações com lideranças estaduais e nacionais do partido no caso do deputado César Busatto, mas uma abrangência social e geográfica bem mais limitada e circunscrita a determinados municípios e segmentos populacionais e corporativos, em todos os outros. Assim, mesmo que não se recorra a um maior detalhamento destas trajetórias é possível observar diferenças importantes em termos de hierarquização social das candidaturas e respectivos mandatos que se refletem nas bases eleitorais reivindicadas pelos deputados. Para todos os efeitos, o que chama atenção é o modo como na composição e acumulação das respectivas bases eleitorais os deputados recorrem à hierarquizações de diferentes ordens e níveis e que envolvem também recursos e relações sociais de natureza diversa (Coradini, 1997: 15-22).

Verificar as condições em que estes vínculos e recursos sociais, revertidos em trunfos nas disputas eleitorais, podem ser transformados em posições e tomadas de posições na atuação parlamentar é nosso objetivo no próximo capítulo. Trata-se de observar, nos seus aspectos formais e nas suas modalidades menos oficiais ou institucionais, as relações e práticas acionadas pelos deputados e as circunstâncias em que elas se refletem em temas e “problemas” pautados na agenda política.

CAPÍTULO 2: DIVISÃO DO TRABALHO E DINÂMICA PARLAMENTAR

No exercício dos seus mandatos, os deputados reúnem-se na Assembléia Legislativa para desempenhar algumas atividades que fazem parte das atribuições exclusivas deste poder, como a de emendar a Constituição, elaborar decretos legislativos e resoluções, apreciar vetos, julgar as contas do governador e do tribunal de contas do estado, exercer a fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo. E outras que dependem da ingerência dos outros dois Poderes – Executivo e Judiciário – em âmbito estadual. Entre as atribuições que competem à Assembléia, mas apenas mediante sanção do Governador, estão as matérias de natureza orçamentárias e as relativas aos tributos do Estado¹⁴.

As atividades mais diretamente associadas ao processo legislativo, compõem uma rotina que inclui a formulação, negociação e defesa de projetos, debates em comissões e plenários, entrevistas à imprensa, reuniões partidárias,

¹⁴ A participação dos Poderes Legislativo e Executivo na definição das normas de arrecadação e distribuição de receitas orçamentárias, na qual a elaboração e aprovação do Orçamento do Estado é peça fundamental, é uma das questões mais controvertidas entre os deputados, seus assessores e analistas políticos. Curiosamente, é também para os “limites” constitucionais imputados a essa prerrogativa que se voltam a maior parte das discussões relativas aos temas “sociais” e seus desdobramentos. De modo que, embora não seja uma preocupação específica deste trabalho, trata-se de um dos pontos a ser retomado a fim de que se compreenda melhor a atuação dos parlamentares e sua intervenção sobre os “problemas” e preocupações “sociais”. Uma discussão mais aprofundada, nesse sentido, pode ser encontrada em Bezerra, 1998, principalmente, páginas

participação em comícios e manifestações sociais e fiscalização de atos promovidos pelo governo do Estado. Os deputados, porém, não se ocupam da mesma forma deste conjunto de atividades, dividindo-se em funções relativas às suas “especialidades” ou “áreas de interesse”. Como procuramos argumentar no transcorrer deste capítulo, o modo como utilizam suas atribuições e as prerrogativas relativas aos cargos e posições institucionais, assim como as condições em que as extrapolam e combinam com outras atividades e preocupações, vai depender dos recursos que puderam acumular individualmente, das suas formas de alinhamento político, das suas afinidades “pessoais” e vínculos eleitorais.

Para que possamos identificar as diferentes situações no que tange aos critérios de acesso e às modalidades de atuação, o capítulo está dividido em quatro itens correspondentes às ações desenvolvidas pelos deputados e o peso que adquirem do ponto de vista da organização, e hierarquização, da agenda política. Iniciamos pelas atribuições referidas às posições de liderança e à divisão entre as bancadas partidárias. Na seqüência, focalizamos a formação de blocos inter partidários, a composição e recursos associados à inscrição nas comissões temáticas e as competências atribuídas aos membros da Mesa.

2.1 Lideranças, bancadas e partidos

No que diz respeito à estrutura formal de divisão do trabalho parlamentar, considera-se que os deputados atuam como representantes dos partidos aos quais estão vinculados, formando bancadas correspondentes a esta representação. Durante o período investigado, 1998, os 55 deputados estavam divididos em nove bancadas com a seguinte distribuição: PPB com 13 integrantes, PMDB e PTB como dez deputados cada um; PDT como nove; PT com seis, PSB

50-60. Para o momento, nos restringimos ao que consta na Constituição Estadual (1989), artigo 51.

com três; PFL com dois deputados e PCdoB e PSDB com apenas um representante. Esta distribuição pode ser alterada em função de mudanças de partido, mas não se tem registro nesse sentido para o período estudado. Uma outra possibilidade, muito freqüente, é os titulares das vagas serem indicados para Secretarias de Estado ou Municipais, assumirem mandatos como Prefeitos ou uma cadeira no Tribunal de Contas, mas isto não tem efeitos sobre a distribuição numérica das representações partidárias já que os suplentes compõem também as nominatas dos partidos.

Regimentalmente, o número proporcional de integrantes destas bancadas e, na medida do possível, o pluripartidarismo, servem como critério para distribuição de vagas nos diferentes órgãos da Assembléia. A princípio, independentemente, do número de integrantes, todas as bancadas tem o direito de eleger um “líder de bancada” com prerrogativas especiais em relação aos demais deputados, sendo que em se ultrapassando o número de dois deputados, poderá ser indicado também um líder partidário. Mas apenas as bancadas mais numerosas poderão contar com um ou mais vices líderes de bancada e um vice líder partidário. Um outro detalhe importante é que em se tratando do partido do governo, o líder partidário acumula as atribuições de líder do governo.

Com relação às suas atribuições regimentais não existem muitas diferenças entre os líderes de bancada e os partidários. Em um e outro caso, estes líderes participam do Colégio de Líderes – órgão responsável, junto com a Mesa da Assembléia, da definição da pauta das sessões plenárias e outros procedimentos legislativos – e têm prerrogativas especiais quanto ao uso da tribuna durante as sessões plenárias. Entre as atribuições exclusivas do líder de bancada está a indicação para as vagas disponíveis à sua representação nas comissões parlamentares e as prerrogativas referentes à condução dos trabalhos em plenário e na discussão das proposições. Enquanto os líderes partidários têm funções mais específicas e relativas às indicações das direções partidárias. Assim, estariam entre as atribuições destes últimos a “defesa” dos interesses do partido, o que tende a ser lido como “direito de resposta” sempre que há alguma “denúncia”

contra as administrações em que os partidos têm participação majoritária ou integram a coligação, o que, em se tratando do partido do governo, implica em “defender” o próprio governador. Os “líderes”, porém, não se dedicam da mesma forma a este conjunto de atividades, privilegiando aquelas que acreditam corresponder às expectativas dos seus liderados e ao quadro mais geral da relação entre os seus “aliados” e adversários políticos.

Uma das atividades que podemos destacar do “trabalho de liderança” é o que se designa como “comando” da bancada. Trata-se, de modo geral, de garantir a *unidade*, ou a unanimidade, dos integrantes da bancada para as votações de projetos e outras matérias legislativas que sejam consideradas de interesse da *maioria*, o que quase sempre se refere às participações em governos ou coalizões oposicionistas. A atuação do líder da bancada está, no caso, muito freqüentemente, associada à composição de alianças e articulações políticas mais amplas, como podemos constatar nos esforços de negociação e construção dos blocos partidários, mas este é um aspecto a ser examinado no próximo item. Por ora, cabe assinalar a importância atribuída à uma atuação que não se restringe ao estabelecimento de acordos e negociação de interesses no âmbito da própria bancada, mas inclui a relação com outros grupos e líderes, o que potencializa a capacidade do líder em articular adesões e mobilizar os votos dos seus liderados. O modo como o deputado Paulo Odone, líder do governo, descreve as dificuldades encontradas para o exercício do cargo, dá uma boa idéia acerca do conteúdo destas atividades e das “qualidades” esperadas de um líder:

(...) eu não sou um cara muito vaselina, não sou bem um diplomado para articular, reunir, ceder e tal. Acontece que aqui precisava de uma alta diplomacia, porque nós estávamos tratando em cima de ovos, toda semana tinha ressentimentos, cinco partidos que eram adversários antes...(refere-se à coligação que se formou em torno do governo Britto, do PMDB, após a eleições de 1998) (Paulo Odone, PMDB, entrevista).

Notamos que a “diplomacia”, entendida como a capacidade de negociar acordos e adesões entre os partidos que compõem a aliança, é a “qualidade” mais destacada. Mas a obtenção desses votos e todas as outras formas de manifestação de *lealdades* dependem também das expectativas em termos de

retribuição por parte daqueles que se dispõem a aderir ao grupo, abrindo mão de outras possibilidades de alianças e de posições identificadas como de *independência*. Este é, novamente, um aspecto ao qual deveremos voltar, fazendo-se necessário, no entanto, chamar atenção para o que isso significa em termos das atribuições imputadas aos líderes. Como parte das suas “responsabilidades” perante os demais integrantes da bancada está, por exemplo, a de representar os interesses dos membros do grupo nas instâncias parlamentares, como na disputa por cargos, resposta à acusações e na negociação de projetos, e diante das direções partidárias e das burocracias governamentais. Sobre o significado da expressão “trabalhar pelos seus liderados” vale destacar a observação do deputado Sérgio Zambiasi, líder da bancada do PTB e presidente do partido, em ambos os casos eleito pela unanimidade dos votos.

Eu tive a responsabilidade de montar um partido. Eu tive a responsabilidade de conduzir o processo partidário das eleições. Quer dizer tudo isso vai despontando a liderança de uma pessoa, porque tu ultrapassas a individualidade (...) Primeiro assim pela minha votação expressiva e, em segundo, pela minha disposição para trabalhar pelos meus liderados, eu tenho esta responsabilidade (Sérgio Zambiasi, PTB, entrevista).

As demandas podem ser, no caso, as mais diversas (cargos no governo, aprovação, ou implementação, de um projeto de autoria do deputado, um espaço maior na tribuna ou uma sessão solene dedicada a um tema de interesse, atendimento de “pleitos” originados nas “bases eleitorais” do deputado, etc.), o que importa é que exista algum tipo de reciprocidade e que o deputado se sinta *valorizado* no grupo. Assim, além de se diferenciar pela sua *votação expressiva*, o líder é ainda reconhecido em função do resultado do seu “trabalho” em favor dos seus liderados. A preocupação do líder no sentido de fazer com que seus esforços possam repercutir sobre o processo eleitoral e, mais especificamente, sobre os votos obtidos por cada deputado e no número de eleitos pelo grupo partidário é um outro aspecto desta relação. Para o deputado, individualmente, o número de votos obtidos na eleição é um critério de hierarquização importante, mas a autoridade do líder depende também da representação partidária e do seu

potencial de mobilização de votos em plenário, ressaltando o que Kuschnir (1996:1) aponta como uma característica fundamental das negociações no ambiente legislativo: a interdependência.

Situação um pouco diferente é vivida pelos representantes de grupos menores e que não tem a seu favor, ou dos seus liderados, um escore eleitoral importante. Nesse caso, o critério utilizado está baseado, principalmente, na experiência política do deputado e no modo como consegue fazer repercutir entre seus pares os atributos associados à *sua pessoa* e à *sua maneira* de se conduzir politicamente. Algumas qualidades parecem ser especialmente relevantes para os *pequenos*, uma delas é o *respeito* que o líder merece por parte dos integrantes de outras bancadas, sejam estas “aliadas” ou adversárias. Adotar certos cuidados, como o de observar a *legalidade* dos projetos e proposições, ser criterioso na apresentação de “denúncias” e acusações contra seus adversários e manter uma conduta *inatacável* (para que este mesmo instrumento não possa ser usado contra ele ou seus liderados) são critérios bastante citados entre os líderes e proponentes ao cargo. Mas o que parece valorizar a conduta do deputado, muitas vezes apontado como prova do seu *prestígio* e do *respeito* que merece dos seus pares, é a condição de ser *ouvido* mesmo fora do próprio grupo, com todas as prerrogativas que advêm daí, como *ter espaço* e *aprovar projetos*. Estes critérios são colocados em oposição àqueles que se fixam no número de deputados eleitos pela bancada e destacados na crítica deferida pelo deputado Beto Albuquerque, líder da bancada do PSB:

Você pega um líder medíocre do PPB, mas ele é uma liderança expressiva, ele é ouvido. Por que? Porque a bancada dele tem quatorze deputados (...) o desafio é tu seres ouvido quando tu és um só. Eu já fui deputado único do PSB, e produzir leis, aprovar leis, ter espaço, ser ouvido quando você fala – o que é uma coisa importante – sendo um só, é porque tem alguns predicados importantes (Beto Albuquerque, PSB, entrevista).

Qualidades como o “bom trânsito”¹⁵ entre bancadas, se bem que associado à uma “linha” que demarca a sua identificação com um dos “blocos” políticos, e a

¹⁵ A importância das relações baseadas no “bom trânsito” entre parlamentares de diferentes posições políticas e as circunstâncias em que colocam em relevo a disposição para formação de

capacidade de “articulação” dentro do plenário, são ressaltados na citação abaixo. Nesta, o deputado Ônix Lorenzoni, líder da bancada do PFL, a com menor número de componentes (2) entre os partidos membros da coalizão governista, observa como até mesmo uma conduta que se caracteriza pela “defesa de princípios” pode ser revertida não em fator de isolamento político, mas como um critério de admiração e respeito. Trata-se, como o próprio deputado faz questão de destacar, de alterar momentos onde se privilegia a “marcação de posição” com outros onde prevalece a “flexibilidade” e a adequação à conjuntura política e, de forma tanto mais contundente, a um dos “lados” em disputa. É isso que, aliado a sua condição de “amigo pessoal do governador”, lhe possibilita “tomar a frente” na defesa das proposições e no “ataque” aos adversários, agindo no sentido de influenciar as tomadas de posição no grupo de “aliados”. Vejamos como o deputado explica a sua condição de liderança e o modo como, segundo ele, não se sujeita a ocupar posições subordinadas ou inferiores diante de líderes que teriam, a princípio, uma maior potencial de voto:

Eu tenho a pretensão de achar que sou respeitado pelos meus pares todos porque tenho capacidade de articulação dentro do plenário, porque tenho trânsito na bancada de sustentação do governo, porque eu defendo alguns conceitos, alguns princípios que estão absolutamente sintonizados com as transformações que o governo faz (Ônix Lorenzoni, PFL, entrevista).

Em outras condições, o número de integrantes da bancada pode ser mais decisivo, mas o líder não consegue exercê-la apenas com base nos próprios êxitos eleitorais, passa a ser importante então que não dispute as mesmas clientelas que os demais componentes da bancada, ou que não tenha muitas “zonas de atrito”. No caso dos “líderes” do partido do governo, tão importante quanto a “tradição partidária” e uma certa “coerência” com a sua linha doutrinária e, sobretudo, não competir com seus “companheiros” de partido ou de bloco. A representação de uma clientela mais ampla e diversificada, que sofre menos os efeitos das disputas locais favorece, então, a posição de liderança. É assim que o

“alianças”, é observado, inicialmente, por Kuschnir (1996) que analisa a representação parlamentar na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

deputado Paulo Odone, PMDB, justifica o fato de ter conseguido exercer o “trabalho” de líder do governo:

porque o pessoal não viu em mim...eu não estava competindo com ninguém. O pessoal perdeu a insegurança disso que talvez tenha tido um pouquinho e eu ganhei o respeito porque me atirei, eu fui para todas (Paulo Odone, PMDB, entrevista).

Notamos como, somado à ausência de “atritos” com os liderados, o deputado ressalta a importância de “se atirar” e defender mesmo aquelas proposições, projetos ou atitudes que seriam motivo de melindre para qualquer outro dos integrantes do grupo. A necessidade de mostrar “ousadia” nas tomadas de posição e provar “lealdade” ao grupo e ao próprio governo, mesmo quando isto parece ir no sentido inverso do que se colocaria como uma conduta acertada do ponto de vista dos seus *interesses eleitorais* aparece, nesta perspectiva, como uma maneira de merecer a “confiança” dos liderados. A dificuldade de conciliar conflitos desta natureza, entre os *interesses da aliança* e aqueles que entendem como sendo os *interesses dos seus eleitores*, é, no entanto, destacada pelo deputado Erni Petry, líder partidário do PPB, maior bancada da coalizão governante. Vejamos como ele responde a questão de como define seus votos e tomadas de posição em plenário:

Os meus votos? Em primeiro lugar, eu tenho uma linha, né, se eu vou para o assunto agricultura eu conheço bastante bem, trabalhei dezesseis anos no sindicato, então eu sempre estou na defesa do pequeno agricultor, então, eu tenho tido um comportamento aí que não fecha com as posições muitas vezes do próprio governo (Erni Petry, PPB, entrevista).

Vistas desta ótica, as atividades que assumem como parte das suas atribuições de liderança podem merecer maior ou menor “peso” relativamente àquelas que acreditam corresponder às expectativas das suas bases eleitorais, às suas afinidades “pessoais” e às suas “especialidades”. Um primeiro aspecto a reparar, nesse sentido, é que, no âmbito das bancadas, os temas são distribuídos conforme as “áreas de interesse” dos seus integrantes, recaindo sobre os líderes a função de tratá-los no conjunto ou, como dizem, “no geral”. O que significa dizer

que cabe ao líder ocupar-se de temáticas tão heterogêneas quanto podem ser as que refletem os seus próprios interesses e os dos demais integrantes da bancada.

Mas a condição de líder associa-se ainda à capacidade de intervir sobre temas que, diferentemente dos que correspondem aos interesses mais específicos deste ou daquele deputado, envolvem confrontos entre blocos e coalizões políticas. E este é um segundo aspecto a ser ressaltado do ponto de vista da relação entre líderes e liderados: a duplicidade dos níveis e, conseqüentemente, dos critérios de classificação e hierarquização das temáticas, com as quais se propõem a trabalhar. A descrição feita pelo deputado Sérgio Zambiasi, PTB, acerca das condições em que assumiu, e foi reconduzido por várias vezes consecutivas, ao cargo de líder da sua bancada pode ser ilustrativa, nesse sentido. Nesta, é possível identificar uma disposição que, segundo o deputado, o líder deve ter e que parece corresponder, também, às expectativas dos seus liderados:

O que tem é alguém com mais disposição para comandar um processo. Isso tem. Todos os deputados são líderes. Agora muitos moram longe de Porto Alegre. Muitos têm suas bases, outros não querem assumir o compromisso de discutir o tema Presidência da Casa. “Olha isso aí me desgasta, Sérgio”, “Eu não quero discutir este tema”. É um funil. Tu acaba afunilando. E daqui a pouco alguém vai ter que assumir (Sérgio Zambiasi, PTB, entrevista).

A demarcação das atividades que seriam competência do líder em contraposição àquelas que seriam de interesse dos demais deputados não significa dizer que exercer estas atribuições seja a única preocupação daqueles que se colocam em posição de liderança nas respectivas bancadas. Esta separação parece indicar é que, além de se ocuparem, por exemplo, das “demandas” das suas bases eleitorais, os líderes ainda terão de se inteirar dos assuntos que dizem respeito ao coletivo da bancada e mesmo da Assembléia, como é o caso da Presidência da Casa. A disposição de “representar” os interesses do grupo (a idéia de *representar* é, na maior parte das vezes, utilizada no seu sentido literal mesmo, com os líderes discutindo e votando “em nome” dos seus liderados) é, nessas circunstâncias, vista como uma espécie de ônus, e até mesmo um *sacrifício*, que o líder faz pelos seus liderados.

Esta relação entre líderes e liderados tem formatos diferenciados para cada bancada e em cada situação específica. A distinção entre o que seria de interesse do *coletivo* e aquilo que teria um caráter *particular* ou *individualizado* é, no entanto, uma constante. Os sentidos atribuídos a estas categorias é que podem ser muito diversos. A definição da chapa que deverá compor a Mesa da Assembléia, a inscrição de um projeto considerado polêmico ou até um “pequeno detalhe” regimental podem ser assuntos tidos como “gerais” ou “coletivos” desde que envolvam acordos, ou enfrentamentos, entre grupos maiores, interferindo em termos de composição de alianças e na correlação de forças entre grupos adversários. Em contrapartida, uma votação envolvendo a assistência de saúde em casos de aborto, ou mesmo a moratória no pagamento de contas de água e luz, podem ser classificadas como questões de interesse particular ora do deputado que apresentou o projeto, ora de grupos menores que “representam” os interesses deste ou daquele segmento eleitoral.

O fato de não se “prender” a um determinado tema, mas se propor a discutir sempre aquelas “questões” que se colocam como mais relevantes para cada momento conjuntural é visto, assim, como uma qualidade do líder e uma espécie de indicativo de que ele não é movido **apenas** por um interesse pragmático ou eleitoral. Isto fica mais claro na declaração do deputado José Otávio Germano, do PPB, líder partidário por mais de um mandato, indicado pela bancada e “aliados” para Presidência da Assembléia e, pelo governo da coalizão PMDB/PPB/PTB/PSDB/PFL, para Secretaria do Estado:

Sem ter uma atuação específica, eu sempre debati, discuti, as questões que o líder precisa discutir, ou seja, sempre um pouquinho de cada coisa, um pouquinho de saúde pública, um pouquinho de educação. Na minha época a grande discussão era o calendário rotativo, então fui obrigado a entrar dentro do assunto (...) eu sempre procurei entrar nos assuntos conforme o andamento da coisa (José Otávio Germano, PPB, entrevista).

O conteúdo das matérias em discussão não parece diferir em muito daquelas que ocupam outros líderes, mesmo os de posição mais distantes. Estar “no centro do debate” ou, nas palavras do deputado, “entrar nos assuntos conforme o andamento da coisa”, é uma outra preocupação e, nesse sentido,

também um fator de prestígio, daquele que reivindica a condição de liderança no grupo. E isso significa, com o perdão do exagero, discutir as mesmas coisas, ainda que sob “enfoques” diferentes, acompanhando os movimentos da estrutura política e usando a sua posição em seu próprio favor e, no caso do líder, do grupo que representa¹⁶. Observemos, a título de exemplo, o comentário que o deputado Flávio Koutzii, líder da bancada do PT, faz acerca da sua “opção” pela temática educação e da importância conferida à discussão do “calendário rotativo”. Isto no mesmo contexto, governo Collares, ao qual o deputado José Otávio, um dos seus principais adversários, faz referência.

(...) na minha linha de abordagem do calendário rotativo, a minha lógica é como se fosse a lógica de um advogado, eu defendia valores universais como a educação, mas não era esse o centro do debate, o centro do debate era o seguinte: provar se sim ou não o calendário rotativo era necessário. E aí o que aparece, terrível isso, pretensões minhas, mas eu sei que foi assim (...) eu estava no lugar certo, como se diz no futebol: “Pô, o cara sempre tá ali onde a bola vai” (Flávio Koutzii, PT, entrevista).

A discussão relativa aos “grandes temas” pode também aparecer combinada com outras *questões* que o deputado incorpora à sua agenda em função das suas vinculações eleitorais. A principal preocupação do líder, no caso, é conseguir transitar entre uma e outra ordem de atividades, o que aponta para importância atribuída ao papel de *mediador*¹⁷. Praticado, no caso, quando o deputado se ocupa em estabelecer uma espécie de “ponte” entre interesses mais específicos e localizados (com os quais o próprio líder, mas também qualquer um dos seus liderados, pode ter seus vínculos eleitorais) e aqueles que associa a coletivos mais amplos, como o Estado, o governo ou a população. Atuar nesses diferentes planos corresponde, assim, à uma habilidade muito valorizada no meio político e que funciona também como um elemento de diferenciação e hierarquização interna. Observa-se, então, um extremo caracterizado pela conduta daqueles que, como parece ser o caso do deputado Koutzii, se dedicam apenas

¹⁶ O modo como os parlamentares usam suas posições no contexto político, observando as circunstâncias e as lógicas relativas à formação de *blocos de situação*, é destacado por Kuschnir (1996:104).

aos “grandes temas” (ou àqueles que se colocam a cada momento como tais). É uma outra situação, que pode ser classificada como intermediária, representada por aqueles que conseguem conciliar, ou transitar, entre uma e outra ordem de “problemas”. O modo como o deputado Beto Albuquerque, líder da bancada do PSB e vinculado ao mesmo bloco do líder petista, avalia a sua própria atuação, comparativamente à da maioria dos deputados, é ilustrativo a esse respeito.

eu não sou um deputado paroquial, nem um deputado que fica preso aos chamados interesses de grupos ou regionais, até porque o mandato parlamentar é muito mais amplo (...) embora eu mantenha uma intensidade em relação a minha cidade, obviamente atento aos seus problemas (Beto Albuquerque, PSB, entrevista).

A classificação de “paroquial” tem, aqui, um sentido claramente pejorativo. Para “fugir” disto, o deputado exercita a habilidade de dividir o seu tempo entre a atenção que dedica à “sua” cidade (o termo, como se pode verificar na seqüência da pesquisa, não tem apenas o sentido de uma unidade territorial ou de local de nascimento, mas de um espaço onde o deputado mantém relações sociais e eleitorais) e as funções, “mais amplas”, do mandato parlamentar. O reconhecimento que lhe parece necessário para o exercício da liderança está associado ao peso das atividades exercidas em favor dessas que seriam as suas “bases eleitorais”, relativamente, ao contexto mais geral da sua atuação. O pronunciamento do deputado Francisco Áppio, líder da bancada do PPB, vai em direção inversa. Como podemos observar na citação abaixo, o deputado utiliza a categoria “distrital” (o termo é uma variação da idéia de “paroquial” sem o sentido pejorativo) para designar uma atuação que, no caso, ele reconhece como sendo conflitiva com as suas atribuições de liderança. O exemplo de uma situação considerada decisiva para disputa pelo governo do Estado é bastante ilustrativo sob este aspecto, ressaltando a duplicidade de interpretações para um mesmo “problema” abordado em “níveis” políticos diferentes.

Quando tu és (um deputado distrital), tu tens outros compromissos, há conflitos e é preciso, por exemplo, para minha área de atuação a concessão rodoviária foi

¹⁷ Sobre a noção de *mediação política* existe uma discussão muito rica nas ciências sociais. Ver, por exemplo, Landé, 1997; Palmeira e Heredia, 1995; Kuschnir, 1996; Coradini, 1997 e Bezerra, 1998.

excelente. Mas, à nível estadual, o ônus foi grande, até fomos levados a pensar que o Britto (candidato da coligação à reeleição para o governo do Estado) perdeu a eleição por causa disso (Francisco Áppio, PPB, entrevista).

Em síntese, o que se observa é que os temas não são incorporados à pauta dos debates senão como resultantes de múltiplas negociações, envolvendo deputados colocados em diferentes posições na estrutura de correlações de forças e mais ou menos suscetíveis às “demandas” que repercutem na Assembléia. O modo como isso se associa às divisões mais formais por área de “competência”, às condições em que podem ser classificadas como “legais”, correspondentes às atribuições “constitucionais” da Assembléia e relevantes política ou socialmente, pode ser o mais variado. De qualquer maneira, as circunstâncias em que os líderes participam destes debates podem ser vistas como privilegiadas, mesmo que relativas sempre à uma série de fatores como a representatividade das respectivas bancadas e o modo como inserem-se na disputa política mais geral, formando o que chamam de “blocos” políticos.

2.2 Os blocos partidários e a negociação de alianças

No modo como se estruturam as divisões políticas na Assembléia, além das bancadas ou representações partidárias, ganham importância as articulações mais amplas, em especial, aquelas que se dão em torno da disputa pelo governo do Estado. Antes mesmo da “cerimônia de posse”, se inicia o processo de articulação das alianças e composição dos *blocos de situação*, ou *oposição*, à coalizão governante. É a partir da definição do grupo de partidos que deverá compor cada um destes blocos que se estabelecem negociações acerca da distribuição de cargos legislativos importantes como os de titulares da Mesa e os presidentes das comissões técnico legislativas, além de outras posições

consideradas chaves do ponto de vista dos processos decisórios e das articulações internas.

De um modo geral, a relação de forças entre os blocos de oposição ou situação parece ser um dos principais fatores nas tomadas de posição e o pertencimento a um ou outro dos “lados” em disputa, uma condição considerada, por muitos, como decisiva para a própria sobrevivência política do deputado. Assim, no que pese as críticas e manifestações de *rebeldia*, como tendem a ser entendidos os votos e discursos contrários à posição do bloco, a lealdade ao grupo e às condições de manutenção da “aliança” é um dos critérios mais utilizados para justificar a conduta dos parlamentares, isto tanto do ponto de vista dos próprios deputados e seus assessores quanto de jornalistas e analistas políticos. Vejamos alguns exemplos. Primeiro, o do deputado João Osório, PMDB, que justifica, da seguinte maneira, o fato de ser absterido em uma votação que previa desconto no imposto de renda para as empresas que comprovassem investimentos na “área de cultura”: *Eu me abstive. Claro, eu votaria contra e discursava contra, aí, por problema de disciplina partidária, de ser do governo, eu fiquei calado* (João Osório, PMDB, entrevista). Segundo, o de um adversário do deputado peemedebista, deputado Elvino Bonn Gass, do PT. Questionado sobre a “influência” do pertencimento ao bloco de oposição nas suas tomadas de posição, o deputado responde:

A tendência é sim. Se vem um projeto apresentado pelo Executivo e vem um projeto apresentado pela oposição, obviamente que não por uma questão a priori, que você vai ser contra ou a favor. Agora, você conhece, você vai olhar, que geralmente o que vem do Executivo, agora, está numa linha que nós escutamos da população a quatro anos atrás [refere-se às eleições precedentes] que era, radicalmente, o oposto (Elvino Bonn Gass, PT, entrevista).

O deputado Valdir Andres, PPB, é mais contundente:

Como nós integramos um partido, integramos um bloco, muitas vezes as posições pessoais, elas têm que ser deixadas de lado. Pelo todo, pelo conjunto, pela política administrativa de quem governa e de quem está na oposição (Valdir Andres, PPB, entrevista).

Visto desta ótica, o vínculo a um dos blocos é uma questão importante, senão fundamental, para o exercício do mandato parlamentar. Em se considerando o resultado dos acordos feitos a partir das coligações eleitorais, mas também das “alianças” negociadas posteriormente¹⁸, a distribuição dos partidos é, grosso modo, a seguinte: PMDB, partido do governador, PPB, PFL, PSDB e PTB compondo o bloco de situação e PT, com o segundo melhor desempenho eleitoral na disputa pelos cargos majoritários, PDT, PSB e PCdoB, na oposição. O que englobaria, ao menos presumivelmente, todos os deputados eleitos. Na prática, porém, a divisão em blocos não significa ausência de mobilidade nas relações ou um cenário potencialmente fixo do ponto de vista da correlação de forças.

Primeiro, porque as condições de adesão não são iguais para todos os grupos partidários e, conseqüentemente, também não são idênticas as retribuições almejadas pelos “aliados”. A iniciativa na condução das negociações e na composição das alianças é, em geral, dos líderes dos partidos que disputaram, em melhores condições, as eleições precedentes e, ao menos presumivelmente, teriam também maiores chances de “liderar” os próximos processos. Os demais partidos se alinham a um ou outro desses blocos, ocupando posições relativas ao tamanho das respectivas bancadas. O número de parlamentares eleitos pelo partido, ou o que designam como *representação partidária*, tem um efeito, particularmente, decisivo do ponto de vista da composição das alianças porque sinaliza o potencial de mobilização de votos destes grupos e que pode ser revertido, inclusive, em adesões fora do círculo partidário. Previsto no próprio regimento da Assembléia, este critério é utilizado para definir, por exemplo, qual deve ser o partido do Presidente da Mesa ou seu período de permanência no cargo.

¹⁸ Particularmente, as “alianças” feitas após às eleições tendem a ser taxadas de fisiológicas e clientelistas. A acusação, neste caso, é dirigida, principalmente, aos partidos que se alinham ao bloco governista, tendo em vista o fato do partido do governo poder contar, como instrumento de barganha, com os cargos em Secretarias e departamentos do aparelho de Estado. Cabe, no entanto, considerar que esta não parece ser uma prática exclusiva de um dos blocos já que, nestes casos, entra em pauta outros recursos e expectativas de retribuição, como as “alianças” em disputas locais e as perspectivas futuras, também em termos de cargos e influências em governos e administrações estaduais e municipais.

Da mesma forma, existem critérios que servem para distinguir os deputados individualmente e a sua “influência”, ou “liderança”, nos respectivos partidos e blocos. É este o caso do número de votos obtidos nas eleições e da *experiência política* do deputado (para o que costuma contar o número de mandatos, os cargos políticos e administrativos ocupados e até as suas relações com outros políticos). Em torno destes predicados, os deputados discutem as suas prerrogativas e as circunstâncias em que os respectivos partidos participam dos blocos. Critérios como representação partidária, experiência política ou número de votos, porém, não são fixos. Tal como no caso dos líderes partidários ou de bancadas, também as posições que dependem das articulações entre blocos estão sujeitas aos contextos políticos e à sua relatividade.

Em segundo lugar, porque a mobilidade das relações e a possibilidade de alterá-las ou, ao menos, torná-las mais favoráveis para o próprio deputado ou para o grupo que ele representa, é uma espécie de contraponto necessário da estabilidade dessas alianças. Assumir uma postura mais “flexível” diante das posições que identificam o grupo ao qual o deputado está, originalmente, vinculado, permite transações com o bloco adversário e pode ser uma iniciativa no sentido de *valorizar o próprio passe* e o daqueles que estão sob a sua liderança. De certa forma, é isso que o deputado Pompeu de Mattos, líder de bancada do PDT, parece querer dizer quando se empenha em diferenciar a atitude do “seu” grupo partidário daquela que estaria sendo adotada pelo partido que lidera a aliança.

80% dos projetos do governo eu voto a favor (...) o projeto de política salarial, aquele que não foi cumprido, nós votamos a favor, o PDT votou à favor, na época votou a favor (...) o PT vota contra o governo, nós não votamos contra o governo, votamos contra os projetos do governo, projeto por projeto, nossa oposição é pontual, é diferente da oposição do PT (Pompeu de Mattos, PDT, entrevista).

Já a declaração do deputado Giovani Feltes, líder da bancada do PMDB, vai, exatamente, na direção oposta. Neste caso, a conduta do deputado está orientada para a necessidade de *tomar posição* por um ou outro dos blocos em disputa. E isto, como se pode observar na citação abaixo, é uma condição

definida, antes mesmo da cerimônia de posse e do início dos trabalhos na Assembléia, pela posição do deputado na disputa eleitoral.

Eu fui eleito para ser situação, se de repente o meu eleitorado me elege e me colocar na posição de opositor, eu vou exercer o papel de fiscalizador, de opositor. Tu estás me entendendo? O governador é do meu partido (Giovani Feltes, PMDB, entrevista).

Estas mesmas atitudes, de adesão ou ruptura diante das posições tomadas pelo bloco, podem ser observadas, também, entre os deputados individualmente, ou seja, entre aqueles que, ao contrário dos exemplos acima, não reivindicam a condição de líder de um determinado partido ou grupo político. Neste caso, a legitimidade das ações se justifica em função das vinculações eleitorais do deputado e da sua condição de “representante” dos interesses de um determinado segmento populacional. O *respaldo das bases* aparece, então, como o argumento principal, eventualmente, até mais importante do que os seus vínculos partidários, sua relação com um ou outro bloco, ou com o Poder Executivo, para definir as suas tomadas de posição. Porém, este também não é um critério absoluto, pois o deputado pode orientar sua atuação de uma ou outra forma, dependendo das circunstâncias. A fidelidade ao bloco ou aos eleitores é muito mais uma decisão de momento e associada a um conjunto muito variável de fatores. Como, por exemplo, o tipo de matéria em discussão, ser um tema considerado relevante dentro da sua “área de atuação” ou do seu reduto eleitoral é um fator que favorece a segunda opção. Assim como podem ser decisivas as relações com os demais companheiros do grupo e com o próprio líder. Como explica um deputado da base pedetista, *tem que administrar e encontrar o caminho alternativo sempre...*

Mas existe ainda um outro ângulo em que o processo de tomada de posição deve ser examinado: o da relação entre blocos. A princípio, a grande questão parece ser a produção de uma *maioria*, o que, a se contar da correlação de forças pressuposta pela composição partidária, favorece sempre o bloco situacionista. Visto desta ótica, toda e qualquer discussão pautada na Assembléia é definida pelos partidos vinculados ao governo e decorrentes dos interesses do Poder Executivo ou do próprio governador. De modo que aos oposicionistas,

colocados na condição de *minoría*, restaria “marcar posição” o que, em uma linguagem claramente pejorativa, nada mais é do que “espernear” diante do adversário. Esta atitude, que pode ser interpretada por alguns como uma demonstração de “coerência”, não é, no entanto, a única possibilidade, nem a considerada “ideal” em um ambiente onde um dos principais requisitos parece ser mesmo a capacidade de “negociar”. As circunstâncias em que isto envolve articulações fora do próprio grupo e junto a integrantes do bloco adversário podem ser observadas na citação abaixo. Nesta, o deputado Paulo Odone, líder da bancada governista, lamenta o que, segundo ele, teria sido uma iniciativa frustrada de “baixar a tensão” na Assembléia.

Todas as vezes que eu procurei negociar, disse vamos baixar as tensões na Assembléia, vamos negociar algumas coisas, fui muito criticado. Conseguia um, pegava a Maria Augusta: “tu tens um projetinho bom aí de meio ambiente (...) vamos trabalhar nisso aí”. (...) Estas coisas pontuais eu conseguia fazer, sobre as coisas nucleares não conseguimos fazer nunca (Paulo Odone, PMDB, entrevista).

Notamos, inicialmente, que obter adesões no bloco adversário pode não ser uma tarefa fácil, exigindo, por exemplo, que os apelos sejam feitos junto aos elos mais fracos, como é o caso da deputada Maria Augusta, vinculada a um partido de pequena representação, o PSB, e que também não exerce papel de liderança entre os demais integrantes da aliança. A expectativa quanto a negociação apoia-se sobre um tipo de comportamento – o “bom trânsito” –, mas contrapõem-se ao estabelecimento de lealdades mais consistentes em torno de um dos dois blocos principais¹⁹. A contradição entre a adesão ao bloco e a possibilidade de transitar e tecer acordos fora destes limites pode ser observada na citação abaixo. Nesta, o líder do bloco governista comenta as dificuldades encontradas para obter a adesão dos “aliados”. É interessante observar que ele utiliza como exemplo a ser seguido a mesma atitude que critica quando tomada pelo grupo adversário.

¹⁹ O conflito entre estes dois tipos de comportamento - a adesão ao grupo e o “bom trânsito” -, é outro ponto de destaque na análise efetuada por Kuschnir (1996). Convém acrescentar, nesse sentido, que aquilo que a autora designa como mediação de alianças é uma conduta especialmente valorizada quando envolve parlamentares vinculados a grupos adversários.

Com o tempo se chegou à situação de saber que ou tu fechas em uma coerência, porque tudo é parte de uma coerência, ou tu fechas conosco ou tu és inimigo. Daí muitas vezes era o momento de ser forte na condução disso (...) espera um pouquinho meu amigo, tu vais jogar do outro lado? Vê se a oposição faz isso? (Paulo Odone, PMDB, entrevista)

Por parte da oposição também há a contestação da conduta de “patrola” que, segundo os deputados do bloco, seria uma prática muito utilizada pelos seus adversários que aproveitariam a condição de maioria para “derrubar” todos os projetos de autoria de deputados oposicionistas. Assim, como é possível observar, em vários momentos, os investimentos dos líderes de oposição no sentido de buscar adesões junto aos “aliados” do bloco adversário e até de articulações mais amplas, envolvendo votações conjuntas e a *unanimidade* em torno dos projetos originados no Poder Executivo. Da mesma forma que ocorre quando as transações envolvem deputados individualmente ou enquanto representantes de grupos partidários, os “acordos” entre blocos são justificados em função dos “interesses dos eleitores” ou da “sociedade”. O deputado Elvino Bonn Gass, do PT, justifica, assim, a conduta adotada pelo seu bloco de votar a favor de um projeto proposto pelo governo adversário:

Eu mesmo subi na tribuna para defender um projeto que vem em benefício da ovinocultura, um incentivo à produção de ovinos no Estado. Não tive dúvida nenhuma de defender. Defendemos até para tirar esta coisa estigmatizada na sociedade de que a oposição é do contra por ser do contra (...) (Elvino Bonn Gass, PT, entrevista).

Do ponto de vista dos líderes de blocos concorrentes, a separação entre o que pode ser negociado e os limites do tolerável em termos de condutas discordantes entre os aliados é feita pelo uso de categorias que distinguem as “coisas nucleares” daquelas que são consideradas “pontuais”. Os sentidos que estas categorias adquirem na prática parlamentar é extremamente variável, dependem do grupo dominante e das alianças estabelecidas em torno do governo e das disputas eleitorais a nível estadual ou local, moldando-se também a cada situação específica. O que esta distinção parece indicar é que a composição de blocos mais ou menos estáveis de “situação” ou “oposição” ao governo não esgota

as possibilidades de transação, envolvendo deputados em diferentes posições na hierarquia parlamentar.

Os cenários onde estas alianças e negociações são definidas podem ser também os mais variados, apresentando tanto uma dimensão mais pública que seria o espaço do plenário quanto a das reuniões e acordos que são “fechados” nos bastidores. Um momento que ganha importância do ponto de vista da socialização entre deputados vinculados a grupos “aliados “ ou adversários é o das reuniões de comissões. Pertencer a uma mesma comissão, compartilhar de “afinidades” a um determinado tema e reivindicar a representação de um mesmo segmento da população, são argumentos que costumam ser utilizados quando se trata de justificar relações tanto de aproximação quanto de ruptura entre os “colegas” de Assembléia.

2.3 As comissões temáticas e a representação política

Com relação à sua participação no processo legislativo, os deputados dividem-se em comissões correspondentes aos seus temas de interesse. As comissões podem ser permanentes, divididas em técnico-legislativas e especializadas, ou temporárias, como é caso das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), Especiais e de Representação Externa. Com perspectivas diferenciadas quanto à especificidade das matérias e o tempo de duração, as comissões destinam-se a apreciar proposições, emitir pareceres e, em determinadas condições, deliberar acerca das proposições encaminhadas ao julgamento da Assembléia, objetivando ainda a fiscalização de atos do Poder Público Estadual quando no âmbito dos respectivos âmbitos temáticos. No caso das permanentes, são oferecidas doze vagas de titulares e outras doze de suplentes em cada uma das dez comissões, sendo a participação obrigatória para a totalidade dos deputados, com exceção do Presidente da Assembléia, que

deverão compor, na condição de titulares, duas comissões e, enquanto, suplentes, outras duas. Já as temporárias dependem de requerimentos específicos. Para ambas, no entanto, o Regimento prevê que deverão ser constituídas observando-se a representação proporcional das bancadas²⁰.

A representação partidária aparece, então, como um dos principais critérios na constituição e distribuição das vagas nas comissões. Deter o maior número de membros e, o que salvo “acordos” entre os pretendentes e seus respectivos “aliados” é consequência disso, também a Presidência e Vice Presidência de determinadas comissões é, nestes termos, um privilégio dos partidos maiores. Inversamente, um menor número de eleitos pela legenda pode determinar que o partido fique “fora” da partilha de cargos importantes ou se contente com as comissões menos disputadas, em outras palavras, com as que “sobraram”. De modo que bancadas como a do PMDB, por exemplo, puderam acumular o “controle” de duas comissões, a de Finanças e Planejamento e a de Serviços Públicos, enquanto bancadas menores como a do PT ficaram com apenas a de Cidadania e Direitos Humanos e outras, como a do PCdoB, sem nenhuma.

Um capítulo à parte são os cargos de Presidente e vice Presidente das Comissões Técnico Legislativas. Há uma espécie de “tradição” no sentido de que estas vagas sejam divididas entre os dois blocos principais, ficando a situação com a Comissão de Finanças e Planejamento e a oposição com a de Constituição e Justiça. O que não impede que sejam utilizados outros expedientes como, por exemplo, o “rodízio” entre os partidos aliados e dentro das próprias bancadas. Afora isto, a distribuição das vagas combina diferentes critérios para os quais concorre desde o fato dos partidos e blocos puderem barganhar com outros cargos aos quais teriam “direito” até as considerações relativas às “prioridades do partido”, à “experiência política” dos pretendes, suas competências “técnicas” e “afinidades pessoais”.

²⁰ As observações com relação ao funcionamento e a composição das comissões parlamentares podem ser encontradas, ao menos no que diz respeito aos seus aspectos formais, no artigo 45 do Regimento Interno da Assembléia (1995)

Uma análise mais detalhada da composição das comissões pode, conforme Collovald e Gaiiti (1990:33) fornecer indicações *quanto as normas sociais e políticas implícitas que fundam a divisão do trabalho parlamentar*. Na impossibilidade de examinar cada uma das comissões permanentes da Assembléia, focalizamos aquelas que, dentre as especializadas, costumam ser apresentadas como “sociais”, mais especificamente, a de Cidadania e Direitos Humanos, Educação e Cultura, Saúde e Meio Ambiente, Serviços Públicos e Assuntos Municipais. O objetivo é averiguar o que caracteriza, de uma maneira geral, os integrantes destas comissões, determinando critérios para distribuição das vagas e para definição das atividades desenvolvidas pelos deputados. A comparação com as comissões técnico legislativas tem, ainda, o propósito de verificar o “peso” destas atividades no contexto da atuação parlamentar.

Dois critérios aparecem, a princípio, como fundamentais no que tange a ocupação das vagas nas comissões técnico legislativas. Um deles é regimental e baseia-se na *representatividade da bancada* a qual pertence o deputado. O outro privilegia, no âmbito da respectiva bancada, o deputado que tem mais *experiência política*. Mas a constituição destas comissões depende também das negociações entre os blocos principais, o que pode, em determinadas condições, submeter qualquer outro critério ao que se coloca como “necessidade de manutenção da aliança”. Na prática, isto significa dizer que, além do fato de haver um “acordo” no sentido de garantir que as Presidências destas comissões sejam divididas entre os partidários de um e outro bloco, nenhum outro critério parece definitivo, existindo várias possibilidades da composição destas comissões ser alterada, e por mais de uma vez, no transcorrer dos mandatos.

Algumas competências exclusivas quanto a possibilidade de “facilitar”, ou “restringir”, o trâmite das proposições nas demais instâncias da Assembléia, é um dos principais argumentos utilizados para justificar à grande concentração de “líderes” entre os titulares e, de certa forma, também entre os suplentes destas comissões. Assim, para o segundo semestre de 98, dos nove líderes de bancada, apenas não são titulares de ao menos uma destas duas comissões, aqueles cujas

bancadas não tinham número suficiente para concorrer à vaga (2) com outros dois casos em que os deputados “abriram mão” da vaga em favor de um outro companheiro de partido, ficando na condição de suplentes. A experiência em cargos na burocracia do Estado ou dos municípios, liderança sobre grupos políticos regionais e um histórico de cargos importantes na hierarquia parlamentar e na liderança dos respectivos partidos definem, praticamente, todos os outros casos. O depoimento do deputado Antônio Lorenzi, PMDB, quatro mandatos na Assembléia, líder de bancada do seu partido durante a Constituinte Estadual e Secretário da Mesa e presidente das referidas comissões em mandatos anteriores, é ilustrativo nesse sentido:

A bancada me indicou. Uma indicação que não é de praxe, que é normalmente o líder do governo ou o líder da bancada (...) a bancada me distinguiu com esta indicação e eu sou titular da Comissão de Justiça e da Comissão de Finanças.

Estar entre os membros das comissões técnico legislativas é, então, um fator de prestígio para o deputado, acrescido, no caso acima, por se tratar de uma indicação simultânea para ambas as comissões. Mas esta é, também, uma situação bastante rara no ambiente parlamentar, prevalecendo os casos em que a “segunda opção” recai sobre uma das comissões especializadas. O que, se não deixa de ser um indicativo do caráter mais “elitista” e, ao menos potencialmente, mais disputado das vagas ofertadas nas comissões técnico legislativas, revela também uma maneira de conceber o trabalho de representação parlamentar.

Como se pode observar também com relação a outras atividades e em diferentes planos da ação parlamentar, os deputados percebem que suas atribuições se dividem entre aquelas que se orientam para interesses “coletivos”, associados a partidos, governos, blocos, etc., e as que se referem às respectivas “bases eleitorais”. O adjetivo “macro políticas” associado às comissões técnico legislativas dá a idéia de um espaço onde as ações são, principalmente, deste primeiro tipo. Há uma expectativa de retribuição por parte dos “aliados” e isto inclui *compromissos* como o de “facilitar” a votação de projetos considerados como sendo de interesse do grupo, de um ou outro dos seus membros e, no caso dos situacionistas, do Poder Executivo, exercendo o papel inverso com relação aos

projetos do grupo adversário. Já uma segunda indicação “liberária” o deputado para atuar de acordo com que interpreta como sendo o interesse dos “seus” eleitores. No depoimento do deputado Jair Foscarini, PMDB, Presidente da Comissão de Finanças no primeiro mandato e da de Serviços Públicos, no segundo, permite perceber a diferença entre uma e outra forma de atuação. Vejamos como ele responde a questão de como o trabalho nas comissões poderia ser revertido em favor das suas “bases”:

Lá [na Comissão de Finanças] era realmente mais difícil porque nós tratávamos tão somente com números estaduais, números do governo, então...E agora como sou também da comissão de Serviços Públicos né, então quando está envolvendo a área de segurança, então, nós temos como tratar lá, área de obras (...) (Jair Foscarini, PMDB, entrevista).

Na prática, não se tratam de atribuições separadas estas que envolvem interesses da “aliança” ou dos eleitores, nem as atividades realizadas em uma ou outra das comissões correspondem a objetivos que sejam excludentes entre si²¹. Esta diferenciação parece marcar é que a atuação dos parlamentares, mesmo a mais diretamente associada às funções do “líder”, não se restringe às negociações que estabelecem entre si e a partir dos grupos políticos que representam. Visto desta ótica, o trabalho nas comissões, e os motivos que orientam as “escolhas” são, tal como se pode observar em outras esferas de atuação, resultantes de uma multiplicidade de transações, seja entre os próprios deputados, seja entre estes e seus eleitores. Vejamos como isto se reflete, em um outro extremo da hierarquia parlamentar, na seleção e caracterização dos deputados que ocupam, por diferentes razões, as comissões “sociais”.

Com um total de sessenta inscrições, repartidas em cinco comissões que dividem entre si um conjunto muito fragmentado de “problemas” a tratar, as “sociais” são responsáveis por um número de vagas muito maior do que o das outras três especializadas (Economia e Desenvolvimento, Agricultura e Cooperativismo e Mercosul) ou do que das duas técnico legislativas, somadas. O

²¹ Entre as atribuições da Comissão de Finanças e Planejamento está, por exemplo, a votação de emendas ao Orçamento do Estado, percebida como uma das principais oportunidades (talvez a

que, por si só, já é um indicativo do valor que estas posições adquirem no contexto mais geral. Mas pode-se considerar, ainda, a baixa frequência de lideranças de bancada na lista dos seus membros titulares (a média é de dois líderes de bancada por comissão). Da mesma forma, é pequeno o número de deputados que apresentam currículos importantes em termos de uma experiência política prévia, seja na própria Assembléia, seja com cargos na burocracia estatal ou nos respectivos partidos e coalizões partidárias. Exceção feita, com relação àqueles cujo os cargos ocupados são nas secretarias e departamentos correspondentes à “área de especialidade” das comissões.

A comissão de Cidadania e Direitos Humanos é um bom exemplo, nesse sentido. Trata-se da que dispõe das vagas menos disputadas, as últimas a serem “escolhidas” pelos deputados e líderes de bancada. A começar pelos cargos de Presidente e vice-Presidente que, segundo o titular do cargo para os anos de 96 a 98, *só sobrou para o PT porque ninguém queria, nem o PT, só ficou porque não tinha outra opção*. Os demais componentes estão distribuídos entre as diferentes bancadas com prevalência para as de menor representação, principalmente de oposição, e membros de menor expressão nos “partidos grandes”. Restringem-se, assim, a dois os líderes de bancada com outros cinco casos de líderes partidários. Com apenas três casos, incluído aí o Presidente da comissão, que têm mais de um mandato na Assembléia (mais precisamente, dois) com nenhum caso de ex Secretário de Estado e apenas um de chefe de departamento, com três casos de vereadores e dois de Prefeitos.

Integrar uma comissão não se resume, porém, a “ter o nome” na lista de inscrição. Isto parece ser, particularmente, verdade no caso das comissões “sociais” onde é ainda mais significativo o índice de ausências em reuniões e atividades programadas. Assim, salvo os momentos onde a “polêmica” dos debates ou o interesse específico de um ou mais deputados sobre o tema da discussão, o trabalho das comissões fica concentrado nas mãos de um pequeno

única constitucional) das quais dispõem os parlamentares para destinar verbas aos municípios, regiões ou segmentos sociais com os quais mantêm seus vínculos eleitorais.

número de “abnegados”. O que quase sempre se resume aos seus respectivos presidentes (e/ou vices presidentes) e um ou outro membro mais “atuante”. É com relação a estes que se reconhece algumas características designadas, de modo geral, como “afinidades” com os temas tratados e com as populações atendidas pela respectiva comissão. Isto permite que se aborde a questão da composição das comissões “sociais” e do perfil sociológico dos seus membros a partir do que se pôde observar para os seus Presidentes e Vices Presidentes (que são também os que mais tempo permanecem nos cargos, geralmente, os quatro anos do mandato, contrastando com a alta rotatividade verificada para as comissões técnico legislativas).

A distribuição das vagas de vices-presidentes chama atenção para um dos aspectos presentes na composição destas comissões: a grande concentração de mulheres comparativamente ao número que elas representam no total de eleitos (5 para 55). “O maior quorum feminino da história da Assembléia” está, com exceção de uma única deputada (que entrou como suplente e teve que permanecer nas mesmas comissões assumidas pelo titular da vaga), têm uma, ou as duas, indicações em comissões “sociais”. Divisão sexual do trabalho político que costuma ser reforçado pela opção profissional e pelo “status” social da profissão. Professoras, em dois casos, um destes com atividade de representação no sindicato de professores; jornalista com “tias professoras”, em outro; farmacêutica, também com participação em associação profissional, além de “movimento” de mulheres e “comunitário”, em um quarto caso. As deputadas mulheres se distribuem entre as comissões de Educação, Cidadania e Direitos Humanos e Saúde, sendo vices-presidentes em todas estas.

A “condição feminina” é um dos elementos utilizados pela deputada Jussara Cony (PCdoB) para caracterizar sua atuação e o reconhecimento que acredita merecer por parte dos “colegas homens”, garantindo, inclusive que fosse indicada ao cargo de Vice-Presidente da Comissão de Saúde mesmo sendo a única representante do seu partido. O modo como esta condição “natural” se combina com características associadas a origem, atividade profissional e vínculos sociais

para definir o envolvimento da deputada com o “social”, é um outro ponto a destacar da citação abaixo:

É diferente porque eu tenho essas coisas em mente quando eu estou fazendo tudo. Entendeu? Eu tenho um envolvimento direto com os movimentos sociais. Eu sou uma mulher discriminada, eu sou uma profissional formada para outra coisa, eu sou uma mãe que criou os filhos, tu entendeu? A baixo de...Eu sou uma funcionária pública que ganha pouco (...) eu morei na vila (...) (Jussara Cony, PCdoB, entrevista).

Todos homens, os presidentes das comissões “sociais” devem sua posição, ao menos em parte, ao exercício de uma profissão específica e a diferentes modalidades de “atuação comunitária”, boa parte das vezes, reforçadas pelo exercício de cargos burocráticos e políticos na mesma “área” da comissão. O Presidente da Comissão de Educação e Cultura, reconduzido por duas vezes consecutivas ao cargo, deputado Rubens Pillar (PPB) é ex-padre, advogado e professor aposentado do magistério estadual que lecionou teologia, filosofia e letras na PUC (Pontifícia Universidade Católica) da região de Uruguaiana onde também ajudou a “criar” um o curso de zoologia. Destacou-se ainda como “fundador” de duas emissoras de rádio que fazem um “trabalho social” e como “articulador” de mais de vinte associações de moradores nesta mesma região. Como cargos políticos e na burocracia do Estado, foi delegado de educação, duas vezes Prefeito de Alegrete (município próximo a Uruguaiana) e Secretário Adjunto de Educação do Estado. O Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (também reconduzido ao cargo), deputado Eliseu Santos do PTB, é um dos quatro médicos eleitos para legislatura (três dos quais com assento nesta mesma comissão), é “campeão de atendimentos” em um hospital público de Porto Alegre e se destacou por fazer atendimentos gratuitos para os pacientes encaminhados pelo programa do Sérgio Zambiasi (Presidente do seu partido e responsável pela sua candidatura a vereador e deputado estadual) e para os “carentes” da igreja evangélica da qual também é evangelizador. Como cargos políticos anteriores, foi vereador em Porto Alegre e Presidente da Comissão de Saúde da Câmara. As comissões de Serviço e Público e Assuntos Municipais são presididas, respectivamente, por um ex-policial e “líder” comunitário, formado em direito, e por

um ex-funcionário dos Correios e estudante licenciado de Letras que pôde ampliar seus vínculos com associações de moradores e “movimentos pela moradia” em várias vilas de Porto Alegre devido a dois mandatos como vereador, duas vezes Presidente da Câmara e Presidente da Comissão de Educação.

Uma outra característica dos deputados que ocupam cargos importantes dentro das comissões sociais é a “origem humilde”. Entre os cinco presidentes com mandato para os dois últimos anos da legislatura de 97-99, ao menos três são filhos de pequenos agricultores, operário e guarda-noturno, com um caso de neto de grande proprietário rural e um de funcionário público e profissional liberal de nível médio. Com apenas um caso em que a vice-presidente de uma comissão “social” não se classifica como sendo de “origem humilde”, sendo filha de funcionários públicos de nível médio. A composição da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos ressalta a forte incidência dos eleitos em posições socialmente desvalorizadas. Os de “origem humilde” perfazem quase 50% do total de membros titulares da comissão e dos quatro casos de sem diploma na Assembléia, dois estão na CCDH. Entre os diplomados prevalecem as profissões de ranking social baixo ou intermediário com quatro casos de professores de nível médio, dois advogados “comunitários” e um pastor evangélico, único com pós-graduação, o presidente da comissão, é jornalista e bacharel em Direito, além de cursar o mestrado em filosofia.

Visto desta ótica, todo o esforço daqueles que se reconhecem, e são reconhecidos, em função da sua “afinidade” com o “social” (ou qualquer uma das suas “especialidades”) é no sentido de reverter em ações políticas uma multiplicidade de vínculos e relações sociais estabelecidos previamente. Assim, o deputado João Osório (PMDB) que está no seu quarto mandato, três dos quais como Presidente da Comissão de Serviços Públicos, orgulha-se de ser conhecido entre os demais como *deputado vileiro*, associado a sua disposição de estar sempre nas “vilas” onde tem seus redutos eleitorais e para onde direciona sua atuação parlamentar. Da mesma forma, o deputado Valdir Fraga (PTB), Presidente da Comissão de Assuntos Municipais, atribui sua indicação para o

cargo á condição de *líder comunitário que conhece bem as vilas irregulares, clandestinas, de Porto Alegre.*

Trata-se, como observa Coradini (1998:19), de uma situação onde a *eficácia do “trabalho político” decorre dos recursos e possibilidades de manipulação das relações e sentidos contidos nestas diferentes esferas sociais, a partir de uma perspectiva de acumulação de capital político.* As relações de vizinhança, e todos os significados que se pode atribuir à condição de “líder comunitário”, não constituem, desta feita, mais do que uma das esferas em que estes vínculos se constituem e interagem com a atividade política. No que diz respeito ao trabalho nas comissões “sociais” prevalece ainda um outro formato ou modalidade de inserção e que tende a valorizar o estatuto profissional e a capacidade de manipular relações associadas ao exercício de profissões específicas, como a dos médicos. A perspectiva que orienta a conduta do deputado é, no entanto, a mesma, ou seja, não são os interesses do “profissional da saúde”, assim como não são os do líder comunitário, que prevalecem, por exemplo, na definição da agenda de “problemas”, mas os do político preocupado em legitimar suas ações junto aqueles que reconhece, potencial ou efetivamente, como seus eleitores. O depoimento do deputado Eliseu Santos, Presidente da Comissão de Saúde, é bastante ilustrativo, nesse sentido. Vejamos como ele justifica, na citação abaixo, os seus pronunciamentos na tribuna das sessões plenárias:

Eu quando ocupo a tribuna não é para defender a classe médica, embora eu seja da classe médica, eu ocupo a tribuna para defender aquele miserável que não tem ninguém por ele, o médico tem (Eliseu Santos, PTB, entrevista).

Isto não o impede de, em um outro momento, fazer o seguinte comentário a respeito dos seus pronunciamentos:

Agora eu ocupo a tribuna quando tenho que colocar o meu desabafo como médico, como deputado, como presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia (...) Então eu recebo denúncias de todo lugar, de que o governo federal não investe, cria uma imagem muito mentirosa, sabe o que o governo inventava para desmoralizar a classe médica? (idem)

O uso de categorias diferentes, passíveis de aplicações variadas a depender das conjunturas e dos “públicos” a que se dirigem, é um elemento bastante destacado no discurso que pode, como se observa, ter um caráter mais “popular” ou mais corporativo. Um tom mais “estatal” caracteriza o depoimento de do deputado Germano Bonow (PFL). Como podemos verificar na citação abaixo, é este um caso em que a “especialidade” sobre o “social” e, mais especificamente, sobre a “área de saúde”, não está fundada apenas, ou principalmente, sobre a condição profissional, como médico, mas pela posição na coalizão governante e pela notoriedade adquirida por várias reconduções ao cargo de Secretário de Saúde do Estado. A preocupação do deputado em descartar uma postura “ideológica” para definir políticas “sociais” é, como também podemos observar, uma forma de demarcar espaços com o bloco adversário:

A política social, a política de saúde que eu conheço, não se trata de esquerda ou de direita, não se trata de ideologia ou de não ideologia. Se trata de competência! Nós não podemos ficar atrelados à ideologia, nós temos que ser competentes. Esse é o problema (Germano Bonow, PPB, entrevista).

Por fim, observamos que se a indicação para as comissões “sociais” tende a valorizar as qualidades “sociais” dos interessados, a experiência política e o reconhecimento obtido junto aos respectivos partidos e blocos, pode também funcionar como modo de acesso. Isto é, particularmente, evidente entre os grupos oposicionistas que, no afã de distribuir as poucas vagas de que dispõem entre o maior número possível de comissões, tendem a concentrar nas mãos das suas principais lideranças o trabalho dentro das comissões “especializadas” e aqueles que realizam em ou outra das comissões “macro”. As comissões “sociais” perfazem, assim, a totalidade dos casos de “segunda opção” entre os líderes oposicionistas que também não parecem ver nestas uma posição de relegação comparativamente àquelas que ocupam dentro das comissões de Finanças ou de Constituição e Justiça.

A oportunidade de levantar “denúncias” contra as ações do governo adversário fez com que o líder da bancada petista (que acumula também posições importantes dentro do partido e vem de experiências anteriores na Câmara de

Vereadores de Porto Alegre e em departamentos da Prefeitura) renovasse por dois mandatos consecutivos a sua atuação dentro da Comissão de Educação da Assembléia. Membro de expressão política um pouco menor dentro do partido, o deputado petista Marcos Rolim só “aceitou” assumir a presidência da comissão de Cidadania e Direitos Humanos porque perdeu a disputa pela liderança da bancada. O trabalho na comissão passou, então, a se constituir numa espécie de baluarte na luta pela implantação dos “direitos humanos como princípio de atuação política”. Uma maneira de se consagrar dentro do parlamento, e no próprio partido, como portador de “temáticas de vida de populações que jamais haviam sido tematizadas, aqui pelo menos (com referência à Assembléia)”, ao mesmo tempo que se empenha em conferir “uma certa dignidade política” a estes temas.

As modalidades de ingresso e as retribuições esperadas são diferentes para cada um dos casos: O primeiro tem uma inserção de caráter basicamente conjuntural, em função da “relevância” política daquele tema dentro da disputa pelo governo do Estado, não se reivindicando um “especialista na área”. Ao contrário do segundo que sustenta sua “especialidade” nos recursos que pôde acumular em sua trajetória política e partidária. No outro extremo do espectro político, o líder da bancada pefelista que é também presidente e um dos fundadores do PFL no Estado, lança mão de uma tática que, talvez, se aproxime mais da do líder petista. Resolve investir na “área da educação” para mostrar que “os liberais têm propostas para os problemas sociais do Brasil”. Os interesses e os recursos investidos são diferentes, assim como as expectativas em termos de retornos políticos. Para qualquer um dos casos, no entanto, a “competência” para intervir sobre temática “social” passa por fazer reconhecer as posições que ocupam dentro da hierarquia política.

Uma outra situação é quando a atuação nas comissões permanentes aparece combinada com aquelas que caracterizam as comissões temporárias. Algumas destas comissões temporárias destacam-se com relação à “relevância” dos temas tratados e reúnem as “principais lideranças” de cada partido, além dos

deputados - que não tendo chegado nestas posições - vêem na oportunidade de integrar comissões deste tipo um elemento de prestígio nas respectivas bancadas. Este parece ser o caso das CPIs (comissões parlamentares de inquérito), particularmente quando estão em jogo “denúncias” contra o governo do Estado. O depoimento do deputado Valdir Hecke, vice líder da bancada pedetista, destaca o prestígio que a participação em uma CPI atribui ao seu mandato:

(...) eu, no meu caso, tive um desempenho na CPI da CEE, fui presidente, chegando, no primeiro mandato (...) evidentemente com o apoio da bancada. Fui presidente desta comissão, foi algo importante, muito importante. E assim são outras questões você apoia ali e é apoiado lá, tem que ter sintonia de grupo, pensamento de renúncia em alguns casos (Valdir Hecke, PDT, entrevista).

A participação nas CPI (s), principalmente em cargos importantes como presidente, vice presidente ou relator, pode ser aproveitada para assumir posições ascendentes na Assembléia. Para isso, contam tanto os “resultados concretos” à que chega o trabalho na comissão – repercussão das denúncias, comprovação dos dados, prisão dos responsáveis e até atos mais simbólicos como a “explicação” do governador – quanto a conduta “pessoal” do deputado. O deputado José Otávio Germano, PPB, Presidente da Assembléia nos dois primeiros anos da 49^a legislatura, coloca a sua participação na CPI que investigava o governo Collares como um fator importante para que viesse a assumir o cargo:

O fato de ter agido com cautela, com serenidade, com maturidade, eu diria, me proporcionou o seguinte, que na reeleição em 94, quando me reeleigi deputado, esta atuação como líder do partido, como líder da bancada e como relator de uma CPI explosiva como foi aquela, me conduziu para ser escolhido pela unanimidade, novamente uma coisa que não acontece muito fácil na Assembléia, para ser presidente da Assembléia (José Otávio Germano, PPB, entrevista).

Outras comissões “temporárias” não parecem ter o mesmo impacto sobre a atuação do deputado em termos de reconhecimento dos pares, prestando-se melhor para reativar seus vínculos com suas bases eleitorais. Daí as comissões especiais e de representação externa, organizadas para tratar de “problemas” mais imediatos vividos por setores específicos da “sociedade”. Como a própria denominação da comissão parece indicar, a iniciativa de criação costuma também ser “externa”, a partir de uma demanda dos eleitores ou de suas associações

representativas, e “encampada” por um ou mais deputados vinculados politicamente aos setores sociais envolvidos. Vejamos como o deputado Caio Riella, líder partidário do PTB, descreve a atuação que desenvolve em uma Comissão de Representação Externa:

Eu pego aquele trabalho, aquele dossiê, aquele estudo deles que vêm pedir apoio para mim. Eu vou fazer o quê? Ou eu faço uma comissão para tratar este assunto...por exemplo, ponte Arviel-Santa Cruz, uma ponte internacional. A comunidade se reuniu, as forças se reuniram, juntaram todos os dados, a viabilidade, o estudo todo, fizeram um dossiê e trouxeram aqui. Aí eu criei uma comissão, estudei, vi aquilo, fiz pronunciamento na tribuna, aquela coisa toda e criei uma comissão de representação externa e estamos batalhando até hoje (Caio Riella, PTB, entrevista).

Mais pontuais ou exigindo uma atuação de “longo prazo”, as atividades desenvolvidas nas comissões nunca são isoladas. Tal como podemos observar para um conjunto bastante amplo de ações às quais os deputados se dedicam em função de interesses diversos, a divisão de trabalho entre as comissões, por mais rigorosa ou “limitante” que pareça ser, não prescinde das “articulações” entre as mais diferentes posições, e “níveis”, da hierarquia política. De um modo geral, estas interações estão condicionadas também pelos seus vínculos eleitorais e pela sua condição de “representantes” de segmentos mais ou menos específicos da população onde reconhecem as suas “bases eleitorais”. Fazer a “mediação” entre estes diferentes planos de atuação aparece, então, como uma habilidade muito valorizada no meio parlamentar ou, como afirma Kuschnir (1996:108) uma *necessidade para sua sobrevivência no grupo*. As negociações envolvendo a definição dos titulares para Mesa da Assembléia é um outro exemplo nesse sentido, distinguindo-se pelo caráter bastante seletivo deste processo e pela maneira como a própria discussão a respeito se restringe àqueles que ocupam uma determinada posição na hierarquia política.

2.4 Os membros da Mesa e a definição da agenda

De acordo com o Regimento Interno, a Mesa é o órgão diretivo da Assembléia, sendo, entre outras incumbências, responsável pela organização a pauta das sessões plenárias (junto com o Colégio de Líderes) e pela condução dos “trabalhos” durante as sessões. Além disso, a Mesa tem funções administrativas como fixar a remuneração dos deputados, do Governador, Vice-Governador e Secretários, criar, transformar e extinguir cargos ou funções de serviços da Assembléia, estabelecendo as respectivas remunerações. Cabe também aos membros da Mesa e, em especial, ao Presidente, a representação do Poder Legislativo nas cerimônias oficiais e diante dos demais “poderes” do Estado. São sete os seus membros titulares - um Presidente, dois vices Presidentes e quatro Secretários –, com mandato de dois anos, sendo vedada a recondução para o mesmo cargo nos dois anos subseqüentes.

A eleição da “chapa” que deverá compor a Mesa da Assembléia é precedida de um largo período de negociações, envolvendo os “líderes” dos partidos de maior bancada e os representantes dos dois blocos principais. De modo que a tendência é a apresentação de uma única chapa que, salvo os protestos, muito eventuais, dos partidos “menores”, é eleita pela unanimidade dos deputados. Os critérios de seleção privilegiam, então, a representação partidária e a correlação de forças entre os blocos de situação ou oposição, respeitando-se algumas regras regimentais, como a alternância nos cargos e a que impede os líderes - de bancada e partidários – de ocupar estes cargos. A possibilidade de renovação na composição da Mesa é, ainda, um expediente que parece facilitar a negociação, permitindo que os cargos mais valorizados, como o de Presidente, sejam ocupados, no transcorrer de uma mesma legislatura, por representantes de blocos adversários e de um ou mais dos partidos “aliados”. Assim, na legislatura investigada (94-98), a Presidência da Assembléia ficou, nos dois primeiros anos, a cargo do partido de situação que tinha também o maior número de deputados, o PPB, e os dois últimos foram repartidos entre o maior partido da oposição, o PDT, e o partido do governo, PMDB, este privilegiado com o último ano, preferido em função de ser um “ano eleitoral”. Com os demais cargos sendo compostos de

forma a “contemplar” os partidos que teriam ficado “de fora” das negociações em torno da Presidência.

Estabelecidas as condições mais gerais, as disputas e “acordos” passam a envolver não apenas os “líderes”, mas o conjunto dos deputados, no âmbito das respectivas bancadas. Como um dos critérios para obter a vaga é a representação partidária, uma “qualidade” muito valorizada no pretendente é a adesão ao grupo, para o que conta tanto os seus alinhamentos políticos passados quanto a sua “experiência” em termos de cargos partidários, eletivos e “de confiança” (como postos na burocracia do Estado). Mas há também uma segunda condição, o “bom relacionamento” com o conjunto dos deputados e o “trânsito” entre os diferentes partidos e blocos. Saber “conciliar” uma e outra forma de conduta e, ao mesmo tempo, “administrar” os interesses dos seus eleitores, de modo que os demais integrantes do grupo não se sintam “prejudicados”, são características quase que essenciais para os que ocupam ou almejam ocupar um cargo na Mesa da Assembléia.

O deputado José Otávio Germano, PPB, Presidente da Assembléia nos dois primeiros anos da legislatura (1994-96) enumera, da seguinte forma, as “qualidades” importantes para o acesso e o exercício do cargo:

Para tu seres o Presidente da Assembléia, tu tens que ter o reconhecimento dos deputados, dos funcionários da Assembléia e da imprensa (...) Como tu adquires esta respeitabilidade? Com uma postura, primeiro, moral inatacável (...) e o relacionamento com os demais deputados é decisivo para tu poderes ter trânsito (José Otávio Germano, entrevista).

Já para o representante da oposição, deputado João Luiz Vargas, do PDT, os critérios, praticamente, se reduzem às formas de “relacionamento” – mais conciliador, afetuoso, leal com os “companheiros” do partido e disposto a colocar os interesses partidários acima dos “pessoais”. Sem maiores destaques em termos de “ações individuais” (o que parece ser o caso do seu oponente que, no mandato anterior, buscou se destacar como “líder da oposição” e pela autoria de “projetos importantes), o deputado pedetista pontua a importância de uma conduta que privilegia o “acordo” e o “bom relacionamento” com todos os deputados. O

que o distingue, inclusive, de muitos dos “líderes” do seu bloco, reconhecidos por sustentar posições “radicais” e “polêmicas”.

Eu não tenho nenhum desafeto na Assembléia, nenhuma briga, nenhuma posição radical, uma posição clara, mas nunca radical (...) nenhuma posição polêmica, respeito a dos outros para que a minha seja respeitada e isto me leva a viver sem nenhum problema com nenhum deputado (João Luiz Vargas, PDT, entrevista).

Pelo contrário, um dos maiores motivos de disputa e, portanto, onde se baseiam boa parte dos “desafetos”, são os “interesses eleitorais” de cada deputado. Conseguir “separar as coisas” de forma a não “comprometer” o relacionamento com os demais deputados, o que já exige um esforço de “equilíbrio” entre a lealdade a um determinado grupo e a disposição para mobilidade e conciliação, aparece, então, como uma habilidade decisiva. Vejamos como o deputado José Ivo Sartori, PMDB, Presidente da Assembléia no último ano da legislatura e responsável pela “condução” do processo eleitoral, organiza sua conduta de modo a defender os “interesses dos eleitores” e, ao mesmo tempo, a sua posição na aliança. Na citação abaixo, ele utiliza um “caso prático” para exemplificar a relação entre um e outro tipo de interesse:

Vou tomar um caso prático: pedágio [refere-se a um projeto do Executivo considerado de difícil aceitação na “base”], eu não vou discutir publicamente, mas o tambor pesa, o cara [refere-se ao eleitor] vai lá em casa, conversa comigo, manda carta, pressiona, né. E você faz o caminho contrário, vai lá [na liderança do bloco] e diz “olha tchê, como é que vai ser?” Isto eu acho que o grande valor que a gente tem, não é propriamente definir a postura, mas a capacidade de influência, de fazer modificações em determinados projetos que você vê que têm dificuldades de ver que ele seria absorvido pela população...(Ivo Sartori, PMDB, entrevista).

Na prática parlamentar, a *capacidade de influência* está diretamente associada ao domínio de algumas “regras” que, neste caso, podem ser tanto de convivência no grupo e de relacionamento com os “colegas” quanto das possibilidades de uso do Regimento Interno e outros expedientes da estrutura institucional onde estão inseridos. A habilidade na condução dos trabalhos legislativos e das sessões plenárias exige a manipulação de um conjunto bastante complexo de regras e leis que, por sua vez, também permitem uma grande diversidade de leituras e interpretações, usá-las de forma a “facilitar” a negociação

entre deputados e grupos políticos é, então, o que se espera do Presidente da Mesa e a razão pela qual este cargo é tão disputado.

A seleção dos membros de “segundo escalão” da Mesa parece valorizar outras qualidades. Mais “políticos”, no caso dos Presidentes, os critérios recaem sobre características “pessoais”, no caso do Vice Presidente e Secretários. Neste último caso, há o entendimento de que se trata de uma função burocrática, “administrativa”, mais afeita aos deputados com experiência anterior em cargos executivos. O deputado Kalil Sehbe, PDT, que, apesar da sua pouca experiência política anterior (foi vereador e Presidente da Câmara no seu município e assumiu o mandato na Assembléia como suplente), foi indicado para ocupar a vaga de 4º Secretário, explica, da seguinte maneira, a sua indicação: *meu estilo é muito mais executivo que legislador, basta dizer que estou aqui a um ano e cinco meses aqui na Casa e já cheguei a uma função que é muito mais executiva, que é Secretário da Mesa*. Em termos muito semelhantes, o deputado Antônio Lorenzi, do PMDB, justifica a sua indicação para o cargo de 1º Secretário pela sua experiência como Prefeito Municipal: *como eu fui prefeito...é como eu te disse, o cargo de primeiro secretário é uma espécie de prefeito da Assembléia, não é?*

Seja como for, a composição da Mesa diretora, retirado, talvez, o cargo de Presidente, apresenta critérios extremamente variáveis de seleção. A preocupação de “contemplar” os partidos “menores”, por parte das lideranças dos blocos principais, e o interesse de ter um número maior de cargos para partilha entre os liderados, por parte dos líderes de bancada, faz com que se estabeleça uma espécie de “rodízio” entre os pretendentes à vaga. O que não impede que os postos ocupados na Mesa sejam usados como instrumento de prestígio e barganha nas negociações envolvendo deputados e grupos políticos e como um requisito para novas disputas e “vôos mais altos”.

Em síntese, a análise das características dos ocupantes e pretendentes a vagas nas diferentes posições da hierarquia parlamentar, possibilita compreender uma série de elementos acerca da concorrência política e dos condicionantes

sociais e institucionais dos mandatos legislativos. De modo geral, os recursos e interesses mobilizados em função destes postos e das atribuições que lhes estão associadas permitem elucidar alguns dos mecanismos presentes nas tomadas de posição política e no modo como estas se relacionam com o que acreditam ser as preocupações “sociais” dos eleitores.

CAPÍTULO 3: O “SOCIAL” NA AGENDA PARLAMENTAR

Nos capítulos anteriores buscamos explicitar o quadro de inter-relacionamentos delimitado pelo espaço da concorrência política tal como tem lugar entre os deputados eleitos para Assembleia Legislativa gaúcha. Focalizamos, num primeiro momento, as estratégias de inserção política acionadas durante as disputas que precederam o acesso ao presente mandato, destacando os esforços de construção e gestão das chamadas “bases eleitorais”. As relações estabelecidas dentro da competição mais estreita, entre os deputados eleitos, foram examinadas no segundo capítulo, quando também destacamos alguns dos aspectos formais implicados na ação legislativa. Nossa preocupação foi, então, mostrar como são definidas as posições dentro da hierarquia parlamentar, as configurações de alianças e negociações internas, colocando em relevo os recursos que permitem mobilizar e os efeitos disso sobre a seleção das temáticas privilegiadas na agenda política. Neste capítulo, procuramos direcionar o foco para o modo como estas forças e interesses políticos estão estruturados quando estão em jogo as intervenções sobre os “problemas sociais” e suas respectivas “soluções”.

O espaço reservado ao tratamento do “social” no contexto parlamentar, os recursos e interesses mobilizados nas diferentes situações e o modo como os deputados se dividem em torno de “problemas” deste tipo, são alguns dos pontos examinados, a partir das seguintes linhas de observação: (1) as condições nas quais os “problemas sociais” ocupam a pauta de preocupações dos

parlamentares; (2) as clivagens que se estabelecem em torno das diferentes modalidades de tratar, e conceber, o trabalho político “social”; (3) as fórmulas de reconhecimento acionadas em cada caso e as repercussões sobre a concorrência política nos seus diferentes “níveis” e esferas de atuação.

Nesse sentido, e considerando a especificidade do caso em pauta, as observações foram organizadas de modo a se contemplar, além das posições políticas assumidas publicamente e dentro dos cenários mais institucionalizados do debate parlamentar, as lógicas mais “internas” em torno das quais se estruturam as atividades desenvolvidas pelos deputados.

Acentuamos, sob este aspecto, as relações que, em função dos espaços diferenciados nos quais se realizam, tendem a ser percebidas e apresentadas como “locais”. Esta dimensão da atividade política em que os atores, sejam eles candidatos ou ocupantes de cargos eletivos, conduzem suas ações e estratégias privilegiando outros interesses que não aqueles que parecem definir suas posições dentro da competição política mais geral, é destacada por Lacroix (1992). Trata-se, segundo o autor, de uma exigência do trabalho político, a de saber conciliar estes dois horizontes da atividade política: o “nacional”(ou, no caso tratado aqui, o “estadual”) e o “local” que são, com suas singularidades, “inseparáveis e complementares”.

O caráter multifacetado dos laços que ligam os deputados aos seus eleitores e, de forma mais ou menos específica, às localidades onde reconhecem suas *bases eleitores*, abrem todo um outro leque de investigação também quanto as atividades, efetivamente, desempenhadas pelos parlamentares. A importância que um número significativo de deputados atribui às ações que, em oposição às construções discursivas, são caracterizadas como “concretas” fez com que nos detivéssemos sobre as relações que se estabelecem em torno destas práticas, assim como sobre as concepções às quais parecem estar associadas. Sobre a valorização das iniciativas que se sustentam em outros critérios de identificação política que não as transações de bens simbólicos e sustentados na

argumentação discursiva, vale considerar as indicações de Lehinque (1990:135) a respeito do debate político “local”:

Tudo permite pensar - ainda que a demonstração não possa, e pôr causa disso, valer-se da decodificação dos discursos – que em matéria de política social local, mostrar (inaugurar uma creche, visitar uma casa de idosos, honrar com a sua presença uma “árvore de Natal”, receber desempregados) dispensa demonstrar, mais exatamente torna socialmente inútil, a demonstração (...).

Esta mesma concepção está presente em muitas das considerações que os deputados fazem a respeito das suas práticas. Assinalamos, por exemplo, o comentário de um deputado sobre o que considera como sendo a expectativa do eleitor: *muitas vezes, mais importante do que falar é fazer*, ou ainda, *um gesto vale mais do que mil palavras*. Mesmo no caso daqueles que se mostram críticos com relação a ações que classificam como *assistencialistas, fisiológicas e clientelistas*, é comum a valorização de atividades que se voltam para o atendimento de demandas específicas e atribuídas àqueles aos quais se acham politicamente vinculados. Atribuímos importância à alocação de recursos estaduais para consecução de “obras” nos municípios onde os deputados têm vínculos eleitorais, à prestação de serviços e pequenos favores para eleitores e “comunidades”, mas também para a presença do deputado, o *estar junto e enfrentar as mesmas dificuldades*. Seja como for, prevalece o *mostrar* autoridade política para solicitar uma audiência com o governador, intimidar a ação da polícia ou exigir que este ou aquele órgão público se prontifique a atender as “reivindicações do movimento”, sobre a necessidade de *demonstrar* suas posições através da troca de argumentos com seus “colegas” de parlamento.

Temos, então, que ao tomar posição com respeito às questões de “políticas sociais”, assim como ao decidir sobre uma outra forma de atendimento, os deputados tendem a combinar diferentes lógicas e modalidades de atuação, consideradas aí as diferentes dimensões da concorrência política e o caráter das transações que possibilitam²². A fim de apreender a multiplicidade dos aspectos

²² Sobre as condições em que as formas de tratamento conferido aos “problemas” dependem tanto das concepções que as sustentam quanto da utilização prática dos vínculos com a política, ver Lacroix, 1985.

envolvidos, optamos por apresentar, em separado, as diferentes esferas de atuação parlamentar, estejam elas restritas às discussões entre os pares e dentro das instâncias deliberativas da Assembléia ou às ações que os deputados desenvolvem em favor das localidades às quais estão politicamente vinculados.

Apresentamos, inicialmente, as modalidades de intervenção que se pautam em torno dos debates mais institucionalizados e, em seguida, algumas situações onde as atividades dos deputados estão direcionadas para as relações que eles mantêm, mais especificamente, com suas *bases eleitorais*. Para finalizar, procuramos sistematizar as concepções de “social” que permeiam estas práticas e as condições em que refletem diferentes modalidades de inserção política.

3.1 O “social” em discussão

Neste item, examinamos algumas situações onde o “social” aparece como objeto de tomada de posição nos cenários instituídos pelos debates parlamentares. O objetivo é destacar algumas das “fórmulas de investimento” acionadas pelos deputados afim de obter o reconhecimento de seus pares e suas bases de sustentação, assim como obter indicações sobre o lugar ocupado pelo debate “social”, e daqueles aos quais ele interessa, no contexto das atividades parlamentares.

Para tanto, segundo indicações de Collovald e Gaïti (1990), importa observar as “matrizes” ideológicas que estruturam as intervenções dos representantes dos partidos e as condições em que se inserem nas conjunturas políticas (percebidas em termos de relações de forças e grau de saliência dos problemas específicos). Sendo que, no caso em pauta, a estrutura das controvérsias e concorrências políticas precisam também ser analisadas à luz de outras relações que perpassam as divisões partidárias e podem ser ainda mais

relevantes para entender o eixo das discussões e os interesses que orientam a intervenção dos deputados.

Destacamos quatro momentos de discussão – um debate orçamentário, uma reunião de comissão especializada e duas sessões plenárias – nas quais são pautados temas descritos como “sociais”, mas que oferecem diferentes contextos de análise. Primeiro, com relação ao caráter mais ou menos “público” dos debates e as expectativas dos oradores quanto a repercussão dos seus discursos. Segundo, com relação ao acirramento da concorrência dentro do próprio grupo, o que costuma ocorrer num quadro de disputas eleitorais²³.

A reunião da Comissão de Finanças realizada em junho de 98 voltou-se para discussão e votação de emendas ao projeto de lei de diretrizes e bases para o orçamento do estado, a LDO, e que tem um caráter mais “fechado” do ponto de vista das participações externas. As duas sessões plenárias, respectivamente, do dia 18 de março e 24 de junho de 98, diferenciam-se em função da correlação de forças e do público presente. Por fim, descrevemos uma audiência pública realizada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos que pauta as “irregularidades da FEBEM e da ICM”, esta no dia 16 de março do mesmo ano. Iniciamos apresentando a discussão que se desenvolveu durante a reunião da Comissão de Finanças e Planejamento.

3.1.1 - As emendas “sociais” na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Os debates orçamentários, e em particular aqueles que tomam como pauta a Lei de Diretrizes Orçamentárias – a LDO – são oportunidades oferecidas

²³ Sobre as condições nas quais o tratamento político do “social” pode ser ainda mais afetado pelas chamadas “pressões externas” do que outros problemas menos heterônomos, ver Collovald e Gaïti (1990:14). Sobre as implicações para análise de se considerar o debate político social em arena “fechada” ou “aberta” (o que se potencializa no curso de uma competição eleitoral), ver Lehingue (1990:111-126).

anualmente aos deputados que têm também a prerrogativa constitucional de sugerir e votar emendas ao projeto enviado pelo Executivo. No que tange a este projeto de lei, o processo legislativo tem início na Comissão de Finanças e Planejamento. Cabe a esta comissão nomear o relator responsável pela sistematização das emendas em forma de “parecer” e proceder a votação do mesmo antes de remetê-lo ao plenário da Assembléia. As reuniões organizadas com o objetivo de discutir e votar as referidas emendas costumam ser bastante concorridas, mobilizando não apenas os membros regulares da comissão, mas também aqueles que se mostram interessados em “fazer a defesa” de emendas de sua própria autoria ou de outros deputados que, neste caso, podem ser do seu partido, “bloco” ou comissão. Além de uma audiência considerável de observadores externos, tais como secretários de estado e de algumas prefeituras (principalmente da área de finanças), representantes sindicais e de associações vinculados às emendas apresentadas.

Afora isso, a discussão que focalizamos aqui distingue-se de outras oportunidades do mesmo tipo porque realiza-se num “ano eleitoral”. Esta designação, amplamente empregada por deputados, assessores e até mesmo pelos simples “visitantes”, refere-se, mais do que ao período de tempo, à uma conjuntura política específica, trata-se da época que antecede as eleições estaduais. Alguns sintomas são particularmente evidentes: preocupados em intensificar o “trabalho de base”, os deputados ausentam-se da Assembléia por um tempo maior, os temas que ocupam os jornais e outros veículos do “grande público” passam a repercutir mais fortemente dentro do plenário que, por sua vez, também recebe um grande número de “pessoas de fora” - representantes de associações, sindicatos, prefeituras, lideranças políticas e simples eleitores – mudam a rotina das sessões, com vezes que, literalmente, “lotam as galerias”.

Ao mesmo tempo que se voltam para um mercado potencialmente mais amplo de eleitores, os deputados estão também, direta ou indiretamente, envolvidos nas negociações que antecedem as (re)articulações de alianças para disputa majoritária ao governo do estado. Uma competição eleitoral que promete

ser “muito disputada” conjuga-se com um contexto interno onde as relações de força são claramente desfavoráveis para os partidários da “oposição”. O cenário é, para todos os efeitos, de um maior acirramento da competição entre as forças políticas, e conseqüentemente, da “pressão” sobre os deputados vinculados à uma e outra destas posições. Tudo isso somado circunstâncias próprias de uma competição que é também “local”, entre os deputados de uma mesma “região” por exemplo, modifica substancialmente as relações que se estabelecem dentro do grupo de parlamentares e têm reflexos importantes sobre as discussões descritas a seguir.

A reunião do dia 18/06/98 inicia com a leitura do “parecer” do relator – designado pela comissão – no qual ele aprecia as emendas, de autoria dos deputados, ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias encaminhado pelo executivo estadual. É o próprio relator que anuncia as emendas classificadas em função de terem merecido parecer “favorável” ou “contrário”, seguidas pelas que foram consideradas “prejudicadas”. De acordo com o procedimento regimental, os deputados têm um tempo para “defesa” das emendas, seguindo-se a discussão e a votação (esta restrita aos membros titulares da Comissão de Finanças) na ordem de apresentação. Porém, nem todas as emendas são discutidas separadamente, apenas aquelas para as quais os respectivos autores ou representantes destes na comissão (uma tarefa que cabe em geral para os líderes de bancada) solicitam “destaque”, o que significa dizer que desejam “fazer a defesa”, as demais são votadas “em bloco”.

Quanto aos seus membros permanentes, a composição da Comissão de Finanças reflete a do conjunto da Assembléia. Com um maior número de representantes das bancadas vinculadas à “aliança” governista e, em média, apenas um representante de cada partido de oposição, sendo que um destes não tem o direito de nomear nenhum representante. Ao mesmo tempo chama atenção o número de emendas apresentadas por deputados opositores, na sua maioria, não vinculados aquela comissão. Estes são também os recordistas em emendas que tiveram parecer desfavorável ou foram consideradas “prejudicadas”,

sendo também em função disso, os que se mostram mais interessados em “fazer a defesa”. A discussão envolve, ao menos inicialmente, um número bastante restrito dos presentes, pelo lado da oposição apenas dois deputados alternam-se para “defesa”, enquanto o “bloco” adversário conta, principalmente, com um único porta-voz.

O processo de seleção das emendas parece ter tido seus principais efeitos sobre a seleção dos oradores: o deputado Flávio Koutzii e o deputado Valdir Heck, respectivamente líder e vice líder das duas maiores bancadas da oposição e ambos membros titulares da Comissão de Finanças. A responsabilidade do “ataque” é, em qualquer destes casos, de um “especialista” na área de finanças públicas, o deputado César Busatto que durante boa parte do mandato esteve atuando como secretário de fazenda do estado e, naquela reunião fala em nome do partido do governo. As emendas que entram no rol das com parecer “favorável” caracterizam-se por não introduzir grandes mudanças no projeto enviado pelo executivo. É solicitado um pequeno número de “destaques” onde os autores, na sua totalidade vinculados a oposição, aproveitam para congratular-se com o que chamam de “compreensão” do relator. Nestas ocasiões, as defesas oscilam entre uma crítica, quase velada, às proposições incluídas no projeto do governo e o empenho para minimizar os efeitos das “inovações” propostas. Exemplos disto são as emendas apresentadas, respectivamente, pelos deputados Valdir Heck e Flávio Koutzii, a primeira dispendo sobre o cálculo do IPVA e a segunda a respeito de um inciso da lei que regula a apresentação do orçamento. Vejamos a argumentação do deputado que representa a bancada petista:

O que nós defendemos, pensávamos que era uma das causas mais fáceis de defender aqui, a preservação integral da lei Villella (...). A controvérsia mais política só aparece implicitamente, uma espécie de antecipação das “reais” intenções do adversário: ...eu imagino até que a lógica do governo seja homogeneizar a sua LDO com o critério que ele aprovou para o desenvolvimento regional.... (Flávio Koutzii, PT).

A resposta vem de parte do deputado César Busatto, PMDB, representante da bancada governista naquela ocasião. Ao menos naquele primeiro momento, ele

faz questão de manifestar-se favorável aos “propósitos” da emenda apresentada pelo adversário, restringindo suas críticas às possibilidades de aplicação prática:

Este é um propósito correto, nós temos que avançar para ter o orçamento do estado regionalizado...no entanto este propósito que é absolutamente correto ele está muito distante da sua possibilidade de aplicação prática (César Busatto, PMDB).

Esta maneira “cordial” de contestar a emenda não evita que ela seja sobejamente “derrubada” pelo voto do bloco adversário. Uma atitude interpretada como uma espécie de provocação. Os comentários dos debatedores, mas também aqueles que se realizam à parte, entre os assessores e demais deputados, estabelece um clima de tensão: Por um lado, os situacionistas com a estratégia de “passar o rodo” para demonstrar supremacia, de outro, os oposicionistas preocupados em demarcar o “campo de alianças” e, se possível, colher adesões de última hora.

Destacamos o momento em que o deputado Valdir Fraga, presidente da comissão de assuntos municipais e representante do PTB, partido que apenas mais recentemente havia se incorporado à coalizão governante. Ele se pronuncia favoravelmente à emenda proposta pelo deputado petista, mas menos porque pretenda algum tipo de aproximação com o bloco adversário e mais porque a discussão lhe oferece uma oportunidade para manifestar sua identidade com uma parcela específica do eleitorado:

(...) então, eu acho que é importante este momento que nós estamos vivendo em termos de regionalizar o orçamento [refere-se à emenda do deputado que o antecedeu], mas também é importante que se escute as comunidades porque as dificuldades podem ser bem maiores (Valdir Fraga, PTB).

Após uma seqüência de outras três emendas “derrotadas”, duas de sua autoria, o deputado Flávio Koutzii retoma a palavra para manifestar, em nome da coalizão oposicionista, sua “surpresa” diante da ofensiva adversária dentro de um espaço – o das emendas de parecer “favorável” - que, em outras circunstâncias, poderia ser visto como uma espécie de “zona de não combate”. O discurso vem em forma de desabafo:

eu não consigo entender, em busca da opacidade – usando uma palavra discreta e diplomática [o termo mais direto seria a “subserviência ao governo”] – o que está sendo procurado aqui, não entendo isso, só pode interessar ao governo isso, não se trata de inovar, nem de nada (Flávio Koutzii, PT).

Quando entram em pauta as emendas “rejeitadas”, o debate é relativamente mais concorrido que na primeira parte da reunião. Mesmo assim, restringe-se a três, no máximo quatro, deputados que alternam-se para “fazer a defesa”, e outro dois, no máximo três, deputados que inscrevem-se para “discutir” as proposições. Está, por outro lado, mais “aberto”, já não são exclusivamente os membros da Comissão de Finanças, mas deputados oriundos das comissões “especializadas” que, ao menos a princípio, monopolizam a palavra. De um lado e de outro, deputados que se caracterizam por ocupar posição de menor expressão política que os que lhes antecederam. São líderes de partidos periféricos dentro dos respectivos “blocos” e membros em posição dominada dentro dos partidos centrais. Detêm, no entanto alguns recursos sociais específicos, como diplomas “na área da saúde” (em ao menos dois casos, os oradores são, respectivamente, profissionais de farmácia e medicina), antecedentes em associações profissionais e “movimentos” comunitários, sociais e de gênero ou, o que parece ser uma qualidade exclusiva dos situacionistas, secretarias de governo na área da saúde e do serviço social. E são estes recursos que, ao que tudo indica, lhes autoriza a intervir no debate, apelando, de modo mais ou menos explícito, para os vínculos que os ligam aos setores sociais potencialmente interessados nas medidas em discussão.

A participação dos deputados em posição de liderança é mais restrita. Com os opositoristas atuando, principalmente, por delegação dos seus liderados, solicitando “destaque” e, eventualmente, apresentando-se para fazer a “defesa” das emendas que lhes foram confiadas. Além das situações nas quais, em função da sua familiaridade com os procedimentos daquela comissão e com os encaminhamentos que assistem à elaboração daquele projeto em particular, se oferecem para propor reformulações às emendas e arbitrar impasses gerados na disputa com o “bloco” adversário. Entre os governistas, o principal “articulador” é, ainda, o deputado César Busatto, agora não mais como a primeira voz, mas com o

papel de “encerrar a discussão”, estabelecendo os parâmetros do consenso, ou da polarização, com o “bloco” adversário.

Mesmo sem ter sido feita nenhuma designação específica, em uma seqüência quase ininterrupta de cinco emendas, coincidem as de teor “mais social”. Uma primeira que propõe a implantação de um “centro de referência para saúde da mulher” e outras três que tratam, respectivamente, da ronda social noturna, a priorização de mulheres para distribuição de moradias populares e a fixação de alíquotas do orçamento para habitação e saúde, todas de autoria de uma mesma deputada que se apresenta, também em todos os casos, para “fazer a defesa”. Única representante do PC do B (partido periférico do bloco de oposição) na Assembléia, a deputada Jussara Cony é também vice presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Especialização política fortalecida por algumas qualidades sociais específicas como o fato de ser diplomada em Farmácia, com atuação na associação profissional, e por ser mulher, na área da “saúde e dos direitos da mulher”.

A condição de não membro da Comissão de Finanças lhe obriga a um procedimento habitual nesses casos - solicitar a permissão do presidente para usar a palavra -, a deputada não parece, no entanto, muito preocupada com essas formalidades: *Senhor presidente, senhores deputados, embora não sendo membro dessa comissão sinto-me a vontade nela uma vez que estamos a discutir a lei de diretrizes orçamentárias...* Em seguida, tal como seria a regra em todas as suas “defesas”, o tom mais “frouxo” do discurso da lugar à indignação declarada. O primeiro alvo são os próprios critérios adotados pelo relator ao rejeitar suas emendas:

quero apelar em relação a esta emenda ao relator e demais colegas à uma reflexão, uma reflexão que começa quando o relator coloca como critério para não aprovação, ou a emenda se tornar uma emenda prejudicada, um critério técnico (...) (Jussara Cony, PCdoB).

Esta não é, no entanto, a principal “reflexão” que a deputada solicita aos colegas. Às objeções “técnicas” levantadas pelo relator, ela opõe os “compromissos sociais” destacados na citação abaixo:

(...) na medida em que, e daí vem a reflexão que eu solicito dos senhores, evoluem os compromissos com ações afirmativas sob o ponto de vista dos direitos da mulher e este um direito específico da área de saúde (...).

A partir desse ponto o discurso é, principalmente, de exposição, dos compromissos com os quais pretende sensibilizar os presentes. Sua preocupação parece ser bem menor com relação aos critérios para inscrição da sua emenda no projeto de lei. Às considerações do presidente e relator da comissão, responde com evasivas que atestam o quanto está disposta a delegar atribuições neste terreno - *...é um problema de redação que poderia ter sido corrigido pela comissão...*, insiste a deputada.

A discussão é retomada por um “especialista” do bloco adversário. Médico, recém saído da sua terceira gestão na Secretaria de Saúde do estado, o deputado Germano Bonow tem toda uma outra linguagem, administrativa, para se referir ao problema que preocupa a deputada: *a proposta da deputada contempla mais da metade da população, já que mais da metade da população é do sexo feminino*. No lugar de apelos morais à “consciência dos compromissos”, discute as alterações na lei que normatiza a aplicação dos serviços de saúde, mais especificamente no que tange à repartição das competências entre Estado e municípios:

(...) o que vejo aqui é que quando trata da rede de prestação de serviços, nós estamos tratando da municipalização (...) nós estamos saindo cada vez mais, o Estado está saindo cada vez mais da prestação de serviços de saúde...

O espaço para réplica tem mais o efeito de uma oportunidade para ressaltar o *mérito* e os *compromissos* implicados na proposição do que exatamente o de discutir os argumentos do adversário – *em primeiro lugar eu entendo que municipalização não significa afastar o Estado de determinados compromissos*. As clivagens mais propriamente políticas também não vêm à tona. Em posição potencialmente desfavorável na discussão, a deputada comunista prefere apelar

para “sensibilidade social” do seu oponente e para os seus vínculos enquanto “profissional da saúde” com experiência em um cargo burocrático na área específica: *agora garantir na LDO como mérito, como orientação, é fundamental e Vossa Excelência como médico, como ex Secretário da Saúde sabe muito bem disso...*

A intervenção do representante do governo dá uma tonalidade bem diferente ao que não parecia ser mais do que uma “troca de figurinhas” entre “especialistas da área”: Com base em recursos de autoridade bem diferentes dos que pareciam valer até ali (ex-Secretário de Finanças do Estado e porta-voz do governo naquele debate), o deputado também não parece nem um pouco preocupado com a formulação jurídica da emenda ou com sua adequação a uma ou outra esfera do Poder Público. Como podemos observar no trecho abaixo, o interesse na repercussão política da proposição parece superar em muito as razões colocadas para controvérsia e é isso que lhe faz propor um “consenso” entre as partes:

Eu gostaria de dar uma colaboração a este esforço, que nós tentássemos construir alguma coisa que pudesse até ser um consenso (...) acho que esta é uma questão realmente central da política pública hoje, não importa em que nível estadual, municipal, federal...

O debate começa a tomar um rumo de maior polarização quando entra em discussão a emenda relativa à ronda social noturna. As controvérsias não são, à princípio, políticas. O argumento do bloco situacionista ainda está baseado no modo como estão divididas as tarefas entre estado e município no que diz respeito à prestação de serviços em “área social”. É nesse sentido que intervêm o deputado Irandir Pietroski, recém saído da Secretaria Estadual de Ação Social:

segundo a minha maneira de pensar, como administrador, para o Estado custa sempre mais caro do que para o município (...) então nós temos convênio com mais de 90 municípios, acredito que não seja interesse da deputada beneficiar nenhum município...

Esta discussão só assume um caráter mais claramente político, senão eleitoral, quando se tem em mente o fato de que os deputados envolvidos estão também politicamente vinculados às administrações, seja municipal, seja estadual.

Por fim, a discussão se volta para definição das alíquotas orçamentárias que devem ser destinadas aos programas “sociais” no estado. Está em pauta uma emenda que pretende fixar um mínimo de 2% do orçamento para habitação popular de autoria da mesma deputada opositora que havia dominado o debate até ali. O apelo principal é, de forma ainda mais contundente que nas oportunidades anteriores, às mobilizações “populares” que tiveram repercussão na Assembléia e acabaram envolvendo diferentes instâncias da administração pública:

Ao defender essa emenda eu quero deixar muito claro que não tem sido poucos os esforços de unidade das prefeituras municipais, do governo do estado, desta assembleia e das câmaras municipais junto com as comunidades, com a FRACAB, com a UAMPA...

A referência aos órgãos da estrutura burocrática e às comissões parlamentares, assim como ao “nome” dos deputados vinculados ao “movimento” têm aqui todo um outro efeito do que simplesmente o de dar uma idéia da extensão dos esforços empreendidos para “solucionar o problema dos sem-teto”. Presta-se, principalmente, para sobrepor a “causa” às divisões resultantes da competição mais interna, com direito, inclusive, à troca de elogios entre deputados vinculados à “blocos” opostos. O critério para intervir na discussão é, como transparece no discurso do Presidente da Comissão de Assuntos Municipais (ele mesmo já referido pela deputada à qual homenageia) o envolvimento numa “luta” muito diferente da que opõe os “homens políticos”.

...então o nosso voto é favorável, e elogiar a deputada Jussara Cony pela sensibilidade, ela que tem teve tanto trabalho na área de saúde e outros Ter se dado conta dessa necessidade, parabéns....

Uma linha bem diferente caracteriza o discurso do deputado que assume naquela reunião a posição de líder do governo. Adotando até ali uma linguagem mais amena, até mesmo conciliatória, onde valia inclusive “piratear” uma retórica

própria dos seus adversários (como quando manifesta sua preocupação com a “saúde da mulher”), resolve partir para o confronto direto. A estratégia escolhida é a de opor o discurso dos “bem intencionados”, que caracteriza o bloco oposicionista, ao do “realismo”, “seriedade” e “eficiência” que identifica, naquele contexto, a posição ocupada pelo seu partido, e respectivos “aliados”, à frente do governo. O uso de cifras e do cálculo orçamentário aparece também como um artifício de “fechamento” do debate para aqueles que, como a sua oponente, têm um discurso mais voltado “para fora”, como um recurso de identificação com os seus representados.

Deputada Jussara, de boas intenções todos estamos cheios, está certo. A senhora tem uma boa intenção em querer resolver o problema habitacional. A senhora também quer verbas para saúde, a senhora também quer verbas para educação, a senhora também quer resolver todos os problemas, só que somando todas as suas intenções dá mais que 100% da receita líquida do Estado (César Busatto, PMDB).

Por parte da deputada oposicionista, o discurso do seu adversário tem mais o efeito de oferecer uma oportunidade para “radicalização” do debate, estratégia que, aliás, serve muito bem para identificar os partidários da oposição. Uma breve referência à “natureza” do projeto em discussão - “...*nós estamos aqui a discutir a lei de diretrizes orçamentárias, ou seja, orientação de acordo com critérios políticos, de prioridades políticas...*” – e o discurso se volta inteiramente para ressaltar seus laços de fidelidade com determinadas coletividades sociais, ao mesmo tempo que sua marca distintiva com relação ao “grupo no poder”. As prioridades em termos de alocação das verbas públicas são colocadas de forma a demarcar as posições concorrentes:

talvez quem sabe nós trabalhemos menos incentivos para multinacionais que não precisam de incentivos e verbas públicas e voltemos nossa atenção para buscar priorizar programas habitacionais, que são essenciais para garantir a moradia à quem trabalha, para garantir a cidadania ao povo gaúcho.

Isso, não serve, no entanto, para ampliar o debate. A discussão encerra-se quase que nos mesmos moldes das anteriores, dividindo-se o “campo” apenas a partir das declarações de voto, sem que nenhum outro deputado inscreva-se para “discutir” as proposições.

Uma última emenda deste teor “mais social” trata da destinação de 10% da receita tributária do estado para serviços de saúde, merecendo um tratamento muito semelhante ao que foi conferido àquelas que lhes antecederam. Com um único diferencial com relação as controvérsias que antes se referiam às unidades territoriais – município ou estado – e agora discutem os “níveis” de competência - estadual ou federal – aos quais caberia legislar a respeito da matéria. O embate volta, no entanto, a ser “surdo”, prevalecem os argumentos implícitos, os não-ditos e os subentendidos. O impasse faz com que a emenda seja levada para discussão no plenário da Assembléia, o que, no entanto, não parece acrescentar muita coisa aos argumentos já levantados durante a reunião da Comissão.

3.1.2 - As tomadas de posição frente às galerias: o “social” em sessão plenária

Apresentamos, na seqüência, duas oportunidades onde projetos considerados de “interesse social” integraram a pauta de sessões plenárias da Assembléia. Em ambos, é possível observar momentos de maior acirramento da concorrência entre representantes dos dois “blocos” numa conjuntura que se caracteriza pela proximidade das eleições estaduais. A correlação de forças é, no entanto, bastante diferenciada para cada um dos casos, sendo mais favorável à “oposição” no primeiro debate e à “situação” no segundo. Há a ativação de vínculos com diferentes segmentos do eleitorado e demarcação de espaços de identificação política inter e enter “blocos”.

A) Sessão plenária do dia 18 de março de 98: com a palavra as “oposições”

A pauta do dia é o veto do governador a um projeto de moratória nas contas de água e luz para desempregados. O clima do debate é dado, no entanto, pelos pronunciamentos que têm lugar ainda no período de “Grande Expediente”. Neste, um plenário composto, principalmente, por representantes de Centrais Sindicais e dos agricultores sem terra assistem, entre aplausos e vaias, os pronunciamentos de deputados “oposicionistas” e “situacionistas” que se confrontam com relação à intervenção da polícia nas mobilizações organizadas pelos referidos “movimentos”. Um embate que se prolonga quando o deputado Ônix Lorenzoni, líder do PFL (um partido periférico do bloco governista) sobe à tribuna para dar conta de uma “denúncia” que ele moveu contra a Secretaria de Saúde de Porto Alegre, uma espécie de retaliação às acusações que seus adversários petistas (na época à frente dessa prefeitura) haviam feito ao governo do Estado.

Quando a matéria prevista na “Ordem do Dia” entra, finalmente, em discussão, a impressão é de que os oradores oposicionistas têm o monopólio da palavra. Com representação significativamente minoritária em termos da composição das forças políticas internas, o partido que lidera o bloco de oposição tem, pela primeira vez, chances reais de “chegar” ao governo do Estado. Esta expectativa, que contagia inclusive (e talvez principalmente) seus “aliados” com passagem mais recente pelo poder, é ainda fortalecida pela presença dos integrantes de associações e centrais sindicais, além de um grande número de agricultores vinculados ao MST. Fonte de mobilização política preferencial das forças que compõem a “aliança” oposicionista, o público que ocupa as galerias manifesta-se com aplausos, ou vaias, à cada nova inscrição anunciada pelo presidente da sessão. Discursos fortemente radicalizados, permeados de provocações aos adversários e congratulações aos porta-vozes do mesmo grupo, completam um cenário que lembra em muito o das campanhas eleitorais.

Um primeiro olhar nos coloca diante de um contexto onde o debate parlamentar apresenta uma das suas faces mais “públicas” – quando os deputados falam na presença dos eleitores – e, ao mesmo tempo, onde a competição política se apresenta na sua forma mais pura, ou seja, sem que as

relações entre os partidários de posições concorrentes consigam manter o chamado “bom relacionamento” que caracteriza as conjunturas de rotina. Porém, para entendermos o modo específico com que cada um dos “blocos” em disputa intervêm neste debate e “joga” com os recursos e imposições próprias dessa conjuntura política parece importante anteceder a descrição dos embates e discussões que caracterizam os cenários deste tipo por uma breve exposição acerca das qualidades dos oradores que falam em nome dessas formações.

Em número bem mais elevado –10 para 4 governistas– os oradores oposicionistas estão também em posição relativamente superior ao dos seus adversários em se tratando da hierarquia parlamentar, o que dá uma idéia da “relevância” que emprestam ao tema da discussão e ao próprio debate. Representantes dos quatro partidos que compõem o “bloco”, incluindo os líderes, e em geral também os vices líderes, de bancada e de partido. Além dos deputados que integram, em posições também relativamente importantes, as diferentes comissões “especializadas” - particularmente as que tratam de temas relacionados ao assunto em pauta e aos segmentos representados nas galerias(saúde, agricultura, cidadania e direitos humanos, etc.) – e o relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Situação aparentemente inversa é a dos representantes do bloco governista. Dentre os quatro oradores, apenas um é líder partidário de um partido periférico no bloco, e outro é Presidente da Comissão de Educação, com uma participação, muito pontual, do líder do governo.

Oradores particularmente interessados em promover os vínculos que os ligam aos seus representados, é também significativo entre os oposicionistas o número daqueles que exibem não apenas uma especialização política mais ou menos importante, mas algumas características sociais específicas. O empenho em se colocar como porta-vozes dos “mais pobres”, dos “mais humildes”, que caracteriza a intervenção oposicionista na Assembléia, parece então reforçada pela predominância de oradores que portam já algum tipo de identidade social com estes setores. De fato, os de “origem humilde” prevalecem entre os oposicionistas. Com exceção do líder da bancada petista, da deputada Luciana

Genro da mesma bancada, do deputado Bernardo de Souza do PSB e do deputado Ciro Simoni do PDT que são, respectivamente, filhos de um crítico de cinema, de um advogado e Prefeito de Porto Alegre e, nos dois últimos casos, funcionários públicos e políticos de nível médio e alto, os demais são filhos de operários e pequenos agricultores. Eles mesmos diplomados em áreas reconhecidas como “sociais” - sociologia, advogado e médico, nos primeiros casos, Farmácia, técnico agrícola e professores, no segundo – e militantes de associações profissionais, estudantis, comunitárias e/ou religiosas e líderes cooperativistas, com três casos de ex-prefeitos e outros de cargos políticos menos importantes. Ao contrário, entre os governistas apenas um é filho de motorista de táxi que construiu sua “carreira política” já como proprietário de uma empresa rádio-comunicação, todos os demais são filhos ou netos de grandes, ou médios, agropecuaristas. Todos com passagem por cargos públicos e políticos importantes(ao menos dois foram prefeitos e vices dos respectivos municípios).

De um lado, palavras de “peso” para representar formações minoritárias e aspirantes ao poder, de outro, oradores de expressão política relativamente menor e, pessoalmente, menos “interessados” na repercussão das suas tomadas de posições junto aos segmentos sociais ali representados, para sustentar as “razões” do governo e suas posições dentro deste. A reação do deputado Caio Riella, líder partidário do PTB, às vaias com que o público presente “saudou” a sua intervenção parece ilustrativa nesse sentido: *“não me importam, nem me interessam as manifestações das galerias, porque não foi com a sua força que cheguei aqui”*. Principalmente se comparada ao “cumprimento” que a deputada oposicionista, Jussara Cony(PCdoB), dirige a esta mesma audiência logo no discurso de apresentação do “seu” projeto:

Permito-me, Senhores Deputados, cumprimentar os trabalhadores urbanos e rurais que aqui estão [e nominalmente às entidades e dirigentes] a Central Única dos Trabalhadores, a Federação dos Metalúrgicos, na pessoa do companheiro Milton Viário, que tem tido um papel decisivo na sensibilização de nós, deputados [agora com referência ao trabalho político prévio que a deputada nos informa ter feito “junto aos sindicatos” tanto para elaborar o texto quanto para “articular” a votação do projeto].

A concessão de uma moratória no pagamento das contas de água e luz para desempregados – tema do projeto em discussão - insere-se entre os programas cujo o caráter é muito mais moral que propriamente político. Iniciativa de *“grande sensibilidade social”*, um *“símbolo do interesse em ajudar quem está em dificuldades”*, um *“passo importante no sentido de ter uma identidade com a causa do pobre”*, de se colocar *“à altura dos interesses do povo desempregado”*, é sempre nesses termos que a autora, e os demais oradores do bloco oposicionista, propugnam a *“derrubada do veto”* significativamente aposto pelo governador da coalizão adversária. Trata-se de *“amenizar”* esse *“grave problema social”*, essa *“tragédia”*, essa *“chaga dos tempos modernos, que de modernos não tem nada, que joga milhões na marginalidade”* que é o desemprego. De se garantir - *“por um período que não é o tempo todo”* – condições *“mínimas”*, *“elementares”*, uma forma de *“sobrevivência”* para o *“mais pobre”*, *“mais humilde”*, que é também *“o primeiro a sofrer com o desemprego”* e, se não tiver água e luz, vê *“a tragédia e a desgraça se abater ainda mais perversa sobre sua família”*.

Seu sucessor na tribuna é mais enfático, o deputado Giovani Cherini, do PDT, discursa em nome de uma bancada relativamente melhor colocada do ponto de vista do bloco oposicionista e também dos seus vínculos com a *“agricultura”*. É, principalmente, para os *“agricultores”* presentes que ele dirige o seu discurso. Nesse sentido, parece ser de grande importância a sua posição institucional, como vice presidente da Comissão de Agricultura e Cooperativismo, mas também a sua origem, como filho de *“pequenos agricultores”* que trabalhou como assessor do sindicato de agricultores na sua região e tem entre os agricultores vinculados ao sindicato o seu reduto eleitoral. Já não é apenas o projeto em pauta que interessa, mas todas as votações que serviram para demarcar a posição daqueles que *“defendem os pobres”* e aqueles que votam *“no interesse dos grandes”*. O deputado ressalta o contexto caracterizado pela proximidade das eleições, apela para os interesses em jogo e para polarização entre os blocos principais, faz uma série de *“denúncias”* contra os *candidatos corruptos que compram votos em troca do pagamento de contas de água e luz* e, finaliza, convocando os *“defensores do social”* a juntarem suas forças e a darem uma *“resposta nas urnas”*.

O discurso do líder da bancada pedetista, deputado Pompeu de Mattos, tem um tom um pouco diferente, mas não menos inflamado. Antecipando-se aos argumentos dos adversários, preocupa-se em refutar as críticas baseadas nas dificuldades de financiamento. O empréstimo concedido à uma indústria automobilística – a GM – é utilizado como forma de “desmascarar” as “reais” intenções da coalizão governante. A disputa é, tal como nos dois pronunciamentos anteriores, colocados em termos de “pobres x ricos”:

Quero dizer muito claramente que se o governo fez opção pela GM, a opção é dele. Se ele quiser dar oportunidade aos pobres, aos desempregados, aos deserdados da vida, aos excluídos da sociedade, a decisão é dele.

Os pronunciamentos prosseguem com o relato de situações retiradas de jornais sensacionalistas como a de “crianças que, por estarem a luz de velas, morrem fechadas dentro de casa” ou dos contatos com eleitores, seja nos gabinetes dos parlamentares, nas comissões ou em outros espaços de convivência como os sindicatos, as manifestações e as “lutas”. O exemplo relatado pela deputada Luciana Genro, do PT, foi o dos “trabalhadores da Geral”, uma fábrica de fogões que havia sido fechada, e que teriam procurado a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, da qual ela é vice presidente com a “denúncia” de que não estavam recebendo salário e se encontravam em situação muito precária. Aos apelos morais se ajuntam as convicções “religiosas” como no pronunciamento do vice-líder da bancada do PDT, deputado Valdir Heck: *É difícil entender que alguém possa se ajoelhar na Igreja e votar contra um projeto dessa natureza. É o mesmo que votar contra o irmão desassistido. É doloroso!*, exclama.

Incumbido de contestar, em nome do bloco oposicionista, os argumentos que justificam o veto, o deputado Bernardo de Souza (ex-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e relator do projeto em questão dentro desta comissão) é conclusivo: *“Sr. Presidente, Senhores Deputados, o voto contrário ou favorável ao veto, na verdade, será inspirado em uma questão de mérito porque fundamento jurídico não há”,* e explica o que entende por “mérito” atendendo-se a imagem, muito “concreta”, de uma família que estando, toda ela, desempregada, ainda tem cortado o seu fornecimento de água e luz.

*Ouvimos tantas argumentações sem fundamento que ficamos perplexos, contra-ataca o deputado pebequista, Rubens Pillar. Primeiro a falar em nome do bloco de situação, o deputado parece mesmo interessado em dar um outro rumo para o debate. Os custos da medida - *deveriam de dizer quanto vai importar nesses seis meses o não pagamento para que o custo fosse repassado às empresas* - e a legitimidade “jurídica” do poder legislativo para deliberar sobre matéria desse tipo - *nenhum deputado dessa Casa tem competência para apresentar projetos que acarretem gastos*, - parecem se constituir nos seus principais eixos de intervenção. Problemas “legais”, “constitucionais”, ou ainda “financeiros”, que estão muito longe de interessar aos deputados de oposição. *“Vossa Excelência faz a argumentação legal porque não quer se comprometer com a argumentação política”*, contesta o deputado Beto Albuquerque, líder da bancada do PSB.*

Com uma linguagem um pouco diferente da do seu “companheiro” de partido, o deputado Wilson Mânica, também do PPB, entra na discussão para “esvaziar” o conteúdo das críticas da oposição. Uma proposta tão somente “eleitoreira”, é disso que se trata, contesta o deputado petebista. *Que exemplo magnífico se esta prática começasse em Porto Alegre* [município administrado pelo PT], provoca, mesmo diante dos protestos (“anti-regimentais”) da autora do projeto. Ao revés lhe cabe atestar as “boas intenções” do governo que representa: *Quem de nós não quer ajudar as pessoas que necessitam? O próprio governador tem interesse em fazer isso, é um ser humano como qualquer outro.* Empenhando-se em destacar as justificativas, “sociais”, para as ações que foram alvo de ataque por parte dos adversários oposicionistas: *Parece que o governador Antônio Britto cometeu um crime por ter trazido uma indústria automobilística que irá gerar novos empregos. Mas é apenas no final que fica mais clara a concepção de “social” que orienta o seu discurso: devemos montar um Estado que tenha estrutura para dar emprego e dignidade ao cidadão, que deve ter o prazer de receber pelo suor do seu trabalho o dinheiro que lhe possibilitará pagar suas contas.*

Em um primeiro momento, a resposta oposicionista parece se pautar por uma controvérsia puramente semântica: *Não se trata aqui de concedermos isenção de pagamento (...) mas de proporcionarmos uma moratória de seis meses*, insiste o deputado petista Elvino Bonn Gass. Esta mesma discussão já havia aparecido anteriormente, quando o deputado Beto Albuquerque cobrava o uso da expressão “correta”. *“Moratória e não isenção”* – insistia o líder oposicionista, antecipando um possível ato de má-fé por parte dos oradores do bloco adversário. E também quando o deputado Valdir Heck, do PDT, fazia questão de, enquanto oposicionista, dizer-se “contrário à isenção total”.

A concessão de uma moratória, ou a isenção do pagamento, insere-se, no entanto, dentro de um ataque bem mais geral. É com relação a um conjunto de questões em torno das quais se dividiram as posições na Assembléia que se voltam os oposicionistas. *Os mesmos que defendem a política que gera o desemprego são contrários à política de moratória*, avança o deputado petista. *Considero um exagero que a Casa não conceda esta moratória de seis meses se já concedeu dez anos de moratória para empresários devedores de ICMS*, reforça o líder da bancada socialista.

Nesse sentido, o discurso oposicionista apresenta todo um eixo de argumentação que funciona como uma maneira de demarcação de fronteira “política” com o bloco adversário. São os constrangimentos jurídicos, financeiros e de gestão contra a sensibilidade e a compreensão, a “saúde” das empresas concessionárias de água e energia elétrica contra precariedade do desemprego, os incentivos às “grandes” empresas contra as necessidades sociais dos cidadãos, a responsabilidade dos indivíduos contra as responsabilidades do Estado, o econômico contra o social.

Em posição potencialmente desfavorável dentro do quadro mais geral das relações de força, a “oposição” encontra-se em significativa vantagem neste debate. Sob os aplausos das galerias e assistindo uma verdadeira “debandada” dos deputados de situação - que começam a abandonar em grande número o plenário -, os oposicionistas transformam a discussão num momento de

demarcação de campo com o adversário. A oportunidade não é, no entanto, aproveitada da mesma maneira por todos os oradores do bloco. É nesse sentido que o debate parece ser também a ocasião para uma espécie de realinhamento político entre os representantes dos partidos de oposição e que podem ter um discurso mais ou menos “radicalizado” contra a posição do governo.

O uso deste discurso mostra-se também muito rentável do ponto de vista da mobilização política, e mesmo eleitoral. A predominância de uma terminologia que se caracteriza por permitir uma multiplicidade de “traduções” aparece como um recurso importante quando se pretende atingir um público mais amplo. Não parece ser outra a intenção do deputado Giovanni Cherini quando conclama seus colegas de parlamento a adotarem a “palavra social” nos seus dicionários: *Está na hora de resgatarmos essa palavra [social] ou por intermédio do voto nesse plenário, ou por intermédio do eleitor no próximo dia 4 de outubro...*

Na forma como transparecem nos discursos, as divisões políticas têm ainda um sentido prático, familiar, facilmente reconhecíveis entre os segmentos do eleitorado que os deputados reivindicam como “seu”. Quando menciona o exemplo das manifestações organizadas pelos “agricultores de Santa Cruz” em frente à uma empresa de fumo, “como a Souza Cruz”, o deputado petista Elvino Bonn Gass não o faz gratuitamente. Opondo visão de mundo contra visão de mundo – os benefícios que o governo propicia às grandes empresas e nega aos desempregados – o deputado reforça seus créditos junto às suas bases sociais de sustentação e reafirma os signos distintivos do grupo político ao qual reivindica filiação. De uma maneira ou de outra, o que parece legitimar os discursos nesses casos, e em um bom número daqueles que falam em nome da oposição, é, mais do que a especialidade política, a representatividade social dos oradores. Para todos os efeitos não deixa de ser interessante observar que os dois deputados citados possuem propriedades sociais bem específicas, são filhos de pequenos agricultores, líderes cooperativos e sindicais. E este fato, como anteriormente registrado, se aplica para boa parte dos representantes oposicionistas.

Por fim, a perspectiva de disputar, com grandes chances de vitória, as eleições para o governo do estado, faz com que os oposicionistas aproveitem todas as oportunidades de colocar em relevo os resultados negativos da coalizão governante. Tratando de uma problemática amplamente reconhecida, como é o caso do desemprego e suas conseqüências dolorosas, o projeto a votar traz à tona um dos pontos mais sensíveis deste embate: os programas de “interesse social”. Os “ataques” se dirigem tanto aos adversários “locais”, componentes do governo estadual e sua base de sustentação na Assembléia, quanto aos seus “aliados” à frente do governo federal.

É bem nesse sentido que o deputado Flávio Koutzii, líder de bancada do principal partido de oposição, intervêm na discussão. Com uma linguagem bastante diferente dos oradores que o antecederam – os argumentos são apresentados por meio de cifras, “números”, as referências são a coletivos mais amplos (“sociedade” no lugar de “trabalhadores”, por exemplo) e a terminologia mais institucional – ele se empenha em apresentar um “balanço” dos resultados do governo em matéria “social”. Nada que se fixe, ou se “prenda”, ao projeto em discussão. Os recursos destinados à GM e à FORD contra os investimentos “para sociedade, para as coisas principais, como educação, saúde, segurança e habitação”. É por fim, a exclusividade sobre o repertório que faz o signo distintivo das “forças de oposição” que ele evoca quando conclama o voto no projeto da deputada comunista:

Esperamos um gesto, pelo menos, desta Casa, porque a propaganda do governo já começou há dez dias e tem propalado que este é um governo dos pobres. Essa piada me faz rir, porque é de mau gosto e macabra.

O discurso da oposição não deixa de “contaminar”, influenciar, seus adversários diretos. É o próprio líder do governo na Assembléia que toma para si a tarefa de “esvaziar” as críticas oposicionistas e suas pretensões de exclusividade na “defesa do social”. Sua resposta ao que o líder do bloco oposicionista, deputado Flávio Koutzii, afirmara com relação à propaganda governista, dizendo que esta seria de “mau gosto e macabra” quando dizia que “este é um governo dos pobres”, é um bom exemplo disso:

Entendo a indignação do Deputado Flávio Koutzii quando agricultores do interior, gente humilde nas galerias e os discursos são feitos para falar de um governo que não dá dinheiro aos pequenos, mas somente aos grandes. Sua Excelência sabe que nenhum governo do Estado deu aos pequenos e ao interior o que este governo está dando. (Paulo Odone, líder do governo).

As controvérsias são, então, redirecionadas: da falta efetiva de financiamento para o “social”, centro do “ataque” oposicionista, para as fontes de financiamento. Tomando como referência uma discussão anterior onde as posições se dividiam entre à favor e contra as privatizações, em especial de empresas como a CEE(Companhia Estadual de Energia Elétrica), o líder governista se empenha em justificar esta ação do governo como uma medida necessária tendo em vista o investimento em estradas para municípios do interior do estado.

Será que a revolta é porque esses 300 milhões de reais que serão utilizados nessas estradas (...) foram conseguidos com o ágio da venda de 40% da CEE, contra a vontade do deputado Flávio Koutzii e dos deputados de oposição?

Esta estratégia baseada na supremacia do “fazer” sobre o “dizer”, que parece também produzir efeitos bastante positivos em se tratando de mobilização política, presta-se ainda, desde que invertendo o alvo, para desqualificar a posição adversária. O deputado Caio Riella, líder partidário do PTB (partido periférico no bloco governista) é particularmente eloqüente ao se propor a “desmascarar” o discurso oposicionista. Um relato bastante detalhado a cerca de uma visita que ele mesmo teria feito à uma comunidade de mais de 300 famílias numa situação “abaixo da pobreza”, empresta uma força ainda maior à afirmação de que aquilo que a “oposição” critica no governo do estado estaria, de alguma forma, se repetindo nas administrações às quais os partidos oposicionistas estão vinculados. O centro do ataque é, como não poderia deixar de ser, o baluarte da administração petista que é a Prefeitura de Porto Alegre: *Então, essa fachada de que na Capital tudo dá certo e de aqui as coisas são corretíssimas é falácia, é mentira, é vergonha*, insiste o deputado petebista.

Para todos os efeitos, o eixo da discussão não parece ser mesmo a matéria a votar (o deputado Caio Riella chega a declarar que seu voto é favorável ao

projeto da deputada comunista). Nos diferentes momentos do debate, o que parecia motivar a intervenção dos deputados, e a estrutura mesma dos “discursos”, era a disputa pelo governo do Estado e tudo que isto envolvia em termos de posições nos diferentes “níveis” da atividade política. Afinal, não parece ser sem sentido o fato desta discussão estar ocorrendo ao mesmo tempo em que as representações partidárias iniciavam as negociações para chapa majoritária – Governador e Vice Governador – e que os deputados, individualmente, partiam para “articulação” de apoios dentro das suas circunscrições eleitorais. A estrutura não parece ser muito diferente para o debate de junho de 98. Oposicionistas e situacionistas voltam a se confrontar numa conjuntura onde apesar de ainda não estarem definidas as composições das “alianças”, as chances de cada uma das “forças” parecem cada vez mais equilibradas.

B) Sessão do dia 24 de junho de 1998: o “social” sob a perspectiva dos situacionistas

É apresentado ao plenário um projeto de origem do Poder Executivo que vincula a concessão, manutenção, prorrogação ou implementação de incentivos fiscais ou financeiros à uma contrapartida das empresas beneficiadas em termos de aplicações em programas sociais. As posições estão invertidas, agora é o governo, representado ali pelo deputado César Busatto, PMDB, ex-Secretário de Finanças do Estado que aparece como proponente, enquanto os deputados de oposição se ocupam de contestá-la. O debate tem um número bastante restrito de inscrições para “discutir a matéria”, até porque este projeto não é o único ponto de pauta para aquela sessão que deverá ainda discutir as emendas para LDO, aparentemente bem mais atrativas para os deputados individualmente.

Contar com um número bem maior de deputados vinculados ao bloco na assistência parece dispensar as lideranças governistas de um esforço maior de

mobilização. Ao menos no primeiro momento, tanto a proposição quanto a defesa do projeto ficam a cargo de um único orador, o deputado César Busatto. Ação de caráter subsidiário com relação às políticas de incentivos fiscais - levadas a cabo por um imperativo da concorrência econômica entre os Estados - o condicionamento da manutenção destes programas de incentivos à aplicação, de parte destes benefícios, em “área social” assoma no discurso governista como um exigência da conjuntura política. Trata-se de um recurso no sentido de assegurar as linhas que ligam os partidos da base governista às suas bases sociais de sustentação e ampliá-las. Para tanto vale, inclusive, “piratear” as práticas discursivas e as proposições ofertadas pelos seus rivais diretos.

O apelo é, inicialmente, dirigido aos “empresários”. Como declara o deputado situacionista, o projeto *inspira-se em um documento de empresários brasileiros, participantes do Fórum Gazeta Mercantil (...) no qual a classe empresarial brasileira é conclamada a participar do enfrentamento da crise social que vive o País*. A partir daí, o discurso ganha um tom muito mais ético do que propriamente político - *trata-se de um projeto de profundo conteúdo social e humanitário* - o confronto direto com o bloco adversário não parece interessar - *Faço um apelo não somente para os integrantes das bancadas de sustentação do governo, mas para todos os deputados não se de situação ou de oposição...* Como a proposta em si também não parece implicar em um maior distanciamento com relação aos “aliados” do outro extremo do espectro político, o discurso do representante peemedebista tende a caracterizar bastante bem um “discurso de dirigente”.

A demarcação de fronteira política que, nesta discussão, se sustenta basicamente sobre os resultados negativos que o governo adversário teria tido com relação ao “social” é, no entanto, o principal objetivo do discurso oposicionista: *Pessoalmente, considero esse projeto uma caricatura grotesca do que está acontecendo no Rio Grande do Sul*, ataca o líder da bancada petista, deputado Flávio Koutzii. As perspectivas eleitorais favoráveis permitem que, mesmo em minoria na Assembléia, os “líderes” oposicionistas e, em especial, o

representante petista, se sintam em condições de falar enquanto porta-vozes de um “projeto alternativo de governo”. O líder petista não se volta apenas contra uma determinada proposição, mas ao que percebe como sendo o “eixo político” do discurso adversário. Vejamos como descreve o projeto apresentado: *inversão absoluta e paradoxal, em minha opinião, da função do Estado, que realiza uma pequena transferência simbólica das suas responsabilidades para as empresas*, argumenta o deputado.

A intensidade, e até o teor, dos protestos é diferente para cada um dos quatro deputados que falam em nome da oposição. Assim, enquanto a deputada Jussara Cony (PCdoB) vai na mesma linha do líder petista e “ataca de frente” a posição adversária: *Sua política é de afastamento do Estado das suas obrigações sociais*. O vice-líder da bancada pedetista, deputado Valdir Hecke, inicia seu discurso de forma mais amena: *Em princípio devemos ser favoráveis a tudo que se destina ao social*. As críticas, no caso, são indiretas, e mais no sentido de desqualificar o proponente – muito importante em se tratando do próprio governo – do que de contestar a proposta em questão. Com relação ao que o deputado César Busatto (PMDB) havia avaliado sobre o potencial da medida proposta no que diz respeito à “redução das desigualdades sociais”, o deputado pedetista faz a seguinte observação: *Será que isso vai acontecer no fim do governo, porque foi exatamente neste governo, e no atual governo federal, portanto neste período, que se acentuou essa desigualdade?* Por fim, o representante da bancada socialista, deputado Bernardo de Souza, não se dispõe a contestar senão os aspectos “jurídicos” do projeto. Esse sentido, mais restrito, da sua intervenção fica bastante claro na conclusão do discurso:

Não somos contrários à idéia de impor contribuições a empresas favorecidas por benefícios, mas em defesa da ordem jurídica e do ato jurídico perfeito, vamos tomar providências judiciais.

De um ponto de vista mais geral, o clima é de menor polarização do que no debate a respeito da moratória nos pagamentos de água e luz. Apenas, os petistas e a única representante do PCdoB mantêm a de linha de argumentação mais “aferrada a princípios” que caracteriza o discurso oposicionista. São os

deputados governistas que, empolgados com as manifestações da galeria, sucedem-se na tribuna para, literalmente, corroborar com as afirmações iniciais feitas pelo líder do bloco. Agora, são os oposicionistas que começam a se retirar do plenário, como dá a entender um dos deputados presentes, aqueles que falaram no início o fizeram apenas para “marcar posição”.

3.1.3 - O “social” na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

Como previsto no plano de exposição, o objetivo desta seção é apresentar uma situação onde as formas de legitimação do discurso “social” estão baseadas em diferentes modalidades de especialização política. O cenário escolhido é uma reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos destinada a tratar de um tema especialmente “delicado”, as “irregularidades na FEBEM e ICM”, respectivamente, Fundação Estadual do Bem Estar do Menor e Instituto de Correção de Menores Infratores. Esta reunião, a contar da data de realização, 16/03/1998, insere-se em um contexto que, tal como observado nas situações descritas anteriormente, caracteriza-se pela proximidade das eleições estaduais.

Trata-se de uma reunião ordinária, no entanto, como também parece comum nesta comissão, o quorum de deputados é bastante restrito. São apenas quatro deputados sobre doze integrantes da lista de membros titulares. Um número bem maior de presenças são de representantes “externos”: a presidente da FEBEM, um representante da Secretaria de Justiça e Segurança, outro da Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem de Advogados do Brasil), a mãe de um dos “menores” internos da FEBEM que teria sido vitimado durante o último motim, representante da Associação de funcionários, do Ministério Público e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança, além de uma promotora da Vara da Infância e da Juventude.

O presidente da Comissão, deputado Marcos Rolim, abre os trabalhos delimitando a pauta do dia: O objetivo da reunião é obter “esclarecimentos” a respeito de alguns fatos ocorridos nas referidas instituições, “apurar” os responsáveis e “avaliar” as providências tomadas. A palavra é, ao menos inicialmente, reservada aos representantes das instituições e entidades “convidadas” que são chamados a apresentar seus depoimentos. Os poucos deputados presentes, na sua maior parte de oposição, limitam-se à condição de assistência. Com o papel de anunciar as presenças, “passar a palavra” e apresentar os questionamentos de interesse da Comissão, o deputado Marcos Rolim é também o primeiro a intervir no debate. Neste momento, ele se prende na citação das fontes das “denúncias” e datas em que ocorreram as situações referidas, leitura de laudos apurados através de sindicâncias e na enunciação das normas de prescrição dos medicamentos e das medidas disciplinares. O discurso ilustra bem o interesse em destacar os recursos sobre os quais sustenta sua “especialidade”. É com base nessa “autoridade” que ele interroga a presidente da FEBEM/ICM, instituição alvo das “denúncias” que motivaram aquela discussão:

Esse questionamento decorre da promessa do estabelecimento de normas, nessas duas situações, feita há pouco mais de um ano e meio, após a primeira tragédia ocorrida no Instituto Central de Menores.

O apelo, no caso da deputada Maria Augusta Feldman (PSB), tem uma linha mais moralista, deixando antever toda uma definição mais “privatista”, “familiar”, do problema a tratar. Sua condição de professora é ressaltada ao mesmo tempo que apresenta seu principal questionamento; a “qualificação de pessoal” para atender a clientela da instituição: *Sendo professora, não me sinto qualificada para trabalhar com esses jovens, porque é preciso um treinamento específico.* Afora isso, sua preocupação está muito longe de ser com a legislação, licitações e, ao que tudo indica, com qualquer coisa que tenha a ver com estas questões mais “técnicas”. Eis como define os “direitos” envolvidos:

É uma questão de direito principalmente à vida, e à busca da própria recuperação. A questão da cela não é só um castigo, mas uma questão de violência contra o próprio direito à vida.[a referência à mãe do interno morto durante o episódio dá o tom mais “familiar” do discurso] É quase impossível ver a mãe chorando. Esse

relato me engasga senhores. Todos entendemos o que é cidadania, e por essa razão não podemos permitir que isso continue.

Já no caso do líder da bancada pedetista, deputado Pompeu de Mattos, prevalece uma terminologia mais “depurada” das situações urgentes e dolorosas que preocupam a deputada Maria Augusta. Prevalece a referência a coletivos menos carregados do componente emocional – “menores” no lugar de “meninos”, por exemplo – e o suporte sobre a legislação e as normas mais gerais de funcionamento do Estado:

Diante da maneira como são tratados os menores, percebemos que é a sociedade que irá pagar esta conta. Uma mãe não pode perder um filho que foi levado pelo Estado para dele tomar conta. Se o Estado matar este menor, terá que responder por isso.

Pouco disputado, o debate caracteriza-se por uma forma singular de polarização: as contestações que os membros opositoristas da comissão dirigem, principalmente, à presidente da FEBEM aparecem como uma maneira de “atacar”, indiretamente, o governo. É o deputado Giovani Feltes que, sendo também membro daquela comissão, utiliza sua credencial de líder de bancada do partido do governo para “abrir” o caráter mais político da discussão. Muito timidamente, tendo em vista a sua posição minoritária naquele debate, se dispõe a defender o governo que sustenta “esvaziando” as críticas deferidas pelos seus opositoristas. O discurso dos que lhe antecederam é desqualificado pelo vínculo que os liga àquela comissão e que não lhes permitiria falar para além das suas “competências” institucionais:

Esse é um tema de interesse da comissão, mas tenho uma preocupação, pois á medida que sejam lamentadas as perdas de vidas, a histórica deficiência da casa que deveria atender melhor os menores transgressores, também se deve Ter o devido cuidado para não passar para opinião pública a idéia de ser o governo estadual responsável por toda esta tragédia.

A resposta vêm por parte do deputado Marcos Rolim (PT) que fala em nome da comissão que preside e de todos os seus membros. O modo como se preocupa em demarcar uma linha de ação diferenciada da seguida pelo se partido,

que “bate de frente” no governo, fica claro neste trecho da sua intervenção. É esta também uma forma de valorizar sua posição dentro da Assembléia e os títulos que lhe permitem “articular” um discurso mais político a respeito do seu tema de eleição.

Do ponto de vista da presidência desta comissão e de todos os seus integrantes, não há tentativa de, relativamente aos dramas reais vividos pela instituição, articular qualquer discurso político partidário de disputa frente ao governo. Não seria nem um pouco difícil agir dessa maneira. Provavelmente a adoção de uma outra conduta pela presidência dessa comissão asseguraria condições muito favoráveis...

Presos às medidas de caráter prático, administrativo, os dois outros oradores da oposição dirigem suas críticas aos responsáveis “diretos” – administração/direção da FEBEM – evitando, naquele debate, um “ataque” mais geral às políticas de governo. A segunda intervenção da deputada Maria Augusta(PSB) é mais no sentido de reforçar as posições assumidas pelo presidente da Comissão sem, contudo, demarcar suas próprias posições: *Deputado Marcos Rolim, não posso dizer que o governo não seja o responsável ou o único responsável, mas as administrações têm sido responsáveis pelo descaso e pela lentidão na adoção de medidas.* Na conclusão do seu pronunciamento a *responsabilidade dos governos* são afirmadas, mas daí a intenção de *não fazer um discurso político* aparece explicitamente.

O que falar, como falar e a que título, nas raras oportunidades que têm para pautar suas temáticas de interesse, os “especialistas do social” têm ainda que estar preparados para discutir os limites da sua “competência”. Principalmente, porque os recursos de intervenção nesse terreno não se reduzem aos títulos mais visíveis e oficiais, nem ao conhecimento dos documentos, laudos e dossiês pertinentes ao trabalho das comissões. Para além das discussões organizadas pelas comissões, sessões plenárias e demais instâncias deliberativas da Assembléia, mas quase sempre de forma bastante “articulada” com as diferentes arenas da ação parlamentar, os deputados encontram muitas outras maneiras de atuar como representantes das expectativas “sociais” das suas clientelas.

3.2 O “social” na relação entre os deputados e suas “bases”

A importância que um número bastante significativo de deputados atribui às ações que, para distinguir das formas mais gerais e abstratas do trabalho político, costumam ser designadas como “concretas”, fez com que nos detivéssemos num exame mais detalhado destas práticas. O objetivo é dar maior inteligibilidade às relações envolvidas nestas modalidades específicas de atuar e que podem ser verificadas, de modo especial, nos atendimentos que os deputados prestam às suas *bases eleitorais*.

Para tanto, selecionamos seis situações representativas das relações em estudo. Nas primeiras, respectivamente, deputado João Osório, do PMDB, e Sérgio Zambiasi, do PTB, destacamos os vínculos “pessoais” e “comunitários” com eleitores e lideranças políticas, e as retribuições em termos de “apoio” e votos, envolvendo atendimentos nos casos individuais e a intermediação de causas junto ao governo. Os dois seguintes; deputados Elvino Bonn Gass, do PT, e Jussara Cony, PCdoB, privilegiam os espaços mais “políticos” de identificação, como a participação em “lutas” e manifestações organizadas pelos partidos, sindicatos e associações aos quais se acham vinculados. Por fim, apresentamos situações onde estão envolvidos, respectivamente, os deputados José Otávio Germano, do PPB, e Flávio Koutzii, do PT. Com estas, o objetivo é destacar articulações estabelecidas em diferentes “níveis” da atividade política e os reflexos disto sobre os padrões de arregimentação e manutenção das “bases eleitorais”.

3.2.1 - O “social” como forma de assistência aos eleitores

Os casos apresentados a seguir referem-se, respectivamente, aos deputados João Osório, PMDB, e Sérgio Zambiasi, PTB. Estes representam um

número bastante significativo de deputados, das mais diferentes posições partidárias, que mantêm algum tipo de “trabalho social” voltado para prestação de serviços e pequenos favores como forma de “assistência” a pessoas ou localidades às quais estão vinculados²⁴. Para um maior entendimento das relações envolvidas, iniciamos fazendo uma caracterização geral dos deputados selecionados.

O primeiro apresenta-se como sendo de “origem humilde”, membro de uma *família muito pobre, muito atrasada (...) uma boa parte de analfabetos*. Ele mesmo trabalhava como “peão de lavoura” para “ajudar o pai no sustento” e só conseguiu escolarizar-se, e concluir a faculdade de direito, porque ingressou no exército. Sua liderança política foi construída a partir do “movimento estudantil” (entidade municipal, UMESPA, e estadual, UGES) e na Brigada Militar, acentuando-se pela atuação em associações comunitárias, esportivas, sindicais e cooperativistas em municípios do interior do Estado.

Estas atividades e, em especial, seu envolvimento em um projeto de alfabetização de adultos e sua atuação como presidente de um núcleo regional de criadores de suínos, serviram para lhe consagrar como “liderança regional” dentro da região identificada como “Grande Frederico” (município de Frederico Westphalen e municípios próximos). Com base nesses recursos, e também em função da sua identificação com um discurso político que classifica como “intermediário” dentro da conjuntura que precedeu a “queda do regime militar”, ingressou no antigo MDB, desprezando o convite da ARENA. Permanece, desde a sua primeira filiação, em 1975, dentro deste mesmo partido (hoje com a sigla PMDB) pelo qual concorreu à prefeitura de Frederico Westphalen, sem eleger-se e, por quatro eleições consecutivas, a deputado estadual. Está no seu quarto

²⁴ Em reportagem publicada no jornal Zero Hora (24 e 25 de dezembro de 2000) destaca-se que ao menos um terço dos deputados gaúchos realiza algum tipo de atividade de assistência social, sendo que dos 55 deputados, oito são mantenedores de albergues, casas de passagem ou fundações. Acreditamos que este número poderia ser ampliado se fossem considerados que não têm este tipo de atividade como prática regular e pública, mas eventual e de menor impacto sobre a sua atividade parlamentar.

mandato na Assembléia (o primeiro como suplente) e, há mais de dez anos, como presidente da Comissão de Serviços Públicos.

Em termos de origem social, a situação do deputado Sérgio Zambiasi não é muito diferente da do seu colega peemedebista que é, ao menos circunstancialmente, seu “companheiro” de bloco. Filho de uma família de pequenos agricultores, reconhece-se como portador de uma “veia política” em função da militância do pai no antigo PTB. Sua primeira experiência foi como presidente de um grêmio estudantil em Soledade (um município do interior do Estado), mas foi sua atividade profissional, como radialista e apresentador de um dos programas de maior audiência da capital, que lançou as bases para uma “carreira política” marcada por excelentes resultados eleitorais.

O perfil do programa, baseado na promoção de ações assistenciais e reivindicatórias, teria, como nos coloca, servido para reforçar, e expandir, seu “vínculo periférico” (com referência a um segmento do eleitorado que, ao contrário do que se observa com relação ao deputado Osório, não se fixa em determinados municípios e regiões. A popularidade adquirida desta forma fez com que o deputado Zambiasi, então radialista, passasse a ter sua candidatura cotejada por lideranças do MDB (atual PMDB). Passou, então, a participar de mobilizações como a das “Diretas Já” e atuar como cabo eleitoral de vários candidatos, antes de decidir-se a lançar sua própria candidatura a deputado estadual. A eleição pelo PMDB não garantiu, no entanto, que tivesse sua liderança (expressa em votos) reconhecida em termos de “poder” dentro da Assembléia e no partido, o que o levou a investir na “reconstrução” do PTB, partido pelo qual se elegeu por mais três vezes e do qual é presidente estadual, além de líder da bancada.

Eleitos, estes deputados passaram a direcionar sua atividade parlamentar de modo a manter, e ampliar, os laços que os ligam a eleitores e lideranças de diferentes localidades do Estado. Afim de explicitar o conteúdo dessas ações e as concepções de “social” que as permeiam, passamos, então, à descrição de algumas das atividades desenvolvidas, respectivamente, pelo deputado João Osório e Sérgio Zambiasi. Quanto ao primeiro, queremos destacar o trabalho de

alocação de recursos para determinados municípios e regiões do Estado e o atendimento prestado através de um “albergue” para pessoas em tratamento de saúde. No segundo, ressalta-se a atividade de “auxílio” aos eleitores que procuram o gabinete do parlamentar e a prestação de serviços específicos para bairros e vilas da capital. Em ambos estão presentes ações baseadas na “assistência” direta ao eleitor e através de lideranças políticas locais, mas que pressupõem a mobilização de recursos de diferente natureza e com diferentes efeitos sobre atividade parlamentar.

Ao descrever o trabalho que realiza afim de intervir sobre questões de “políticas sociais”, o deputado João Osório faz referência a três modalidades entre as quais divide sua atuação na Assembléia: a produção de leis, a “pressão” junto ao Poder Executivo e os “atos pessoais”. Como exemplo da primeira, o deputado menciona um projeto que teria sido apresentado por ele e que visava o fornecimento de medicamentos de uso contínuo para pessoas de baixa renda. Na segunda se remete à possibilidade de intervir junto as diferentes instâncias do Poder Público afim de obter recursos e outras concessões, como serviços de água encanada, para determinadas “vilas” da capital do Estado. E, na terceira, às ações para as quais direciona recursos “pessoais”, tais como o seu próprio salário e dos seus assessores. É este o caso de um “albergue” para abrigar pessoas em tratamento de saúde.

Como a descrição contempla ações dos diferentes tipos, fica claro que não se trata de conferir exclusividade para uma ou outra modalidade. A distinção reforça, no entanto, a percepção de que o trabalho parlamentar não está, efetivamente, restrito às suas funções legislativas²⁵. Ao mesmo tempo, quando se preocupa em classificar as atividades que desempenha na Assembléia, o deputado utiliza diferentes critérios de valorização. Assim, se ao citar, em primeiro

²⁵ Esta diferenciação entre “frentes de atuação” que incorporam outras modalidades que não as prescritas constitucionalmente são aprofundadas em Bezerra 1998. Nesta, o autor se remete ao trabalho que os deputados e senadores (seu estudo está centrado no Congresso Nacional) realizam afim de favorecer suas “bases eleitorais”, buscando demonstrar que esta forma de atuação tem todo um outro conteúdo que as que são percebidas e apresentadas como

lugar, a “produção de leis” ele coloca-se dentro de uma representação coletiva que valoriza as atribuições legislativas, o acento sobre as outras duas modalidades remete para uma concepção na qual se atribui valor para uma forma mais “prática” de atuar. Nesta, as ações que visam beneficiar determinadas localidades e pessoas são, então, apontadas como parte, e parte importante, da função do parlamentar. É, em outras palavras, o atendimento das demandas que acredita provenientes de municípios, “regiões”, localidades ou eleitores que motiva o deputado a mobilizar recursos, daí tanto “pessoais” quanto estaduais.

As condições em que a valorização de ações que podem ser tanto de assistência direta ao eleitor quanto através de lideranças locais (como no caso em que os benefícios são dirigidos aos municípios), contribuem para demarcar um espaço de identificação poderão ser verificadas algumas passagens adiante. Por ora, o que deve ser retido é que esta forma de atuar onde se privilegia as “ações práticas” corresponde às atividades para as quais os deputados estão orientados, sobretudo, pelos vínculos que os ligam às suas *bases eleitorais*. É isso que podemos concluir a partir da citação abaixo. Nesta, o deputado Osório descreve as ações que desempenha afim de “resolver problemas” que lhes são demandados pela “sua” região.

Quando eu assumi o meu mandato, eu procurei reivindicar recursos, melhoria da qualidade de vida para nossa gente, ou seja, melhorar, construir a malha rodoviária, uma região muito pobre né (...) então a rede elétrica leva saúde para família, então eu lutei muito em busca desses recursos, água potável também lá é uma região muito pobre de água potável (João Osório, PMDB, entrevista).

Tratam-se, como podemos entender, de solicitações bastante diversificadas, mas que têm em comum o fato de atenderem os interesses, ou “necessidades”, daqueles aos quais o deputado está vinculado e de estarem associadas à busca de recursos. As circunstâncias em que estes recursos podem ser obtidos, principalmente, através do “poder de pressão” que o deputado tem mais junto ao Poder Público, e ao Executivo em particular, já puderam ser constatadas a partir das considerações iniciais. A idéia de que a obtenção destes

“legislativas”. De uma certa forma, esta dicotomia está presente também quando o deputado

recursos envolve “reivindicação” e “luta” é, no entanto, algo que merece ser destacado, pois remete à uma concepção específica acerca do trabalho parlamentar. Esta mesma lógica pode ser observada quando o deputado Osório faz a descrição dos meios que o mandato lhe oferece para que possa prestar atendimento às suas bases:

Em primeiro lugar o salário, ele me paga muito bem para eu trabalhar, me dá estrutura, me dá condições, me dá nome, isso aí eu fico com um poder muito forte para aglutinar forças para buscar soluções dos problemas (idem).

Os recursos associados ao mandato podem ser, então, também de diferentes tipos, tendendo a aparecer agrupados conforme as demandas às quais se dirigem. No caso do salário, por exemplo, a referência parece ser a “ajuda” que o deputado presta mais diretamente aos eleitores através do albergue, enquanto que o *nome* parece estar relacionado às situações que envolvem intermediação junto aos órgãos públicos. Para qualquer um dos casos, no entanto, o que precisa ser ressaltado são as condições em que o acesso que o deputado tem mais a estes recursos aparecem como uma fonte de “poder”, justificando que o eleitor, no caso, precise procurá-lo para encaminhar os seus “problemas”. A associação entre o “dever” de gerenciar problemas e uma espécie de competência ou “poder” que o deputado(e o “homem público”, nos diferentes níveis de representação) teria mais que um cidadão comum (o “João lá”), fica bastante clara na citação abaixo:

E a função do homem público é gerenciar estas crises e problemas, cabe ao homem público e não ao João lá, ou ao assessorista, resolver os problemas. Não, tem que ser os deputados, começar lá em baixo, as Câmaras de Vereadores, as Prefeituras, depois os Legislativos Estaduais, os Executivos e o Congresso até o Presidente e seus Ministros (idem).

Trata-se, porém, de uma atuação que não se dirige da mesma forma para todos, ou para qualquer, município do Estado, mas especificamente àqueles com as quais o deputado mantém relações. E este é um outro aspecto que pode ser ressaltado já a partir da primeira citação. A expressão “nossa gente” caracteriza bem uma idéia que fica ainda mais evidenciada quando combinada àquelas que assinalam o “grau de carência” da referida região. Para todos os efeitos, os

Osório se remete às modalidades mais “práticas” de atuar em matéria social.

critérios que parecem determinar a seleção das localidades para as quais o deputado deverá direcionar sua atuação são os vínculos que o deputado tem com moradores e lideranças. No caso em pauta, o deputado privilegia um dos municípios em função de vínculos pessoais - “sentimentais” e “familiares”- e, o outro, em função das suas atividades “profissionais” e corporativas. Porém, o que se destaca são as condições em que estas relações motivaram toda uma inserção em termos de “trabalho político prévio” e que o deputado avalia a partir do “retorno eleitoral” alcançado²⁶. Em linhas gerais, é isso que podemos observar na citação abaixo:

Eu fui morar lá, lá eu tive atividade produtiva (...) eu nasci na política em Frederico [a referência é ao município de Frederico Wetsphalen]. Pelo fato de eu ter nascido e me criado em Camaquã, eu tenho uma família muito grande espalhada em Camaquã, acabei me vinculando, tive vínculo sentimental e acabei me vinculando politicamente nas eleições seguintes e comecei a trabalhar em Camaquã, fui para as vilas criar associações comunitárias, organizar o povo e sou o deputado mais votado daquele município (idem).

Note-se, inicialmente, que no contexto em que é utilizada a categoria “município” tem menos o sentido de uma unidade geográfica e administrativa do que de um “espaços de relações sociais”²⁷, o que acentua a importância de identificar os vínculos que ligam o parlamentar à sua respectiva *base eleitoral*. Na passagem acima, destaca-se a relação entre os vínculos que o deputado mantém com moradores e lideranças e a obtenção de uma votação expressiva, mas os resultados eleitorais estão também relacionados com o que esta vinculação possa significar em termos de interação com a “comunidade” e suas problemáticas específicas. É isso que sugere a afirmação:

Eu faço 10000 votos naquela micro região [a referência aqui é a região da “Grande Camaquã”] então eu sou um deputado que conheço a solução dos problemas do norte e do sul do Estado, eu interligo estas duas regiões (João Osório, PMDB, entrevista).

²⁶ Sobre as possibilidades de reconversão de recursos e lógicas sociais em recursos e tomadas de posição percebidos e apresentados como políticos, ver Coradini, 1998a.

²⁷ A expressão “espaço de relações sociais” é utilizada por Bezerra (1998:116) para designar as localidades com as quais os deputados mantêm vínculos pessoais e políticos. O sentido aqui é, basicamente, o mesmo.

Observa-se, então, que manter vínculos “pessoais” com moradores e lideranças, desenvolver “atividades produtivas”(em especial quando esta aparece acrescida de participação sindical e associativa), “conhecer os problemas da comunidade” e direcionar sua atuação parlamentar para estas localidades são aspectos relacionados. A votação obtida pelo parlamentar aparece como um fator de intercruzamento entre eles, determinando o seu interesse em atender as demandas que lhe são dirigidas. Nota-se, porém, que esta atuação não abarca apenas os pleitos que, por serem atribuídos aos municípios e “regiões”, são descritos como *coletivos*, mas também os atendimento individuais, ou de *pessoas*.

O trabalho realizado através do albergue aparece como um desdobramento do atendimento dirigido aos municípios e regiões. Trata-se de uma estrutura montada em Porto Alegre para atender pessoas que vêm do interior do Estado, oferecendo desde transporte, encaminhamento para hospitalização e alojamento para o “doente” e seus acompanhantes. O deputado mesmo refere à iniciativa como sendo um “ato pessoal”, já que o albergue, ou “Associação de Amparo ao homem e à mulher do interior”, como é denominada oficialmente, foi construída e é mantida com parte do seu salário e dos seus assessores.

Os recursos investidos são relativos ao tipo de demanda. No caso do “albergue”, ao contrário do que se viu com relação ao atendimento dos pedidos atribuídos à regiões e municípios, prevalecem as ações de “assistência” direta ao eleitor. Para receber este atendimento é necessário que o eleitor procure o parlamentar, o que tende a restringir o número de pessoas beneficiadas. Isto, porém, não impede que possa ser muito rentável politicamente. Assim, conforme o deputado João Osório:

Na verdade, o brasileiro é muito solidário. Ele não é vendido por luxo, ele nunca liga para se vem andar num carro meu (...) mas se um conhecido recebeu esse benefício ele fica solidário. Isso, sem dúvida alguma, tem um resultado eleitoral, embora eu não peça votos..(idem).

Trata-se de uma verdadeira “rede de solidariedade” esta que envolve não apenas as pessoas atendidas, mas também seus “amigos” e “conhecidos”. De modo que, como fica claro na citação, os investimentos em termos de benefícios acabam se multiplicando do ponto de vista dos votos obtidos pelo deputado. Nega-se, porém, a percepção pragmática de uma ação vinculada ao “interesse eleitoral”. É isto que justifica cuidados como o de não “pedir votos”, “discutir política” ou “mandar cartas” para as pessoas atendidas. Afora este aspecto de “comprometimento” do solicitante, atender os eleitores em caso de “necessidade” aparece como parte das funções desempenhadas pelos deputados e até como uma espécie de “obrigação” para com as “pessoas” que os procuram. Vejamos o exemplo do deputado Zambiasi, onde estão presentes tanto ações de assistência aos casos individuais, quanto os atendimentos que têm como referência coletivos mais amplos, como algumas “vilas” de Porto Alegre. Note-se, porém, que prevalecem os atendimentos de demandas específicas trazidas por eleitores e lideranças com os quais o deputado não parece ter nenhuma vinculação política prévia e anterior a busca do benefício.

Para obter maiores informações sobre as ações que caracterizam o trabalho do deputado Zambiasi, procuramos o seu chefe de gabinete (atualmente seu assessor na presidência da Assembléia). Uma das primeiras questões que nos chamou atenção nessa conversa, foi o tom, bastante crítico, com que ele se referiu ao deputado João Osório e à sua atividade de albergue. “*As pessoas ficam na casa dele*”, argumenta, mesmo reconhecendo que esta não seria, efetivamente, a “casa”(no sentido de local de moradia) do deputado. O problema não parecia estar nos atendimentos prestados pelo deputado oponente, mas nos vínculos, mais “pessoais”, que estes lhe permitiriam estabelecer com os eleitores. É a associação entre vínculos “pessoais” e votos que justificam as críticas. Ao menos é isso que podemos observar quando, para distinguir a atuação do deputado que representa daquela que reconhece no seu oponente, o chefe de gabinete do líder petebista nos faz o seguinte comentário: *O deputado [Zambiasi] não permite que ninguém da assessoria pegue nome e endereço das pessoas atendidas.*

Esta mesma diferenciação não se verifica, a princípio, com relação ao conteúdo das ações efetuadas. Segundo seu chefe de gabinete, o deputado Zambiasi é um dos principais beneficiários, juntamente com seus assessores, da “associação de amigos” que mantêm o *Centrovida*. Trata-se, salienta, de uma instituição especializada em atender casos de alcoolismo e drogas, mas que pode atender casos diversos. O número mais significativo parece ser, no entanto, o dos eleitores que procuram o gabinete com demandas específicas e não restritas aos serviços de “albergue”.

Com efeito, o deputado Zambiasi dispõe de uma estrutura montada dentro do seu gabinete para atender aos casos individuais. A importância que o deputado atribui a estas atividades pode ser atestada na seguinte afirmação: *“o meu gabinete é um gabinete que não marca hora com as pessoas. Todos os meus assessores recebem, todo mundo atende todo mundo”*. Este “todo mundo” tem, então, o duplo sentido de se referir ao atendimento prestado pelos assessores do gabinete e às “pessoas” que procuram estes serviços. Com relação a este primeiro, observa-se que, ao contrário do que ocorre com o deputado João Osório, não prevalecem os atendimentos realizados a partir de uma instituição especializada. Já no que diz respeito às pessoas atendidas, observa-se que prevalece o atendimento no “varejo”, ou seja, aquele que pressupõe o contato pessoal entre o solicitante e o deputado ou seus assessores.

As solicitações podem ser as mais variadas. Existe, no entanto, uma restrição quanto aos encaminhamentos que os assessores podem fazer por conta própria e aquelas que dependem da intervenção do deputado. Os procedimentos adotados pela assessoria se restringem, na maior parte das vezes, aos “esclarecimentos” acerca dos “direitos” das pessoas que procuram o gabinete, seguidas pelo encaminhamento aos órgãos competentes. Com respeito aos atendimentos os assessores fazem os seguintes comentários: *“As pessoas, muitas vezes, só querem um pouco de atenção”*, ou ainda, *“Ela chega muito nervosa, a gente oferece um café, escuta o seu problema”*. O que se ressalta, no entanto, é que o que motiva as pessoas a procurarem o gabinete do parlamentar é

o fato dos assessores, por falarem em nome do deputado(mas também por parecerem mais “seguros” e “conscientes”) serem mais prontamente atendidos nos órgãos públicos. À pessoa atendida é, então, solicitado que retorne ao gabinete ou ligue informando o “resultado” das ações desenvolvidas, estabelecendo-se uma relação com o eleitor que os assessores descrevem como sendo de “gratidão”²⁸.

Já os casos que envolvem internações hospitalares exigem a intervenção “pessoal” do deputado. Observemos como o deputado Zambiasi nos descreve as atividades desempenhadas pelo seu gabinete na Assembléia. O exemplo permite levantar indicações quanto ao conteúdo destas ações, sobre os vínculos estabelecidos com os solicitantes e as disputas envolvendo diferentes esferas da hierarquia política.

Então aqui é recebido até aquele sujeito que não recebe um atendimento médico por qualquer razão, e isso é comum, infelizmente pela “ambulância terapia” que existe no interior do estado e sufoca a capital. A capital é sufocada nos seus leitos hospitalares porque têm muito prefeito que só é eleito porque promete três ônibus para Porto Alegre só para trazer os doentes...Então eu tenho que ouvir essa pessoa e tenho que ser solidário a ela, e tenho que me esforçar solidariamente na busca de uma solução. Se eu não fosse deputado eu faria a mesma coisa. Eu fiz muito tempo sem o ser, não seria agora por ser deputado que eu iria dizer: “Olha agora eu não posso fazer mais porque isso é assistencialismo”, seria um contra-senso da minha parte (Sérgio Zambiasi, PTB, entrevista).

O termo “assistencialismo” tem, na fala do deputado, um sentido pejorativo, caracterizando uma forma de atuação classificada negativamente pelos seus “colegas” de parlamento. Mas remete também à uma prática que ele entende como parte importante da sua atuação parlamentar. A comparação com a sua atividade como radialista faz referência a vínculos que antecedem a eleição, associando-se aos esforços de construção da base social da sua candidatura e do próprio mandato. São, no entanto, os seus interesses enquanto deputado e “político” que lhe colocam o atendimento destas solicitações como sendo uma “obrigação”, mesmo que apresentada como uma forma de “solidariedade”. É isso

²⁸ Ao que tudo indica, a idéia de “gratidão” só se distingue da de “solidariedade”, utilizada pelo deputado Osório, por envolver mais diretamente a pessoa atendida e não um círculo de “amigos” e “conhecidos”.

que podemos desprender deste outro trecho da entrevista: *“Como radialista, se eu permaneço apenas como radialista, talvez eu não tenha a consciência, nem o compromisso e nem a obrigação...”*.

Ainda na citação anterior é possível observar que o atendimento de solicitações como as de “leitos hospitalares” se reflete em disputas com oponentes colocados em outras esferas da luta política, como no caso dos *prefeitos do interior*. Porém, estas distinções podem dar lugar à uma concorrência que é também interna. É isso que pode ser observado a partir da ênfase que os assessores do deputado Zambiasi conferem aos atendimentos de casos que foram “descartados” por outros deputados: *“Muitos vêm aqui após terem percorrido outros gabinetes sem encontrar solução para os seus problemas”*, ressalta um dos assessores. Assim, mais do que uma “obrigação” do parlamentar com relação ao seu representado, a possibilidade de oferecer “ajuda” aos eleitores é também um elemento de distinção, e hierarquização, dos deputados dentro do próprio grupo e entre as diferentes instâncias da “política”. A idéia de “luta” e do “poder” que precisaria ser aglutinado toma, então, mais um sentido nesta descrição: trata-se da competição que se instala em torno do acesso aos recursos que permitem aos deputados atenderem as demandas pelas quais se acreditam responsáveis.

Mas, o deputado Zambiasi se ocupa também dos chamados *pleitos coletivos* que lhe são encaminhados, senão por municípios e regiões, como no caso do deputado Osório, por algumas “vilas” de Porto Alegre. Ele nos descreve os casos das “vilas” BIG e São Borja que lhe encaminharam o pedido de instalação de uma sinaleira na Avenida Sertório e de uma outra, nas imediações do Aeroporto, que lhe havia solicitado um “bico de luz”. No caso, o deputado não faz referência a vínculos anteriores com estas localidades, colocando como critério para o atendimento das solicitações apenas o fato dos moradores o terem procurado. Notamos que alguns procedimentos são evidenciados como o da entrega “em mãos” de um abaixo-assinado e a presença do deputado na inauguração das “obras” que lhe foram solicitadas. Para todos os efeitos, vale

transcrever a passagem na qual o deputado dá maiores detalhes acerca das atividades que seriam as mais importantes do ponto de vista da sua ação política:

Eu acho que ir lá [na “vila”]. Se eu vou é para fazer aquilo que o Milton Nascimento fala. Não é todo artista tem que estar onde o povo está? Pois, então. Toda a pessoa pública tem que estar onde o povo está. E este povo confiou em mim, me reivindicou, e nós fomos juntos, nós batalhamos e buscamos e realizamos. É muito justo que nós estejamos juntos na hora de colher (Sérgio Zambiasi, PTB, entrevista).

Atender o que entende como sendo as “reivindicações” das localidades e/ou pessoas aparece, então, não apenas como parte da sua função na Assembléia, mas como uma ação sobre a qual se faz necessário “mostrar competência”. É nesse sentido que o atendimento aos eleitores aparece como um critério de hierarquização interna, entre os deputados²⁹. E isto pode ser verificado tanto com relação ao deputado Zambiasi quanto ao deputado João Osório que, no que diz respeito ao acesso aos recursos e à disposição em revertê-los em benefício das suas bases eleitorais, são também adversários.

O atendimento dos *pedidos* pode tanto significar uma espécie de contrapartida aos votos recebidos, ou uma antecipação destes, quanto basear-se em outras formas de retribuição nem sempre descritas como eleitorais. O deputado Zambiasi, por exemplo, justifica suas ações a partir da “confiança” que as pessoas depositam nele quando lhe encaminham uma solicitação. Na fala do líder petebista, esta forma de atuação caracteriza um “estilo de trabalho”, ou seja, uma maneira de se relacionar com os eleitores que o distingue de outros deputados. Trata-se de uma espécie de divisão de tarefas entre aqueles deputados que, como ele mesmo, preferem a “ação prática” e os que se especializam na participação em “debates políticos”³⁰. Isto pode ser observado na descrição abaixo. Nesta, podemos encontrar também algumas indicações sobre os recursos e interesses que mobilizam os deputados mais para uma ou outra dessas modalidades:

²⁹ Sobre a concorrência que se estabelece entre os deputados interessados, por diferentes motivos, em alocar recursos para o atendimento de demandas das suas bases eleitorais, ver Bezerra, 1998, particularmente páginas 39 e 40.

³⁰ Neste item entram também as atividades de “produção de leis”, sendo que a designação mais geral corresponde ao que está definido constitucionalmente como “atribuições legislativas”.

Tem parlamentares que têm uma atuação muito mais técnica. (...) Obviamente que tu partes para um debate muito mais elitizado. Tu pegas outra camada da população, outra faixa.(...)Tem deputado que talvez não abraçasse uma reivindicação como a minha de tentar aceitar o desafio de registrar o pedido daquelas famílias sem luz e nós vamos lá e vamos instalar (Sérgio Zambiasi, PTB, entrevista).

Esta percepção a respeito da atuação parlamentar ganha um caráter mais “político” na fala do deputado João Osório. É isso que podemos observar na citação abaixo, quando o deputado especifica as diferentes maneiras de atuar “em favor do social”. Note-se que a assistência direta ao eleitor é valorizada, enquanto que a restrição ao “discurso” é vista como uma maneira de desqualificar o adversário:

Então tu podes conseguir por leis, por pressão e por atos teus, pessoais, na prática. Estes socialistas de carteirinha aí que vivem na tribuna, que entram na madrugada se afogando em copos de uísque importado, se eles usassem um pouco desse dinheiro para colocar na prática as suas pregações nós teríamos um mundo melhor (João Osório, PMDB, entrevista).

Para qualquer um dos casos, no entanto, o que parece estar em jogo é mesmo uma maneira específica de tratar o “social” e que se presta para identificar a posição que ocupam dentro da disputa com seus opositores políticos. É isso que podemos desprender da passagem onde o deputado nos fala acerca do impacto das “mudanças” patrocinadas pelo governo Britto e das condições que este lhe oferece para que possa prestar os atendimentos às bases:

Olha, a base eleitoral ela quer, ela precisa do desenvolvimento [o termo caracteriza bem a “linha política” do governo do qual ele se reconhece como “aliado”] (...) assisti muitas tentativas de transformação e ela não foram executadas. E desta vez elas foram feitas. Feriram alguns seguimentos? Sim. Foram duras com algumas áreas? Sim. Mas lá onde está o povo passando fome elas não causaram nenhum prejuízo e seguramente elas já começam a dar resultado (Sérgio Zambiasi, PTB, entrevista).

O exemplo que ilustra esse “resultado” é um bico de luz que o deputado teria conseguido fazer instalar na referida “vila”. Segundo o líder petebista, “foi exatamente com essa transformação, com essa mudança que se criou, que nós conseguimos botar a verba necessária lá para instalar luz para aquelas 400 famílias...”. E conclui, contrapondo sua atuação em favor dos moradores dessa

localidade a um debate que animou a disputa entre partidários do governo e da oposição durante boa parte da legislatura investigada: a “privatização” dos serviços de telefonia e energia elétrica: *Puxa vida, o que é mais importante na minha visão do social? Brigar pelo telefone público ou privado ou brigar pela água e pela luz naquela vila?*

A concepção que prevalece nesta citação, e em toda a entrevista, coloca as ações que o deputado desempenha a fim de atender as solicitações da sua *base eleitoral* como sendo as que melhor refletem a sua “visão do social”. Nesta lógica, a “assistência” prestada aos eleitores individualmente, ou através de lideranças políticas e “comunitárias”, aparece como uma forma de complementação dos serviços prestados pelo Estado. No que se justifica que os recursos investidos nestas ações possam ser tanto “privados”, como no caso do salário do deputado e seus assessores, quanto “públicos”, quando dependem da intermediação junto aos diferentes órgãos do Poder Público. Afinal, como o deputado João Osório enfatiza: *Tem que ter intervenção do Poder Público se quiser resolver o problema social, porque se deixar na mão dos capitalistas, eles não estão preocupados(...)*”.

As ações de assistência tomam, no entanto, um caráter muito mais legítimo quando incorporadas às atribuições do parlamentar do que quando merecem o status de uma “política pública”. É uma concepção para qual a filantropia pública só se justifica enquanto política de exceção e para situações “emergenciais”, fora das quais deve prevalecer a lógica do mercado e da “incorporação do indivíduo ao setor produtivo”, que transparece na citação abaixo. Nesta, o deputado Osório explicita a sua posição a respeito das condições para “resolver” os “problemas sociais”:

Tem que criar meios, mecanismos, entende? Para fazer a sociedade crescer, botar o indivíduo no setor produtivo (...) para que ele tenha condições de viver com dignidade através do resultado do seu trabalho, não distribuindo cesta do jeito que estão fazendo com essa tal de cesta básica, que aliás vão ter que fazer quando tiver fome (João Osório, PMDB, entrevista).

Uma posição “crítica” com relação à política de distribuição de cestas básicas não é, no entanto, uma exclusividade do deputado peedebista. Muitos dos

“ataques” oposicionistas são dirigidos, justamente, para ações do governo do Estado que classificam como “assistencialistas”, “paliativas”, “esmolas”, “eleitoreiras”. A perspectiva do “mal necessário” parece caracterizar melhor o discurso dos que, como o deputado Osório, integram a base governista.

Tratam-se, no entanto, de versões diferentes para uma argumentação relativamente comum entre os deputados. De um modo ou de outro, todos parecem compartilhar de uma mesma matriz de pensamento: *“não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar”*, um preceito bíblico que pode, como de fato ocorre, dar margem uma maior ou menor flexibilidade quanto as possibilidades de atendimento das “demandas” que lhes são encaminhadas. O que parece distinguir os deputados é a abrangência, geográfica e social, das ações (voltadas para pessoas, municípios, regiões, ou mesmo para o “Estado todo”) e o “peso” que lhes atribuem no contexto da atividade parlamentar. Os exemplos a seguir procuram dar conta de ações que não se caracterizam pela assistência prestada diretamente ao eleitor, mas por outras modalidades de ativação das identidades políticas e pela incorporação de demandas onde prevalece o vínculo corporativo e “comunitário”.

3.2.2 O “social” como recurso de “conscientização política”

Os casos descritos neste item se referem, respectivamente, aos deputados Elvino Bonn Gass, do PT, e Jussara Cony, do PCdoB. Nestes se destacam, em termos da composição dos recursos políticos e formatos de atuação, os vínculos corporativos, “comunitários” e partidários. O modo como orientam suas ações para atender as demandas daqueles aos quais estão vinculados e as concepções de “social” que lhes estão associadas são, tal como nas situações anteriores, as nossas principais preocupações nesta abordagem. Para que as descrições sejam

mais esclarecedoras com relação a estes aspectos, fazemos, inicialmente, uma caracterização mais geral dos deputados selecionados.

Em termos de origem e recursos sociais, os deputados Elvino Bonn Gass e Jussara Cony apresentam alguma semelhança com os anteriormente examinados. Ambos são de “origem humilde”, sendo o primeiro filho de pequenos agricultores e a segunda filha, e neta, de ferroviário. Nota-se, no entanto, alguma diferença no que tange ao título escolar que, ao contrário do observado para os casos anteriores (onde um dos deputados é diplomado, mesmo que tardiamente, em Direito, enquanto o segundo tem apenas o curso secundário), temos que ambos são diplomados em cursos como Farmácia e Estudos Sociais.

Ainda na perspectiva comparativa, um outro aspecto a destacar diz respeito a “herança política”. Nas situações anteriores, apenas um dos deputados apresentava alguma relação de parentesco na atividade política, ainda assim, de peso relativamente menor. Ao contrário, o deputado petista pertence à uma família de líderes comunitários e cooperativistas, tendo os pais vinculados à Igreja e o irmão presidente do PT em Porto Alegre e a deputada do PCdoB é filha de “militantes comunistas”, com pai sindicalista e avô presidente do partido na sua cidade.

Para entendermos as relações que o deputado Elvino mantém com determinados segmentos e localidades do Estado parece importante retomar alguns dos elementos envolvidos na sua eleição para Assembléia Legislativa. Prevaecem, sobre este aspecto, as relações descritas como “comunitárias” e sindicais ou associativas. Na citação abaixo, é possível obter outras indicações a respeito do conteúdo destas relações e do seu impacto em termos de *retorno eleitoral*:

Tem essa coisa da dedicação e acho que muito, vamos dizer assim, a lealdade de tratar as questões, nunca jogar expectativas falsas. A presença junto as pessoas e outra questão que eu acho que é a própria garra, entende? A firmeza, a luta, pelo menos as pessoas dizem isso muito, que eu tenho coragem para ir ao enfrentamento. Então isso desde a luta sindical, partidária, nas mobilizações, era uma coisa que sempre destacava (...) E outra que dá um retorno eleitoral muito

forte é isso, estar com as pessoas, sempre em sintonia com as pessoas (Elvino Bonn Gass, PT, entrevista).

Nota-se, então, que a formação das referidas *bases eleitorais* exige que o deputado estabeleça vínculos de lealdade com determinadas *questões*, o que tem, nesse sentido, um caráter mais categorial (“a questões de interesse da categoria”). A referência, porém, não é apenas a coletivos (partido, sindicato, município), mas também a *pessoas*. O que aponta para uma conjugação de vínculos corporativos, sindicais e “comunitários” perpassados por relações personalizadas (de amizade, parentesco ou compadrio), nas quais o deputado sustenta seus esforços de adesão eleitoral e, posteriormente, suas estratégias e modalidades de atuação parlamentar.

As circunstâncias em que esses vínculos possibilitam a mobilização eleitoral sob a forma de *plenárias* que reúnem as pessoas interessadas em participar tanto da “campanha eleitoral” quanto da discussão e “avaliação” do mandato ficam mais claras na passagem que citamos a seguir. Nesta, podemos observar que as relações que o deputado mantém com suas *bases* pressupõem, na verdade, uma configuração de *lealdades* que se dá em diferentes níveis, permeando instâncias sindicais, partidárias e também as divisões geográficas e administrativas. Ao menos é isso que podemos desprender da distinção que o deputado faz entre as lideranças “de fora” e as que são designadas como sendo “do interior” ou “da região”. Vejamos como ele nos descreve as referidas plenárias quanto aos seus participantes:

É que tem lideranças, assim, que atuam nessas áreas, tanto na Igreja, no movimento sindical e partidário e que têm uma afinidade muito forte fora do município, em vários municípios da região que é a Grande Santa Rosa, Missões. Como teve também um acompanhamento de fora, da CUT por exemplo, nós tivemos pessoas da direção estadual da CUT, do ponto de vista de atividades de assessoria e também de dirigentes sindicais que olharam com muito carinho para a nossa região das Missões em função desse trabalho que se fazia na região. Então isso é um processo de construção, uma comunidade que tem uma liderança de pessoas lá do interior de Santo Cristo e que participa uma instância Nacional da CUT lá de São Paulo, por exemplo (Elvino Bonn Gass, PT, entrevista).

Nota-se, inicialmente, que já no processo de “articulação” da candidatura é possível detectar uma certa homogeneidade social no que diz respeito ao fato de

serem todos os seus apoiadores vinculados ao “meio do trabalho” e ao “rural”, mas também uma forte distinção entre o caráter “local”, “estadual” ou “nacional” dessas adesões³¹. Com o ingresso na atividade parlamentar, a composição dos “apoios” sofre algumas modificações (o deputado destaca, por exemplo, a presença de “empresários” e outros setores na plenária de avaliação), mas o que chama atenção é o modo como esses vínculos continuam orientando a sua ação política. A associação entre as estratégias montadas em função da disputa eleitoral e o trabalho parlamentar pode ser percebida na seguinte afirmação: *O fato de ser deputado e estar permanentemente atuando na região, com os projetos, com a imprensa, com intervenções, isso afirma, o mandato reforça o nosso trabalho na região.*

Ter uma atuação voltada para região onde concentrou sua “campanha eleitoral” e onde, ao que tudo indica, também logrou obter o maior número de votos aparece, então, como uma condição para que se reforcem os laços que o ligam às suas bases. Visto por outro ângulo, prevalece a concepção de que o parlamentar, se quiser manter os vínculos que garantiram a sua eleição, deve atuar não apenas dentro da Assembléia, mas na “sua região”³². Esta também não é uma preocupação que diga respeito somente ao próprio deputado, mas algo que ele entende como fazendo parte das expectativas de eleitores e apoiadores políticos. É isso que podemos perceber na passagem onde o deputado Elvino comenta a avaliação feita por “lideranças” (no sentido da capacidade que alguns dos seus apoiadores tem para obter adesões e estabelecer ligações políticas junto a determinadas localidades e segmentos populacionais) a respeito da sua atuação e os efeitos disso sobre as suas chances numa próxima eleição:

A gente está apenas um ano e cinco meses de trabalho aqui (na Assembléia), mas com certeza ele dá maior visibilidade, as pessoas se referendam no trabalho,

³¹ Sobre a importância desses esforços de mediação entre os diferentes níveis da “política” enquanto estratégia de construção e ampliação das bases eleitorais. Ver Coradini, 1998, pg. 13-14

³² Sobre a categoria “região” nunca é demais insistir que não se refere a um espaço geográfico ou administrativo (como no caso dos municípios que a “região” abrange), compreendendo antes as relações que o deputado têm com lideranças e moradores daquela localidade. No caso do deputado Elvino, estes vínculos são tanto “comunitários” quanto “sindicais” e “partidários”, todos, de alguma forma, associados à localidade pela qual ele foi eleito.

entende? Essas lideranças com quem a gente trabalhava, elas se sentem participativas disso, é um mandato deles, um mandato que eles ajudaram a construir. Então eu vejo isso, dirigentes sindicais que agora vêem essa discussão da reeleição, não é bem reeleição porque a gente tem meio mandato (idem).

Afim de atender os interesses da região ao qual se encontra vinculado, o deputado se dedica a ações que podem ser mais ou menos concernentes às atribuições legislativas, mas também a outras que extrapolam as suas funções constitucionais. O que parece determinar o valor atribuído mais a uma ou outra modalidade de ação é o resultado que produzem em termos de benefícios para referida região. Temos, então, que a apresentação de projetos, mesmo quando isso não se reflete em aprovação tendo em vista a correlação de forças que pode ser desfavorável ao deputado e ao seu grupo de “aliados”, pode ser valorizado no que diz respeito à visibilidade do trabalho desenvolvido em favor da região. Da mesma forma, o trabalho nas comissões pode ser aproveitado para encaminhar “denúncias” e outras questões que digam respeito àquela localidade em particular, contribuindo para criar o que chama de “espaço de atuação regional”.

Porém, as atividades que aparecem com maior destaque na fala do deputado são as que designa como extra curriculares. Entre estas últimas, estão os escritórios regionais e o “esquema de mala de direta”, utilizado para o envio de correspondência aos eleitores. Por meio destes recursos, são privilegiados tanto os vínculos com as lideranças políticas locais, que atuam enquanto responsáveis pelo funcionamento do “escritório”, quanto os contatos mais “pessoais” com aqueles para os quais esta correspondência é endereçada.

Um outro expediente utilizado é a marcação de audiências com secretários e governador do Estado em nome de prefeitos e vereadores dos municípios aos quais o deputado está vinculado. A intermediação dos *pleitos* dos municípios, - o que quase sempre se refere à liberação de recursos públicos -, é, no entanto, uma prática vista como desqualificada e desqualificadora no discurso do deputado. O sentido pejorativo é dado pela referência à “política tradicional” e à uma forma de “politicagem”, ao mesmo tempo que procura ressaltar que, ao contrário de outros deputados, esta não seria a sua “prioridade de trabalho”. No entanto, para além

dos impeditivos ético-morais, o que se ressalta são as circunstâncias em que a obtenção desses recursos coloca em concorrência não apenas os deputados, mas outros segmentos e instâncias do poder político e administrativo. Na citação abaixo, o deputado Elvino descreve uma situação onde a disputa em torno da obtenção de recursos, ou melhor, do prestígio que pode significar ter seu nome associado à liberação destes recursos, envolveu outros deputados do “seu” município (estes vinculados à base governista) e um secretário de Estado:

Esses dias eu fui até um secretário. Ele tinha na mesa, a secretária levou para ele na mesa, a folhinha do município e quais os deputados governistas daquele município, que faziam votos naquele município. Então nós liberamos uma verba para o município, por exemplo, de Sto. Cristo, que estava no programa do governo.(...) Daí, então, um deputado que não participou nada desse processo, ele entrou na rádio do município dizendo que foi ele quem liberou. Por que? Porque lá o secretário funciona assim, para repassar para os seus a propaganda (...) então, para eles não tem que ter deputado...(Elvino Bonn Gass, PT, entrevista).

O modo como estas disputas mais localizadas envolvem, e até reforçam, conflitos presentes nas disputas estaduais e mesmo nacionais, é um dos aspectos que podemos ressaltar a partir da citação. Outro seria o valor atribuído à intermediação junto ao Poder Público e os efeitos de uma atuação mais “eficaz” nesse sentido sobre a relação do deputado com suas *bases*.

Mas o deputado Elvino também não conta apenas com os vínculos que o ligam a um determinado município e região. Ao comentar sua atuação na Assembléia, ressalta também as ações que direciona para o que designa como sua “base maior”, no caso, a “agricultura”. Note-se que a referência ao setor econômico inclui tanto o segmento da população que se dedica a esta atividade, os agricultores, quanto as “questões” que seriam do interesse destes, como a “reforma agrária”, o “seguro agrícola” e o auxílio previdenciário:

É que nós conseguimos estar presentes em todas as mobilizações desses agricultores, na luta da previdência ou, enfim, qualquer mobilização, até mesmo nas questões da terra, da reforma agrária (...). Este é um fator que as pessoas valorizam muito (...) Agora esta coisa de acompanhar prefeitos, de marcar audiências, estas outras partes que tradicionalmente os parlamentares fazem, nós não temos nos dedicado muito para isso (idem).

As atividades às quais se dedica podem, no entanto, ter maior ou menor peso na sua atuação parlamentar. Isto vai depender dos vínculos (regionais, comunitários ou corporativos) a que estas demandas se referem e do seu significado para composição das suas *bases eleitorais*. Seja como for, prevalece a concepção de que a sua atuação parlamentar deve estar voltada para o atendimento daqueles aos quais está eleitoralmente vinculado. É, de certa forma, esta mesma lógica que determina a estratégia de inserção política adotada pelo deputado e as relações que ele mantém com o partido após eleito. Vejamos como a relação entre a posição partidária e os vínculos eleitorais é percebida, e apresentada, pelo deputado Elvino:

É que eu faço parte de um partido que tem estreito vínculo com a base (...) Então, não pode um deputado ignorar o partido que o deputado fez a sua ligação direta com a base. Para isso é que tem o partido! (...) E se um dia eu tiver que ter uma posição contrária ao partido, eu vou brigar no partido para que o partido mantenha essa sintonia (Elvino Bonn Gass, PT, entrevista).

Se esta expectativa com relação a “linha partidária” não exclui conflitos, ou “brigas”, entre os partidários, obter a aprovação das *bases* para posições referendadas pelo partido pode também não ser uma tarefa fácil, resultando, por vezes, em prejuízos do ponto de vista eleitoral. É nesse ponto que ganha força o papel do mediador entre os temas e preocupações mais gerais, contidas no “programa do partido”, e as questões de interesse específico da localidade e do segmento populacional que o deputado pretende “representar”³³. Dentro desta lógica, a atividade de representação inclui um trabalho que é, principalmente, de mediação, ou “politização”, dos vínculos que o deputado tem enquanto “líder” corporativo(e “comunitário”). Notemos como o deputado Elvino descreve duas situações onde se fez necessário esta mediação:

Por exemplo, o apoio à reforma agrária, se eu fosse pensar estritamente no imediato, na primeira sintonia, eleitoralmente, isso não me traria um retorno (...) agora do ponto de vista do projeto da reforma agrária que o partido defende e que nós, eu dentro do partido, penso, é fundamental. O segundo exemplo é a votação do aborto (...) é uma base que até tem me questionado muito em função da votação que nós votamos aqui na Assembléia (idem).

³³ Sobre os esforços de mediação entre os diferentes níveis da “política” como estratégia da inserção política, ver Coradini, 1998.

A descrição nos remete para uma concepção formal e idealizada do mandato parlamentar como representação estritamente partidária. É com base nesta concepção que uma determinada conduta pode ser classificada como “eleitoreira”, “demagógica”, etc. Porém, o que podemos observar é que prevalece uma estratégia de “articulação” entre o que estaria sendo demandado em razão dos vínculos eleitorais e aqueles que dependem das relações no âmbito da política partidária.

De modo geral, são também estas “articulações” que figuram na base da definição da agenda com que o deputado se dispõe a trabalhar e na maneira como direciona suas atribuições, e “afinidades”, dentro da estrutura mais formal do trabalho legislativo. O esforço de associar “questões centrais”, e relativas à disputa entre os blocos de situação e oposição, e os “problemas” que interessam de modo mais ou menos particular a cada um dos segmentos que conformam a sua *base eleitoral*, pode ser observado no modo como define as suas “prioridades de ação”:

As questões de agricultura familiar, da reforma agrária e estas coisas em relação ao Estado, ao desmonte da máquina pública, as empresas estatais, estes negócios. (...) Então a priorização é a agricultura familiar e a reforma agrária e, um segundo aspecto, é dar mais atenção a estas coisas do serviço público, depois entra a educação (Elvino Bonn Gass, PT, entrevista).

Uma combinação entre tarefas relativas à “demanda partidária” e aquelas que seriam da sua “afinidade” responde também pela escolha das Comissões de trabalho, no caso, a de Agricultura e Cooperativismo e a de Assuntos Municipais. A relação entre “agricultura” e “municipalismo” parece ter mesmo esse sentido de “articular” interesses percebidos e apresentados como partidários e outros associados aos vínculos com as *bases*. É isso que podemos observar a partir do trecho em que o deputado Elvino justifica sua atuação em cada uma das Comissões:

Mas ao mesmo tempo que eu tenho que incorporar um e outro (refere-se aos assuntos atribuídos às comissões onde atua) eu passei a incorporar os assuntos municipais, porque eu também tenho muita afinidade com isso, porque eu trabalho muito essa questão dos pequenos municípios, dos municípios do interior que dependem lá da agricultura (idem).

Nota-se, inicialmente, que o empenho é no sentido de reforçar sua vinculação com cada agrupamento social específico e nas diferentes “territorialidades” com as quais o deputado tem ligação política. Assim, a partir de uma temática como a “defesa da agricultura” seria possível combinar expectativas como a da “Reforma Agrária”, relativas aos grupos mais radicalizados, ligados ao MST, quanto os benefícios à ovinicultura e aos frigoríficos. A lógica é semelhante quando se trata de definir sua concepção com relação ao “social”. O deputado se remete primeiro às controvérsias em torno dos quais se dividem os “blocos” de oposição e situação: contra ou a favor da “privatização”, ou ainda, “o Estado deve ou não intervir na economia”. Para, em seguida, buscar uma associação entre estas e as preocupações mais específicas dos seus “representados”. Vejamos como isso transparece na citação abaixo:

(...) O debate central é a visão do desenvolvimento, que eu já coloquei antes, e que Estado tu queres. Se tu queres um Estado que intervêm ou um Estado que deixa o mercado decidir. Esta é a diferença! Posso te dar um exemplo na agricultura, que o agricultor, então, de acordo com essa livre iniciativa, bom, quem consegue competir no mercado consegue, não vai ter mais a alíquota de defesa na importação (idem).

O discurso do deputado se estrutura, então, em torno de dois eixos básicos: O “desenvolvimento” como resultado da intervenção do Estado e a “inclusão dos setores mais desfavorecidos” compõe um repertório que o identifica, dentro do “debate central”, com as forças de oposição. Ao tempo em que a defesa de uma alíquota de importação para os produtos agrícolas contribui para reforçar os laços que o ligam aos “agricultores”.

A deputada Jussara Cony, PCdoB, diferencia-se do deputado petista em função do caráter menos “regionalizado” dos seus vínculos e também por compor os seus recursos políticos a partir de diferentes segmentos sociais. Ao descrever sua atuação, a deputada costuma ter como referência quatro categorias: o “partido”, os “movimentos sociais”, as “comunidades” e as “pessoas”. Como podemos observar na seqüência, cada uma destas pode ser aplicada a diferentes realidades e pressupor ações nos diferentes espaços para onde direciona sua atividade política. Na citação abaixo, estas categorias aparecem agrupadas em

“questões”, ora mais específicas e relativas a determinados segmentos da população, ora “mais gerais” e relativas à sua posição partidária.

Como líder do PCdoB eu tenho que estar atenta a tudo aquilo que signifique enfrentamento ao projeto neo-liberal. (...) Por todo um processo de participação e a própria formação profissional, eu atuo na área de saúde, sou vice presidente da Comissão, eu atuo na questão popular ligada fundamentalmente à questão da habitação popular, e atuo na questão da mulher, face a minha inserção no movimento das mulheres e pela minha condição feminina, não é?! (Jussara Cony, entrevista).

Afim de reforçar os laços que a ligam a estes segmentos e grupos (em especial aqueles expoentes que tem um vínculo mais estreito com a “política” como é o caso dos dirigentes e “lideranças” de “movimentos”, associações, entidades e sindicatos) a deputada divide seu tempo em diferentes modalidades e formas de ação. A apresentação de projetos e emendas legislativas é um dos expedientes destacados, nesse sentido. Porém, não parece ser a perspectiva de aprovação dentro das instâncias deliberativas da Assembléia que mais motiva a deputada. É interessante observar, por exemplo, o modo como descreve sua reação a um recurso muito utilizado pelos seus adversários, o da “inconstitucionalidade” do projeto:

Para mim, o primeiro gol em relação a um projeto é que seja tecnicamente viável, para também evitar que aqui me barrem na inconstitucionalidade. Com o que não quero dizer que eu não bote nunca. Por que o que quer dizer constitucional? É aquilo que interessa geralmente às elites, entendeu? Então, mesmo que tenha um certo viés de inconstitucionalidade, eu toco pra frente (idem).

A controvérsia quanto à constitucionalidade do projeto é percebido, então, como um fator de demarcação política com o oponente e uma oportunidade para reforçar a própria posição. Mais importante, sob este aspecto, é o que a prerrogativa de apresentar projetos de lei significa em termos do que designa como “inserção nos movimentos sociais”. Vejamos como a deputada Jussara justifica sua preocupação em apresentar, e defender, (no que pesem as relações de força lhe serem, geralmente, desfavoráveis), um grande número de projetos:

Bom, em primeiro lugar, eu não apresento projetos simplesmente para dizer que eu fui uma deputada que apresentou 500 projetos. Os projetos que eu apresento, eles têm ligação direta com os movimentos populares. Por exemplo, a isenção de

água e luz, trabalhei com todos os sindicatos. A emenda da vida, 10% dos impostos para saúde, trabalhei com todas as entidades que acompanham o movimento SOS/SUS (idem).

Note-se, inicialmente, que para além do que a produção legislativa possa significar em termos de avaliação do desempenho parlamentar, o que atribui valor aos “projetos” é o resultado disso sobre as relações entre o deputado e sua *bases*. Isto não depende apenas do conteúdo das proposições ou dos benefícios que oferecem a grupos e segmentos sociais específicos. Como a referência a um “trabalho” anterior parece indicar, há um esforço de vinculação política que não se encerra na formulação ou apresentação destes projetos nos espaços mais “internos” da Assembléia. É nesse sentido que ganham importância alguns expedientes como a participação em reuniões de sindicatos e entidades, mas também os “contatos pessoais” com dirigentes e “lideranças” ligadas aos “movimentos”. Além, do envolvimento desses representantes nas “negociações” com outros parlamentares, da mobilização para as sessões de votação e da referência nominal aos dirigentes presentes.

As ações concernentes às atribuições legislativas não são percebidas como as únicas, ou mesmo as principais, atividades desempenhadas pela deputada. Na medida em que o “respaldo das bases” é algo valorizado, uma conduta que costuma ser destacada na sua atuação é o que designa como “presença nas lutas”. Tratam-se de momentos onde a deputada “deve estar junto” e “enfrentar as mesmas dificuldades” dos moradores de uma “área de ocupação”, dos “trabalhadores grevistas” ou dos “desempregados”. É este também um momento onde se reforçam laços de identificação “política”, com uma “causa”, uma “proposta”, ou ainda, com um dos “lados” em disputa. Vejamos como a, então vereadora, Jussara Cony, justifica o “respaldo” que acredita merecer por parte das suas *bases*:

Porque eu tinha o respaldo de quem estava lá no concreto, na luta, na hora da ocupação, enfrentando a brigada, enfrentando a polícia. É isso, enfrentando e indo para o enfrentamento. Acho que botando a política correta, de ampliar para buscar solução, mas ao mesmo tempo participando ativamente ali, levando aquela...Porque há momentos, que são os momentos que o povo mais precisa,

não é na hora do discurso quanto tudo esta resolvido, é na hora do enfrentamento lá (idem).

A atuação se divide, então, em dois momentos que são também, diferentemente, valorizados - o do “discurso” e o do “enfrentamento” – este último identificado com o “concreto” e com a “presença” do parlamentar nos espaço de maior mobilização e agregação de eleitores. O interesse da deputada em participar de momentos como o descrito parece estar associado à concepção de que o trabalho parlamentar passa por um esforço de “politização” das relações e problemáticas que dizem respeito ora ao conjunto dos presentes ora a unidades relativamente menores e segmentadas deste “público”. Mas a idéia de “respaldo da população e das instituições” remete também a uma expectativa em termos de retorno eleitoral por parte tanto dos diretamente envolvidos quanto daqueles que estejam vinculados a esta situação através de laços institucionais, comunitários, associativos, partidários, ou mesmo pessoais.

É isso que parece justificar a concorrência que se arma entre os deputados em torno deste tipo de participação e do que esta possa significar em termos de prestígio, reconhecimento e, ao menos presumivelmente, votos. Como podemos observar na citação em que a deputada Jussara descreve uma experiência sua enquanto vereadora, existem, inclusive, diferentes “graus” em que estas ações podem ser classificadas:

Quem foi a pessoa, quem foi a vereadora que tem história, por exemplo, na questão das ocupações de Porto Alegre, parte do Bairro Leopoldina, por exemplo? Jussara Cony. Não tem como! Vários vereadores atuavam, sei que eu lembro. Chamava o Lauro, chamava o Caio. Sabe votavam, porque isso era importante, essa amplitude. Agora a referência era a vereadora Jussara Cony (Jussara Cony, PCdoB, entrevista).

Nota-se, então, que como “vários” deputados disputam, muitas vezes, o mesmo espaço, há um esforço de demarcação “política” e um conjunto de critérios adotados para desqualificar o adversário. Assim, a “presença” de um deputado pode ser questionada por um outro que atue na mesma “comunidade” quanto, por exemplo, o fato de ser mais ou menos “constante”, “ofensiva”, “comprometida” ou qualquer outro atributo do gênero. Nesse mesmo sentido, o reconhecimento que

acredita merecer por parte dos seus “colegas” de parlamento depende do “respaldo” que adquire junto aos eleitores e, de modo mais específico, nos seus “locais de atuação”.

Mas porque é solicitada a “presença” do parlamentar? Por que eleitores e “lideranças” insistem para os deputados (e vereadores) se façam presentes em manifestações, “ocupações”, reuniões de sindicatos, etc.? A resposta para estas questões parece estar num segundo item, em geral, associado à “presença” do parlamentar. Trata-se da sua capacidade de intervir em favor da “categoria”, “comunidade” ou “setor”(no caso de se referir à uma repartição funcional como o “setor da saúde”)junto aos diferentes órgãos do Poder Público e, em algumas situações, de instituições privadas, como bancos, empreiteiras e assemelhados. Vejamos como a deputada Jussara descreve sua intervenção num “movimento de ocupação” em um bairro de Porto Alegre (Bairro Leopoldina).

Intervenção para negociar. Intervenção política do significado de uma ocupação de pessoas que deveriam ter direitos e não tinham. A intervenção sob o ponto de vista institucional junto aos setores que deveriam negociar. Câmara, Governo do Estado, Governo do município, HABITASUL, moradores, FRACAB, UAMPA, todas essas coisas! (idem).

A intervenção da deputada pode estar dirigida, como na citação acima, a uma determinada “comunidade”, mas também a um ou mais municípios e regiões do Estado. Na primeira situação, a solicitação de uma área, benfeitorias e financiamento para construção de casas, exigiu que a deputada fizesse um esforço de intermediação entre as entidades “comunitárias”, por um lado, e os poderes legislativos e executivos municipais, por outro. Porém, quando os “pleitos”, ao menos presumivelmente, envolvem o conjunto de um município e até um número maior de municípios. Este é um processo que exige uma “articulação” mais ampla e com níveis mais altos da hierarquia política e da própria burocracia governamental. Vejamos como a deputada Jussara descreve sua atuação em favor de hospitais sediados em 33 municípios do Estado:

Eu consegui conquistar (...) por exemplo, agora a briga dos hospitais públicos, os 33 municípios que tem hospitais públicos que estão para fechar. Assumi a briga, vamos ter aqui uma audiência pública, fui lá para reunião da FAMURGS

(Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul), prefeitos de tudo que é partido (...) Não foi a deputada que foi lá no governador e disse: “Governador eu preciso que mande um dinheirinho para aquele hospital”. Não. Nós vamos construir num processo coletivo. Eu acho que este construir num processo coletivo, se nós logramos construir isso que estão precisando(...)isto dá uma nova dimensão para o meu mandato (Jussara Cony, PCdoB, entrevista).

Um primeiro aspecto a destacar diz respeito ao modo como a deputada se refere às intervenções de parlamentares junto ao Executivo e ao caráter das demandas que costumam lhes estar associadas. A utilização de uma conotação pejorativa e a maneira mesma de formular a assertiva “ao contrário”, dá a idéia de uma atividade que pode ser vista pela própria deputada e pelos demais como desqualificadora. Esta mesma prática pode, no entanto, merecer uma avaliação absolutamente positiva a depender dos critérios de classificação das demandas e interesses envolvidos. Assim, o fato de serem “vários”, e não apenas um, os hospitais a necessitarem de verbas já justifica a intervenção da deputada, ainda mais quando atua como “representante” de interesses relacionados às “populações” atendidas por estes hospitais e aos próprios municípios.

Um outro aspecto que se destaca da citação apresentada anteriormente é o significado que ações como as que foram descritas podem ter do ponto de vista dos esforços e estratégias de ampliação das respectivas *bases eleitorais* e do impacto disto sobre o mandato parlamentar. É isso que podemos entender quando a deputada se refere à “nova dimensão do mandato” como algo que poderia advir da sua intervenção em favor dos hospitais.

Por fim, a deputada está também empenhada em atender os eleitores individualmente. Embora, esta seja uma atividade para qual atribui um peso relativamente menor na sua atuação, principalmente se comparado às ações direcionadas para as “comunidades”, é notória a disposição da deputada, e dos funcionários do seu gabinete, para fazer o que se designa como “atendimento caso a caso”.

Ao contrário do que se observa para algumas das situações apresentadas anteriormente, não são mencionadas iniciativas de caráter mais institucional como

“albergues” e “serviços de saúde”. Os atendimentos são prestados diretamente no gabinete da parlamentar e incluem desde “orientações”, o que pode ter um sentido mais amplo de “conscientização” acerca dos “direitos do cidadão” e da vinculação entre o caso particular e a situação do país, até os chamados “encaminhamentos concretos” junto aos órgãos competentes. Na maneira como a deputada descreve as ações desenvolvidas nesse sentido é possível observar um esforço de se diferenciar de outros parlamentares, particularmente, no que tange à conotação de “assistencialismo” que costuma aparecer associada a este tipo de atendimento:

Ao invés de fazer aquela política de dar o dinheirinho, mandar comprar o remédio, pegar o nomezinho do cara, comprometer o cara, igual, agora tem que ser meu eleitor. Nós temos, nós procuramos fazer crescer a consciência política da criatura e ao mesmo tempo buscar resolver. Ainda que eu ouço, nós ouvimos aqui: “procurei todos os gabinetes só me engrupiam. Cheguei aqui, resolvi minha questão”. Vai ser eleitor? Pode ser! Mas, potencialmente, vai ser, entendeu, potencialmente, vai ser (Jussara Cony, PCdoB, entrevista).

No que pese não fazer referência, explicitamente, aos resultados eleitorais, a citação não deixa dúvidas quanto a relação entre os atendimentos prestados e a perspectiva de retorno em votos. Aqui, o número de beneficiados é, proporcionalmente, bem menor que o que se pressupõe que sejam os membros de uma “comunidade” beneficiada pela obtenção de um terreno para construção de casas ou a população atendida pelos hospitais cuja perspectiva de recursos adicionais pode “evitar o fechamento”. Tratam-se, no entanto, de ações que são politicamente valorizadas, porque envolvem o “contato” direto entre a deputada e o eleitor, o que se reflete comprometimento propriamente eleitoral que, se não é reconhecido como intencional, é percebido como um desdobramento quase que necessário da eficácia demonstrada pelo parlamentar neste tipo de atendimento.

Em suma, observe-se que as demandas podem ser as mais variadas (recursos para hospitais, terrenos para loteamento, medicamentos e internações hospitalares), mas têm um padrão comum e muito semelhante às apresentadas anteriormente. Estas correspondem a interesses particulares associados a eleitores, “lideranças comunitárias” e “autoridades” municipais, e exigem a intervenção do parlamentar junto aos diferentes órgãos da burocracia

governamental. A diferença fica por conta de um esforço de “politização” destas relações que não se esgota no vínculo estritamente eleitoral, mas enfatiza a “conscientização política” do eleitor e a sua adesão a um “discurso” mais identificado com uma posição política-ideológica. Por outro lado, ganham força as estratégias de interação com segmentos sindicais, corporativos e de gênero, permeados por relações que são partidárias, mas também pessoais com determinadas “lideranças” e integrantes do “movimento”. De qualquer modo, é isso que dá importância a uma atuação voltada para participação em debates e manifestações, além de acionar canais mais institucionais do trabalho parlamentar como a proposição de emendas no orçamento do Estado e a elaboração de projetos legislativos.

A maneira como a deputada Jussara trata, e concebe suas ações, com relação aos “problemas sociais”, pode ser compreendida a partir das mesmas lógicas que orientam, no conjunto, o seu trabalho parlamentar. Vista desta ótica, a proposição de uma lei que beneficia os “trabalhadores desempregados”, a “conquista” de verba suplementar para hospitais, a concessão de um terreno ou de financiamento para os moradores de uma “comunidade”, o encaminhamento para tratamentos de saúde e a obtenção de medicamentos, são todas modalidades diferentes de tratar o “social”.

Ao mesmo tempo, isto exige um esforço de agregação ou, na linguagem do meio, de “articulação”, dessas demandas particulares com a “política” mais geral, compreendidas aí as relações entre partidos e “blocos”, a recomposição de alianças e respectivas divisões e as possibilidades de inserção nos diferentes níveis de concorrência. Esse interesse na “politização” das ações realizadas em favor das *bases eleitorais*, pode ser verificado na citação abaixo. Nesta, é possível observar que a deputada associa, inclusive, o número de demandas atendidas ao que interpreta como resultados negativos da coalizão governante: *Quanto mais se aprofunda esse neo-liberalismo, mais pessoas chegam aqui [no gabinete da deputada] mais demandas tu tens que resolver.*

No seu conjunto, estes vínculos e modalidades de atuação apresentam composições diferentes, têm um peso relativamente menor e podem, ao menos presumivelmente, estar ausentes nos casos que analisamos a seguir. Vejamos, então, como se moldam as transações entre os deputados e suas *bases eleitorais* e como estas encontram respaldo nas suas concepções acerca do “social” quando tomamos como referência aqueles que disputam posições em níveis mais “elevados” do ponto de vista das relações entre as forças políticas.

3.2.3 O “social” na disputa entre blocos

Se pensarmos em termos de hierarquização dos vínculos sociais e das modalidades pelas quais puderam ser transformados em recursos e estratégias de inserção política, os deputados José Otávio Germano, do PPB, e Flávio Koutzii, do PT, representam um outro extremo dos casos apresentados anteriormente. Colocados em “lados opostos” relativamente à estrutura das forças políticas na conjuntura analisada, estes deputados têm em comum uma maior abrangência social, geográfica e mesmo temática (quanto a agenda dos “problemas” e proposições) dos vínculos e interesses acionados. De modo que, ao toma-los como exemplo, buscamos focalizar situações onde a ênfase é colocada sobre os temas de maior repercussão “pública”, ou ao menos sobre aqueles que se dirigem à uma maior multiplicidade de “públicos”, e que oferecem também maiores oportunidades de “articulações” com os diferentes níveis da política.

O deputado José Otávio, PPB, está no seu segundo mandato na Assembléia e, neste período de oito anos, já assumiu vários cargos nas diferentes instâncias do trabalho legislativo e na bancada partidária, chegando a ocupar a presidência da Casa nos dois primeiros anos da atual legislatura (95-99). Como membro de um dos principais partidos da coalizão governante, foi também

chamado a ocupar a vaga de Secretário de Estado dos Transportes, cargo em que permaneceu até o final do governo Britto.

Originário de “família tradicional” de Cachoeira do Sul, o deputado é reconhecido ainda por trazer o mesmo nome do pai que ocupou, entre os vários cargos públicos e políticos, o de vereador em Porto Alegre e deputado estadual, chegando a ser, tal como ele mesmo faria alguns anos mais tarde, Presidente da Assembléia. “Nascido no meio”, acompanhou de perto toda a trajetória política do pai, tendo se integrado ao mesmo partido (ARENA, PDS e, atualmente, PPB) e, inclusive, ao mesmo grupo de relacionamentos interpessoais e políticos. Atuou politicamente no “movimento” estudantil, secundarista e universitário, e na ARENA jovem que seria uma espécie de “braço” ou extensão da organização partidária entre este segmento da população, chegando a presidi-la no Estado. Sua estréia na política oficial foi como vereador em Cachoeira do Sul, “reiniciando o ciclo” que teria sido interrompido quando seu pai perdeu as eleições para deputado federal.

Em termos de “carreira profissional”, ele também não afastou muito do exemplo do pai. Formou-se em direito e teve, como advogado e professor universitário, uma atuação muito curta, apenas três anos, no final dos quais elegeu-se vereador e, em mais dois anos, deputado estadual. Como forma de viabilização da sua eleição a vereador e, posteriormente, a deputado estadual, utilizou a vasta rede de relações propiciada pela “tradição de família” e pelas ligações com diferentes “personalidades políticas”, estabelecidas já por intermédio do seu pai.

As condições foram um pouco diferentes para sua reeleição como deputado. Nesta oportunidade entraram em pauta tanto a sua atividade parlamentar como autor de projetos de lei e presidente de CPI (s) e da própria Mesa da Assembléia, como a atuação na “campanha” de vários candidatos do seu partido a prefeitura de municípios do interior do Estado. Os reflexos disto foram sentidos do ponto de vista das bases eleitorais, antes concentradas no município de Cachoeira e regiões próximas, e que se expandiram para diferentes municípios do Estado. Vejamos como o deputado José Otávio descreve sua atuação tendo

como parâmetro suas expectativas em termos de ampliação dos vínculos eleitorais e redes de “apoio”. Nesta, é possível obter também algumas indicações sobre o conteúdo das ações e o respectivo “peso” eleitoral:

O meu sucesso eleitoral, nas vezes em que eu disputei eleições para deputado, se deve, quase que exclusivamente, a minha atividade parlamentar. Claro que eu ia fazer visitas, quando estava em campanha, claro que eu ia fazer comícios, mas nunca fui um deputado de viver nas cidades, nunca recebi ninguém na rodoviária de Porto Alegre, nunca tive funcionário meu com ambulância, com albergue...eu nem sei fazer isso, acho que isso nem é atividade de deputado (José Otávio Germano, PPB, entrevista).

Como se pode observar, está presente a concepção de que o desempenho do mandato e, portanto, a própria função de representação, não se restringe àquelas atividades que são mais formalmente definidas como *parlamentares*. Nesse sentido, o que o diferencia de outros casos analisados é o “peso” relativamente maior que atribui às atividades de legislador e congressista em detrimento das ações efetivadas em favor das localidades com as quais mantêm vínculos eleitorais.

Estas considerações iniciais precisam, porém, ser avaliadas não apenas a partir de um ponto de vista ideal e que, ao menos dentro desta perspectiva, tendem a ser compartilhadas por boa parte dos parlamentares, mas com relação ao conteúdo das ações, efetivamente, desenvolvidas pelo deputado. São enfatizadas, por exemplo, a “recepção dos prefeitos em Porto Alegre” e o atendimento dos “pleitos do municípios”, o que pressupõem, como se viu em casos anteriores, toda uma atuação junto aos diferentes órgãos da administração pública. E isto, como se vê, dá um significado adicional à referência que o deputado faz à Porto Alegre, enquanto capital do Estado e sede do governo. O deputado José Otávio destaca a importância dessas atividades para sua atuação na citação abaixo. Nesta, pode-se obter ainda outras indicações quanto ao conteúdo dos “pleitos” e o tipo de expectativa gerada em função da intervenção do parlamentar:

É importante, é importante receber o prefeito em Porto Alegre, apoiar o pleito do município, o pleito do vereador...mas mais conquistas e pleitos coletivos, tá

entendendo? Os pleitos individuais são os de maior retorno, mas eu nunca fiz isto, eu sempre recebi o líder, o vereador, o prefeito, nunca tratei do individual e sempre tratei da política global, assim, nós estamos precisando de uma rede de água que vai beneficiar 60 famílias (José Otávio Germano, PPB, entrevista).

Associada à hierarquização dos “pleitos” (“individuais” ou “coletivos”) está a hierarquização das “redes” políticas que o deputado consegue acionar. A conotação pejorativa com que o deputado se refere às ações direcionadas aos casos individuais, de “eleitores”, comporta a idéia de que existem demandas mais “legítimas” que outras, mas também de que o caráter mais ou menos abrangente dos atendimentos realizados estaria, de alguma forma, associado à abrangência dos vínculos políticos envolvidos nesse tipo de atuação. Visto desta ótica, o interesse pelos “pleitos coletivos” também não seria redutível a um retorno explicitamente “eleitoral”. No caso, mais do que um somatório de possíveis “eleitores”, o que parece estar em jogo são as perspectivas em termos de “articulações” com lideranças e detentores de cargos nas diferentes esferas de atuação política³⁴. E é nesta lógica que se pode avaliar a importância não apenas dos pedidos encaminhados por prefeitos, vereadores e lideranças políticas locais, como também da presença do deputado nos “comícios” e “visitas” sediados nos municípios.

Nesta perspectiva, a atividade parlamentar, entendida como a produção de leis, participação em debates, ocupação de cargos e posições na estrutura institucional, assim como a sua divulgação pelos meios de comunicação, não aparece senão como uma dimensão, mais pública, de um conjunto bem mais amplo de ações também desempenhadas pelo deputado. Em termos de adesões políticas e retribuições mais propriamente eleitorais, cada uma das dimensões (mais “pública” ou mais restrita a determinados “públicos” social e territorialmente delimitados) são complementares³⁵. As circunstâncias em que a referência às

³⁴ Sobre as diferenças entre estratégias eleitorais que demandam um trabalho “no varejo”, onde as adesões são caso a caso, e aquelas que privilegiam as “articulações” ou “compromissos” verticais com outros candidatos, beneficiando-se de uma espécie de “efeito cascata” do ponto de vista do retorno eleitoral, ver Coradini, 1998, pág.20 e 21.

³⁵ Sobre as condições em que cada uma dessas dimensões e níveis de hierarquização do “trabalho político” se diferenciam e se integram para conformar o que, oficialmente, se define como “política” vale observar o conjunto e, em especial, a conclusão do texto indicado na nota anterior. O

“bases” ou ao “trabalho legislativo” não indicam atividades que sejam incompatíveis entre si ficam claras na citação abaixo:

Não são incompatíveis. Eu ia lá, eu atendia a comunidade, rede disso, rede de telefone, rede de não sei o que. Mas, ao mesmo tempo, eu não tinha obrigação de fazer o projeto do dia do gaúcho, dia do não sei que. Preferia fazer menos projetos e com mais qualidade.

Como podemos observar, o destaque é sobre a capacidade que o deputado tem, ou almeja ter, para “articular” uma ação política mais “local”, onde ganham importância o atendimento de demandas como as descritas acima, e outra mais “geral”. Mas isso, como procuramos demonstrar até aqui, depende de “articulações” em outros níveis, como prefeitos, vereadores e lideranças de diferentes municípios ou “comunidades”, com os quais o deputado mantém diferentes tipos de relações e com diferentes efeitos do ponto de vista da concorrência e da hierarquização política.

Por outro lado, no lugar com a vinculação com uma determinada localidade ou segmento social, são as atribuições institucionais (como líder partidário, presidente e secretário de Estado), com todos os interesses e “compromissos” advindos daí, que acabam prevalecendo no modo como o deputado age e concebe sua atuação. Uma condição que, como podemos observar, não se repete com muita frequência entre os deputados, associando-se, na maior parte das vezes, aos casos que apresentam maior “capital” do ponto de vista de recursos políticos e propriamente eleitorais, mas também de posições e relações sociais. E isto, como também se pode constatar, acaba determinando uma entrada “por cima” tanto nas disputas eleitorais quanto nas que se dão em torno de posições na estrutura parlamentar e mesmo em outros poderes, como no Executivo, por exemplo.

Quanto a sua trajetória política, o caso do deputado Flávio Koutzii, então líder da bancada do PT na Assembléia, apresenta aspectos bastante diferentes da

que se propõe é que, no caso em pauta, estas “articulações” não se reduzem ao período descrito como “eleitoral”, mas envolve o próprio exercício do mandato com os recursos que este coloca à disposição do eleito.

do seu adversário. Filho de um “imigrante russo-judeu”, sem formação escolar, mas considerado um “auto-didata” e “primeiro crítico de cinema no Rio Grande do Sul”, que havia sido também um militante comunista na juventude, o deputado não teve, propriamente, uma “herança política”. Esta consideração não o impede, no entanto, de descrever este ambiente “familiar” como sendo dotado de coisas “extremamente motivadoras e constituintes de um certo patamar cultural e de um convite à reflexão” que acaba determinando uma identificação política com a “cultura de esquerda”. De qualquer forma, é possível observar pelo próprio relato que estas disposições iniciais têm uma participação decisiva para que se “integrasse rapidamente” ao Partido Comunista Brasileiro, isto tão logo ingressou na Universidade e que, no mesmo ano, fosse eleito presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRGS. No que podemos perceber já algumas semelhanças com a trajetória do deputado José Otávio que, embora desde do início já estivesse colocado em uma posição política oposta, participou de um mesmo espaço de socialização, em termos de “meio universitário”, “movimento estudantil” e ligações políticas precoces.

No caso do deputado Flávio Koutzii, a “opção pela esquerda” num período designado como a “pior fase da ditadura” determinou que vivesse entre a “semi-clandestinidade” e a “clandestinidade”. Em função disso, ele é transferido para São Paulo e, em 1970, sai do Brasil, dirigindo-se para Argentina onde envolve-se com a “luta armada” e é preso, permanecendo nessa condição entre 75 e 79. É, então, beneficiado pela anistia e sai da prisão, dirigindo-se para França onde obtém diploma em Sociologia e um título de pós-graduação. Porém, não chega a exercer nenhum tipo de atividade profissional pois, tão logo retorna ao Brasil, integra-se ao PT e é lançado como candidato desse partido ao Senado, o que marca seu ingresso na política oficial. Uma opção partidária que se coloca na mesma linha, ou “campo”, de alinhamentos anteriores e que acaba contribuindo para reforçar antigos vínculos, inclusive reconhecidos através de votos advindos, fundamentalmente, de “ex-companheiros de militância estudantil” e outros que, segundo ele, lhe identificavam como “representante de uma geração”.

Por outro lado, a fragilidade do partido na época, 1984, justifica uma candidatura sem grandes pretensões eleitorais e que tinha como objetivo apenas o de “marcar posição”. Assim, o que é valorizado entre seus recursos são, basicamente, a sua trajetória enquanto “preso político” e “exilado”, acrescido de uma “vivência no exterior” e uma “formação teórica marxista”. Junto a candidatura ao Senado, venho a direção partidária e, quatro anos depois, a eleição para vereador em Porto Alegre e, posteriormente, a deputado estadual. Tudo isso, sem que se destacasse nenhuma “base eleitoral” específica, além da que pôde ser agregada a partir da sua atuação partidária e em cargos públicos e políticos como o de coordenador da bancada na Assembléia, vereador e líder da bancada petista na Câmara, Secretário Municipal e deputado estadual por dois mandatos, sempre como líder de bancada. E nisto é possível observar um outro elemento comum entre os dois deputados, ambos se pautaram mais pela manutenção de lealdades políticas, seja dentro de uma mesma organização partidária, seja através de alguns movimentos que preservavam determinadas “tradições” e “valores”.

O padrão de adesão eleitoral assumido pelo deputado Flávio Koutzii passou, então, a se configurar a partir da divulgação e cultivo de uma imagem de “homem de esquerda”, ou ainda, daquele que “enfrenta” e “denuncia” (por exemplo, os governos, como os do Collares e do Britto), isso extrapolando, inclusive, as fronteiras partidárias. Independente do “lado”, ou do modo como se coloca em termos de divisões políticas e partidárias, o critério de “conquista” de votos se aproxima bastante, ao menos em uma das dimensões anteriormente referidas, do adotado pelo seu oponente, deputado José Otávio.

Várias semelhanças, além das referências e elogios trocados de parte à parte, podem ser mencionadas, nesse sentido, como a notoriedade adquirida, principalmente, a partir do exercício cargos políticos que lhes renderam também homenagens e títulos como os prêmios de “destaque político” que ambos receberam. A estratégia de busca de votos baseada nos meios de comunicação de massa e nas “articulações” verticais com outros candidatos e detentores de cargos públicos e políticos. O fato de terem ocupado sempre posições de prestígio

nos respectivos partidos e “blocos” com retribuições que, proporcionalmente à posição no quadro mais geral de relações de forças, resultaram em cargos dentro da Assembléia e nos respectivos governos. E, finalmente, o tipo de “eleitor” que disputam, em geral, classificado como “mais instruído”, “mais pensante”, que têm “alguma idéia da função do parlamentar” e, de forma ainda mais categórica, o “voto ideológico”³⁶.

A lógica é também muito semelhante no que diz respeito à escolha dos temas e pautas de discussão na Assembléia. Curiosamente, ambos integraram, como presidente e relator, respectivamente, a CPI da Propina que investigou atos de corrupção no governo Colares, quando os dois partidos, PT e PPB, faziam oposição ao governo, tendo também se notabilizado pela “denúncia” do calendário rotativo, implementado por este mesmo governo. Já, durante o governo Britto, as posições são mais nítidas, com o deputado José Otávio integrando a coalizão governante e o deputado Flávio Koutzii liderando o bloco de oposição pelo partido com mais chances de assumir o governo nas próximas eleições. Nessa situação, enquanto o deputado pepebista se notabiliza como presidente da Assembléia, o líder petista se notabiliza pela “denúncia” de um cheque expedido pelo governo do qual o seu opositor faz parte e que teria beneficiado uma grande empresa multinacional do setor automobilístico em detrimento dos investimentos no “social”.

A própria seleção, ou “priorização”, de um determinado tema aponta para critérios comuns. É este o caso da priorização de temas relativos à “economia” e às “finanças” que acabam sendo também a principal base das controvérsias entre os partidos e “blocos” (daí o destaque que adquirem assuntos como os “incentivos fiscais” e a “privatização”). Enquanto, as problemáticas “sociais”, genericamente referidas aos segmentos institucionais nos quais se encontram divididas

³⁶ Neste particular, mesmo que não apareça, necessariamente, como uma prática ou “estratégia política” isolada, prevalece uma maneira de se conduzir que valoriza a identificação “ideológica” com eleitorado que é, em princípio, disperso tanto do ponto de vista geográfico quanto social. Sobre as condições em que este formato de busca, ou “conquista”, de adesões caracteriza por ser uma modalidade onde a “proposta de troca” feita ao eleitor se distingue, basicamente, de uma outra que se seria mais “comunitária e assistencialista”, ver Kuschnir (1996).

(educação, saúde, atendimento à criança, aos idosos, etc.), aparecem como desdobramentos destas primeiras.

Esta relação é mais explícita no discurso do deputado pepebista, notadamente no seu comentário acerca do caráter mais ou menos “social” das temáticas que são pautadas na Assembléia:

Tudo é social, não é? Se eu fizer um programa de benefícios, de incentivos aos frigoríficos, estou fazendo uma política social, ou seja, estou viabilizando e dando empregos (José Otávio, PPB, entrevista).

Mas pode ser observada também quando o deputado Flávio Koutzii apresenta a sua concepção acerca do que deveria ser o alvo das políticas “sociais” no Estado:

(...) não é distribuir rancho, é, em primeiro lugar, ativar economicamente. Por exemplo, o campo brasileiro, milhares de pessoas voltarão para o campo, diminuirão as favelas nas cidades, diminuirá a violência (Flávio Koutzii, PT, entrevista).

O que parece diferenciar as “visões” a partir das quais cada deputado sustenta a própria posição e a do grupo que representa é a maior ou menor “presença do Estado” e da intervenção estatal na economia ou naquilo que cada um designa como “desenvolvimento econômico”.

Em síntese, estas concepções, e as que remetem aos casos descritos anteriormente, podem ser descritas como resultado de múltiplas combinações entre recursos e lógicas de diferentes esferas sociais e que permitem ainda uma série de interações com a luta política. Trata-se, então, de sistematizá-las de modo a se permitir uma maior inteligibilidade das relações estudadas ao longo deste trabalho e, em especial, neste último capítulo.

3.3 Uma tentativa de sistematização dos recursos, estratégias e modalidades de representação do “social”

Para finalizar apresentamos uma comparação mais sistemática dos elementos apresentados no transcorrer deste capítulo. O objetivo é colocar em relação, por um lado, os recursos dos quais cada deputado pode dispor e os usos sociais que lhes atribuem e, por outro, os sentidos que estes adquirem na lógica das transações e tomadas de posição que caracterizam a luta política nos diferentes espaços onde se realiza.

As situações descritas nos itens precedentes podem, então, ser analisadas a partir de dois eixos, ou perspectivas que, na prática, se apresentam como indissociáveis. O primeiro nos permite fazer uma hierarquização mais geral e relativa à estrutura dos recursos acionados por cada deputado nas diferentes fases da sua “carreira”. Configurando-se algumas situações onde os deputados (e os dois primeiros deputados parecem bastante representativos, nesse sentido), se encontram nas posições mais “periféricas”, que são também as mais restritas do ponto de vista da composição social e geográfico das suas “bases”. Enquanto outros, e os últimos dois deputados são os que melhor ilustram esta situação, estão no extremo oposto da hierarquia social e política, apresentando uma maior abrangência em termos de “estratégias eleitorais” e “articulações” com outros níveis da ação política.

Quanto ao formato e o conteúdo das transações em jogo, podemos também traçar alguns paralelos entre as situações descritas. Assim, para casos como os dos deputados João Osório e Sérgio Zambiasi são importantes os atendimentos diretos ao eleitor e através de lideranças políticas locais, todas com uma atuação bastante restrita em termos de espaço territorial (determinados municípios do interior e “vilas” da Capital). Enquanto que para os deputados Elvino Bonn Gass e Jussara Cony prevalecem as atividades de produção de projetos de lei específicos para determinados segmentos corporativos e sociais (“agricultores”, “saúde”, “mulheres”, “trabalhadores desempregados”, etc.), a participação em

eventos de integração e “luta” e a intervenção em favor de “setores”, municípios e “comunidades”. Já, para os deputados José Otávio e Flávio Koutzii, as relações com as “bases” podem incluir, como se observou no primeiro caso, o atendimento de demandas municipais e a participação em “campanhas” de candidatos “periféricos”, mas privilegiam as trocas baseadas em “propostas” de cunho político-ideológico e na promoção de uma “imagem política”.

A análise se voltou, por fim, para as condições em que estes recursos e interesses se refletem em “problemas” e proposições inseridas no debate político como “sociais”. Constatamos, então, que nas suas tomadas de posição, os deputados se dividem com relação a alguns referenciais mais gerais e tributários das posições que ocupam nos respectivos partidos e “blocos”, mas também em função dos seus vínculos eleitorais e dos interesses que os ligam a segmentos mais ou menos “localizados” do eleitorado. Neste primeiro plano, os extremos são representados pelos que defendem uma maior intervenção do Estado na formulação enquanto promotor de ações “sociais” e os que propugnam por “soluções” baseadas na expansão econômica e de incorporação do indivíduo pelo “mercado”. Estes, como também buscamos demonstrar, não costumam aparecer na sua forma mais explícita (ou “pura”), conjugando-se de diferentes maneiras a depender do modo como cada partido está inserido na configuração de “alianças”, das expectativas quanto as trocas e retribuições em jogo, das repercussões que o tema em pauta possa ter sobre esta ou aquela “fatia” do eleitorado, etc. Para o contexto analisado é, no entanto, possível estabelecer uma associação entre o discurso mais “estatal” e os representantes dos partidos de “oposição” (PT, PDT, PSB e PCdoB), enquanto os deputados de “situação” (PMDB, PPB, PTB e PFL) se caracterizam por adotar uma linguagem mais “privatista” (ou “minimalista”) com relação às “responsabilidades” do Estado.

Em um segundo plano de observação, as tomadas de posição estão estruturadas de acordo com o caráter mais ou menos abrangente dos vínculos aos quais os deputados estão adscritos e das circunstâncias em que estes se revelam em “interesses” a defender nas diferentes esferas da luta política-parlamentar. Sob

este aspecto, focalizamos situações onde os deputados buscam compatibilizar uma atuação voltada para obtenção de benefícios para as respectivas bases eleitorais com aquilo que reconhecem como sendo de interesse do partido ou “aliança”. No que registramos casos onde esta relação se mostra mais conflituosa e outros onde prevalem os elementos de complementariedade entre um e outro “nível” de ação. Observamos, ainda, que as atividades que os deputados desenvolvem em favor das “bases” podem ser as mais diversas e contemplar práticas com graus também variáveis de legitimidade. Para todas estas é possível, no entanto, destacar o modo como parecem se colocar em um *continuum* que vai das ações de caráter estritamente assistencial e “comunitário” às que se apresentam como “políticas-ideológicas”, passando pela atuação corporativa e setorial, em geral, vinculada aos ditos “movimentos” sociais e às suas “lutas”.

A relação entre o formato mais ou menos amplo, e conseqüentemente mais heterogêneo ou mais segmentado, das vinculações eleitorais do deputado e o caráter mais “político” (no sentido da “relevância” para as disputas entre e inter partidos) ou, pelo contrário, mais “assistencial” e “comunitária”, das suas práticas é, praticamente, direta. É isso que se observa, por exemplo, para o deputado José Otávio cujo o fato de poder contar com uma votação “espalhada” por diferentes municípios do Estado aparece como condição para que nas suas tomadas de posição ele reproduza os princípios, formalmente, definidos como “ideológicos” e relativos à posição do seu partido na coalizão governante. Uma situação um tanto diferente da do deputado João Osório, representante do partido que tem, nesta mesma coalizão, a “cabeça de chapa”, o PMDB. Neste caso, a defesa de medidas de redução do aparato burocrático do Estado vêm acopladas com iniciativas assistenciais e de filantropia pública e “privada” dirigidas para municípios e pessoas aos quais o deputado está eleitoralmente vinculado.

Condições semelhantes podem ser observadas para os deputados que integram o bloco oposicionista. Assim, em casos como os do deputado Flávio Koutzii para o qual as chances do seu partido, o PT, chegar ao poder no Estado justifica uma posição comparável a do bloco adversário; o “desenvolvimento

econômico” é colocado no “centro do processo” como forma de dar “suporte material” para os “investimentos sociais”. Enquanto o deputado Elvino Bonn Gass, seu companheiro de partido, defende um “projeto” onde são previstos benefícios de interesse específico do “setor” que se propõe a representar, os “agricultores”. Daí, a possibilidade de, inclusive, apoiar iniciativas do próprio governo quando “beneficiam a agricultura”.

Visto desta ótica, o conflito de interesses precisa ser pensado, para além de uma perspectiva conjuntural e relativa a este ou aquele contexto político, como uma condição de possibilidades para “existência” (no sentido de reconhecimento social) de “políticas” deste tipo. Assim, como salienta Lenoir (1996), qualquer “problema social”, e os recursos de imposição e legitimação que passam pela “expressão política” e institucionalização das respectivas “soluções”, não se constituem enquanto tais senão como resultado de um processo de lutas onde estão em jogo diferentes critérios de classificação e percepção do mundo social. Por outro lado, segundo Coradini (1994:492) observa para situações como a brasileira:

(...) não se trata apenas do processo “normal” de lutas pela elaboração de referenciais e de definições da realidade social e da imposição da sua legitimidade, com seus “problemas” e “soluções”, o que acontece sempre que há alguma política “social”, mas de uma multiplicidade de princípios de definição e de legitimação, parcial e desigualmente institucionalizados, o que torna inviável um mínimo de coerência político-administrativa para este tipo de política.

Além destas condições, associadas ao fato de se tratar de um país “não apenas econômica, mas culturalmente, dependente” que não “inventa” mas “importa” seus referenciais, o autor destaca a ausência de uma noção de “cidadania universal”, o “grau de corporativismo extremado” e a dinâmica da política brasileira que “sempre esteve respaldada em relações de patronagem e clientelismo”. A partir deste enfoque, e das observações anteriormente descritas, é que concluímos o capítulo ressaltando a diversidade dos referenciais (incorporação no “mercado”, políticas de “inclusão social” patrocinadas pelo Estado, interesses corporativos e setoriais, assistência individual e comunitária) e

a prevalência de interesses particularistas, decorrentes das vinculações que os deputados têm com suas “bases eleitorais”.

CONCLUSÃO

Ao finalizar esta dissertação, procuramos reconstituir os objetivos propostos no seu início, retomando algumas das linhas seguidas nas observações e o que nos foi possível demonstrar a partir das hipóteses de trabalho. Em uma perspectiva mais geral, buscamos, então, explicitar os princípios e as lógicas presentes no processo de construção, e enunciação, das representações políticas do “social”. Nos limites desta pesquisa, isto significou analisar as condições, em termos de recursos e interesses em jogo, a partir das quais os deputados estruturam seus discursos e desenvolvem suas ações.

Partimos da análise dos vínculos sociais dos deputados e das condições em que aparecem como base das suas trajetórias políticas, destacando algumas das estratégias utilizadas na composição das “bases eleitorais”. As circunstâncias em que se inserem no espaço político-parlamentar em termos de postos e atribuições específicas, mas também de alinhamentos, divisões e estrutura mais geral das relações entre as forças políticas, foi objeto do segundo capítulo. Neste, destacamos as interações entre os recursos e interesses mobilizados em função dos vínculos eleitorais e a definição das “propostas” que integram a agenda dos parlamentares. Além disso, através da descrição de debates organizados pela Assembléia e ações desempenhadas com relação as “bases eleitorais”, buscamos explicitar as condições em que estas diferentes lógicas e modalidades de

vinculação se fazem presentes nas concepções, e tomadas de posição, sobre o “social”.

O esforço de sistematização das observações e estudos realizados foi, em síntese, no sentido de delimitar um quadro complexo e multifacetado onde a concorrência em torno do “dizível e pensável” em política não compreende apenas o que é dito e pensado enquanto tal. Configurando-se a partir de uma série de relações e concepções sociais diferentemente institucionalizadas. Nestas condições, o espaço da concorrência política não pode se descrever apenas a partir das estruturas, e clivagens, que perfazem, por exemplo, as disputas entre “entidades”, aparentemente, abstratas como os partidos e as coalizões partidárias. Particularmente, no que diz respeito aos “problemas sociais” é possível destacar uma sobreposição de interesses diversos e, muitas vezes, contraditórios, que se configuram tanto em termos de oposições partidárias quanto de disputas mais localizadas e não necessariamente definidas como “políticas”.

Assim, sem querer ser demasiadamente repetitivo, podemos ressaltar o modo como determinadas concepções acerca do “social” parecem refletir, de forma mais ou menos categórica, as posições que os deputados ocupam na estrutura mais geral das relações entre as forças políticas. Enquanto outras (e estas tendem a aparecer associadas, mesmo que com diferentes “pesos”, a depender dos contextos e temas específicos) indicam, principalmente, a composição dos seus vínculos eleitorais.

De resto, as conexões que se estabelecem tanto “para baixo” (entre vereadores, prefeitos, secretários, etc.) quanto “para cima” (governador, secretários de estado, deputados federais, senadores e ministros), além das que interligam “lideranças” com diferentes relações com a “política”, constituem-se em objeto de investigação bastante profícuos do ponto de vista das condições para construção de representações políticas “sociais”. Da mesma forma, com relação ao modo como estas concepções e práticas políticas se associam às preocupações dos eleitores e aquilo que estes colocam como “demandas” aos deputados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Revista Legislatura*, Ano I, janeiro de 1999.

_____. *Regimento Interno e Código de Ética Parlamentar*, 1995.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das “bases”*. *Política, Clientelismo e Corrupção na liberação de recursos federais*. Tese de Doutorado. PPGAS, Museu Nacional, 1998.

BOURDIEU, P. A representação política; elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

_____. O mercado dos bens simbólicos. In: *A economia das trocas simbólicas*; Editora Perspectiva, São Paulo – SP, 1992.

_____. Le Capital Social. In: *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, (2,3), juin, 1980a .

CORADINI, O. Origens Sociais, Mediação e Processo Eleitoral em um município de imigração italiana. In: PALMEIRA, M. & BARREIRA, I. (orgs.). *Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998a .

_____. A extração social dos candidatos: eleições de 1990 e de 1994 no Rio Grande do Sul. In: *NUAP – Núcleo de Antropologia Política / Museu Nacional*, Rio de Janeiro, (1998).

_____. “Crise” Conjuntural das políticas “sociais” ou de referenciais?. In: *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (15) 2: 489-501, 1996.

GAXIE, D. *La Démocratie Representative*. Paris, Montchrestein, 1993.

GAXIE, D. COLLOVALD, A. GAÏTI, B. LEHINGUE, P. POIRMEUR, Y. *Le “social” tranfiguré: sur la représentation politique des préoccupations “sociales”*. C.U.R.P. P., Presses Universitaires de France, 1990.

GRILL, Igor. As bases sociais dos compromissos: candidatos, recursos e configurações de apoios. In: *Cadernos de Ciência Política*, nº 3, Porto Alegre, 1999.

KUSCHINIR, K. Cultura e Representação Política no Rio de Janeiro. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (Orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política no Rio de Janeiro*. Contra-capalivraria, 1996a.

_____. Trânsito e Aliança na Representação parlamentar. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 30, 1996b.

LACROIX, B. Ordre politique et Ordre social: Objectivisme, Objectivation et analyse politique. In: GRAWITZ, M e LECA, J. (dir.) *Traité de Science Politique*; v. 1. *La science politique, science sociale; L' Ordre politique*. Paris, PUF, 1985. P. 469-565.

LACROIX, B. Le politiste et Analyse des Institutions. Comment parler de la présidence de la République? In: LACROIX, B. e LAGROE, J. *O presidente de la republique; os ages et genèses d' une institutions*. Paris, Press de la Fondation Universitaires de France, 1992.

- LANDÉ, C. H. Groups politics and dyadics: notes for a theory. In: SCHIMIDT, S. W. et alli. (eds.) *Friends, Followers and Factions. A reader in political clientelism*. Berkeley University of California Press, 1977a. p. 506-510.
- LENOIR, R. Objet sociologique et problème social. In. CHAMPAGNE, P. et aill. *Initiation à la pratique sociologique*. Bordas, Paris, DUNOD, 1996.
- MENÁRD, J. Rapport de clientèle: du phénomène social à l' analyse politique. In: *Revue Française de Science Politique*, 26 (1), fev. 1976. P. 103-131.
- PALMEIRA, M. e HEREDIA, B. Política Ambígua. In: Patrícia Birman et. al. (Orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.